Número: **0800646-27.2019.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Regional Cível de Mangabeira**

Última distribuição : **28/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro, Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
JULINDA CRISTINA DA SILVA (AUTOR)	FABIO MARACAJA DE ALMEIDA CARNEIRO (ADVOGADO) RENAN DE CARVALHO PAIVA (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)	SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)
ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
18871 906	28/01/2019 17:51	<u>Petição Inicial</u>	Petição Inicial
18871 922	28/01/2019 17:51	<u>Petição JULINDA CRISTINA DA SILVA novo</u>	Outros Documentos
18871 935	28/01/2019 17:51	<u>2.0 BO 20190107170551</u>	Outros Documentos
18871 973	28/01/2019 17:51	<u>3.0 negativa de pedido adm de indenizaca 20190107170640</u>	Outros Documentos
18871 988	28/01/2019 17:51	<u>4.0 procuracao 20190107170807</u>	Procuração
18871 994	28/01/2019 17:51	<u>5.0 documentos pessoais 20190107174746</u>	Outros Documentos
18872 012	28/01/2019 17:51	<u>5.2 comprovante de residencia e atestado 20190107171556</u>	Outros Documentos
18872 030	28/01/2019 17:51	<u>5.1 documentos pessoais 20190107171334</u>	Outros Documentos
18872 041	28/01/2019 17:51	<u>6.0 Laudo medico 20190107175047</u>	Outros Documentos
18872 060	28/01/2019 17:51	<u>7.0 requerimento pseudonimo pagmt adm e 20190107172146</u>	Outros Documentos
18872 088	28/01/2019 17:51	<u>8.0 boletim de atendimento 20190107172520</u>	Outros Documentos
18872 096	28/01/2019 17:51	<u>8.1 boletim de atendimento 20190107172741</u>	Outros Documentos
18872 106	28/01/2019 17:51	<u>8.2 boletim de atendimento 20190107172950</u>	Outros Documentos
18872 139	28/01/2019 17:51	<u>8.3 nota de sala de cirurgica 20190107173223</u>	Outros Documentos
18872 172	28/01/2019 17:51	<u>9.0 ficha de anestesia 20190107173505</u>	Outros Documentos
18872 206	28/01/2019 17:51	<u>10.0 laudo e relatorio cirurgico 20190107173825</u>	Outros Documentos
18872 214	28/01/2019 17:51	<u>10.1 relatorio cirurgico 20190107174116</u>	Outros Documentos

18872 228	28/01/2019 17:51	<u>10.2 20190107174300</u>	Outros Documentos
18872 239	28/01/2019 17:51	<u>10.3 20190107174550</u>	Outros Documentos
18889 261	29/01/2019 14:48	<u>Despacho</u>	Despacho
20809 503	25/04/2019 16:51	<u>Carta</u>	Carta
21307 321	20/05/2019 15:06	<u>Certidão</u>	Certidão
21307 328	20/05/2019 15:06	<u>AR 0800646-27 SEGURADORA LIDER</u>	Aviso de Recebimento
21488 586	27/05/2019 15:43	<u>Contestação</u>	Contestação
21488 587	27/05/2019 15:43	<u>KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_1</u>	Procuração
21488 588	27/05/2019 15:43	<u>KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_2</u>	Procuração
21489 000	27/05/2019 15:43	<u>DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_1</u>	Documento de Comprovação
21488 598	27/05/2019 15:43	<u>DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_2</u>	Documento de Comprovação
21488 596	27/05/2019 15:43	<u>DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_3</u>	Documento de Comprovação
21488 595	27/05/2019 15:43	<u>DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_4</u>	Documento de Comprovação
21488 594	27/05/2019 15:43	<u>DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_5</u>	Documento de Comprovação
21488 592	27/05/2019 15:43	<u>DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_6</u>	Documento de Comprovação
21488 591	27/05/2019 15:43	<u>CONTESTACAO E SUBS</u>	Outros Documentos
22070 308	17/06/2019 17:10	<u>Expediente</u>	Expediente
23257 791	06/08/2019 11:37	<u>Certidão de Decurso de prazo</u>	Certidão de Decurso de prazo
28598 811	02/03/2020 08:02	<u>Despacho</u>	Despacho
33938 581	03/09/2020 10:32	<u>Petição</u>	Petição
33938 584	03/09/2020 10:32	<u>2598315_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02</u>	Outros Documentos
33938 586	03/09/2020 10:32	<u>2598315_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01</u>	Outros Documentos
34004 766	04/09/2020 14:46	<u>Certidão</u>	Certidão
34117 587	09/09/2020 23:45	<u>Despacho</u>	Despacho
34256 771	14/09/2020 12:15	<u>Mandado</u>	Mandado
34256 772	14/09/2020 12:15	<u>Mandado</u>	Mandado
34577 960	22/09/2020 06:13	<u>O mandado deve ser solicitado diretamente à CEMAN de Santa Rita, pelo sistema integrado do PJE</u>	Devolução de Mandado
34783 159	26/09/2020 13:05	<u>Diligência</u>	Diligência
34783 160	26/09/2020 13:05	<u>Alberto R. Oliveira</u>	Devolução de Mandado
34855 019	29/09/2020 09:24	<u>Mandado</u>	Mandado
35530 465	15/10/2020 21:20	<u>Diligência</u>	Diligência
35530 466	15/10/2020 21:20	<u>julinda cristina</u>	Devolução de Mandado
36476 269	10/11/2020 14:05	<u>Certidão</u>	Certidão
36476 726	10/11/2020 14:05	<u>Laudo - JULINDA CRISTINA DA SILVA - 0800646-27</u>	Laudo Pericial

36476 730	10/11/2020 14:05	<u>Laudo (c0nt.) JULINDA CRISTINA DA SILVA</u>	Laudo Pericial
36477 506	10/11/2020 14:14	<u>Ato Ordinatório</u>	Ato Ordinatório
37149 719	26/11/2020 15:52	<u>Petição</u>	Petição
37149 720	26/11/2020 15:52	<u>2598315_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01</u>	Outros Documentos
36477 915	06/12/2020 16:56	<u>Ofício</u>	Ofício
35976 427	08/12/2020 10:57	<u>Certidão</u>	Certidão
37637 013	18/12/2020 02:39	<u>Sentença</u>	Sentença
38149 808	29/12/2020 22:20	<u>Petição de Reconsideração dos honorários sucumbêciais</u>	Petição
38276 982	11/01/2021 10:43	<u>Petição de juntada de substabelecimento</u>	Petição
38276 987	11/01/2021 10:43	<u>Substabelecimento</u>	Outros Documentos
38586 504	21/01/2021 09:40	<u>Embargos de Declaração</u>	Embargos de Declaração
38586 506	21/01/2021 09:40	<u>2598315_EMBARGO_DECLARACAO_SENTENCA_1A_INST_01</u>	Outros Documentos
39014 801	02/02/2021 20:23	<u>Contrarrazões de Embargos de Declaração</u>	Contrarrazões
39014 812	02/02/2021 20:23	<u>Procuração de Julinda Cristina</u>	Outros Documentos
38397 359	21/04/2021 22:20	<u>Despacho</u>	Decisão

Segue em anexo a petição inicial e documentos:

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA
____ VARA CÍVEL DA COMARCA REGIONAL DE MANGABEIRA – PB

JULINDA CRISTINA DA SILVA, brasileira, solteira, autônoma, inscrito no CPF/MF sob número 032.800.574-89 e Registro Geral sob o N.º 2.439.660 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Dalva Cantalice Falcone, N.º 215, bairro Heitel Santiago, em Santa Rita-PB, CEP: 58.919-000, representado por seus advogados signatários, com escritório profissional na Rua Coronel Otto Feio da Silveira, n.º 509, Pedro Gondim, João Pessoa-PB, CEP 58031-030, fone (83) 3576-8728 e endereço eletrônico: ruvrochaadvocacia@gmail.com e renanpaivaadvocacia@gmail.com, vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA em face de:

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A., pessoa jurídica de Direito Privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, N.º 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-205, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

I. DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:

A parte autora é hipossuficiente, não possui trabalho formal, vive da renda que auferi através da realização de trabalhos eventuais como autônomo, assim, não dispõe de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem que com isso incorra em prejuízo ao seu sustento e ao de sua família.

Dessa forma, faz-se necessário conceder e desde já se requer, a concessão do benefício da **GRATUIDADE DA JUSTIÇA**, com base no que vaticina a Lei n.º 1.060/50, art. 98 e seguintes do NCPC, uma vez que o indeferimento de tal benefício impedirá a parte demandante de ter acesso à justiça. Para comprovação da situação narrada, junta-se aos autos para apreciação de Vossa Excelência, declaração feita pelo autor, afirmando-se, desde já, a veracidade do que fora subscrito.

II. DOS FATOS:

A parte autora no dia 29/05/2018, conforme consta no registro de ocorrência policial (DOC. ANEXO), sofreu acidente de trânsito, onde pilotava a sua motocicleta (modelo Honda/CG 150 FAN ESBI, cor vermelha, ano 2014/2015, de placa OXO-6518, devidamente discriminada nos autos), nas imediações da “UNIPÊ”, no bairro de Água Fria, o pneu dianteiro da sua motocicleta estourou,

83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB

fazendo a mesma perder o controle, onde veio a cair e se machucar.

Posteriormente ao fato, o autor foi socorrido e encaminhado para o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena da cidade de João Pessoa-PB, onde foi diagnosticado com **Lesão das Partes Moles em Perna Esquerda (CID 10 L 99. 8)**, conforme Laudo Médico apresentado.

Ademais, necessitou o segurado, em virtude da fratura sofrida, passar por procedimento cirúrgico de **Curativo Perda Substancia da Perna mais desbridamento cirúrgico**, conforme se demonstra documentalmente.

Pois bem Excelência, em decorrência das lesões sofridas e dos fatores acima expostos, **restou a parte autora uma acentuada limitação física, além de sentir dores intensas e constantes, tem limitação nos movimentos e na força do membro afetado**, ou seja, as atividades mais simples do dia a dia, como movimentar a perna, caminhar, praticar algum exercício físico e trabalhar, tornaram-se verdadeiramente, tarefas tormentosas de serem desempenhadas.

A parte autora sofreu séria fratura no membro inferior direito, passou por delicado procedimento cirúrgico, após buscar a reparação do dano ocasionado pelo sinistro, restou com considerável limitação física que ainda hoje lhe impede, de forma acentuada, de retomar as suas atividades normais de maneira completa. Encontra-se parcialmente debilitado, sente dores, não movimenta a perna com facilidade, sente dificuldades ao erguer, flexionar e realizar qualquer outro movimento com o membro afetado.

Consideráveis foram os prejuízos e as limitações ocasionadas em razão da fratura sofrida, **prejuízo esses que acompanham o autor até os dias atuais e que possivelmente lhe acompanharão por toda a vida**. Portanto, possuindo direito assegurado em Lei, o segurado buscou amparo através de pedido de indenização junto à **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT**, tendo feito seu requerimento através da **COMPREV PREVIDÊNCIA S/A**, atuando essa em nome daquela, intermediando os pedidos feitos em todo o país.

Preenchendo os requisitos para o recebimento da indenização, o autor encaminhou seu pedido. Juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados pela ré, requerendo administrativamente a quantia a que faz jus em decorrência do Seguro Obrigatório (**DPVAT/INVALIDEZ**), a parte autora teve seu pedido autuado com o número de sinistro **3180562560**.

Certo do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte autora aguardou resposta da ré, **tamanha fora a surpresa desta quando informada do NÃO pagamento da sua indenização**.

83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB

De acordo com documento anexado pela ré, vide: “Seu pedido de indenização foi negado.” **PASME EXCELÊNCIA!** A ré, mesmo analisando os documentos anexados, os quais comprovam as lesões graves, **não efetuou o pagamento condizente com a gravidade da lesão sofrida pelo autor e com a invalidez permanente que este adquiriu.** Ou seja, após análise do pedido feito administrativamente, o autor não recebeu sequer qualquer valor.

A parte autora permaneceu com sérias limitações desencadeadas pelas lesões ocorridas no acidente de trânsito, recebeu atendimento que constatou estas, teve acompanhamento médico, passou por procedimento cirúrgico, e mesmo assim, **restou com acentuadas limitações físicas, comprometendo de forma irreversível a realização de atividades cotidianas simples, bem como o desempenho de determinadas funções que poderia almejar.**

Conforme se demonstra Excelência, o segurado, por ora autor, juntou ao seu pedido administrativo, certidão de ocorrência policial relatando o acidente de trânsito, ficha de atendimento ambulatorial, documentação médica atestando as lesões e as limitações, e mesmo assim, teve como resposta da ré, nenhum pagamento, o que não é compatível com a sua situação física e nem corretamente enquadrada na tabela de danos segmentares utilizada para este fim.

Dessa forma, resta claro que fora buscado através de procedimento administrativo solucionar a questão e receber a indenização correta, porém, tudo foi em vão, não havendo outra forma do demandante alcançar o seu direito a não ser com a intervenção judicial, através da correta quantificação do valor devido e conseqüente condenação da ré ao pagamento deste.

Importante frisar que na tabela do seguro **DPVAT**, a porcentagem correspondente à **perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores, corresponde a 70% do capital segurado, o que totaliza a importância de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).**

Ademais, tendo em vista os danos sofridos pelo autor, os gastos referentes aos tratamentos pós-cirúrgicos, com medicamentos e tratamentos de saúde diversos, valem quantificar a indenização devida ao autor na sua totalidade de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

III. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

Tem-se que a parte autora ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei nº LEI Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, prevendo esta indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório, cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de torná-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

Importante citar trecho encontrado no próprio site da demandada *in verbis*:

“O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre. O DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS).

A atual responsável pela administração do Seguro DPVAT é a Seguradora Líder-DPVAT, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT. O pagamento da indenização é feito em conta corrente ou poupança da vítima ou de seus beneficiários, em até 30 dias após a apresentação da documentação necessária. O valor da indenização é de R\$ 13.500 no caso de morte e de até R\$ 13.500 nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau da invalidez, e de até R\$ 2.700 em reembolso de despesas médicas e hospitalares comprovadas. O prazo para solicitar a indenização por Morte é de até 3 anos contados da data do óbito. Para despesas médicas (DAMS): a contagem do prazo prescricional se inicia a partir da data do acidente. No caso de indenização por Invalidez Permanente este prazo é de 3 anos a contar da ciência da Invalidez Permanente pela vítima.

Os recursos do Seguro DPVAT são financiados pelos proprietários de veículos, por meio de pagamento anual. Do total arrecadado, 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país. 5% são repassados ao Ministério das Cidades (DENATRAN), para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito. Os demais 50% são voltados para o pagamento das indenizações e reservas.”

Sendo assim Excelência, fazem jus ao recebimento de indenização coberto **pelo seguro DPVAT**, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei 6.194/74.

Cite-se o art. 3º do referido diploma legal *in verbis*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB

- I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;*
- II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e*
- III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.*

Em consonância com a Lei e enquadrando-se no caso em tela, importante se faz, mencionar Jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, deixando evidente e indiscutível o direito ao qual pleiteia à parte autora:

“APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PROCEDÊNCIA. SUBLEVAÇÃO DA SEGURADORA. DEBILIDADE PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA. CONFIGURAÇÃO. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO. PROVA SATISFATÓRIA. INDENIZAÇÃO FIXADA DE ACORDO COM O GRAU DE INVALIDEZ. OBSERVÂNCIA AO ART. 3º, § 1º, DA LEI Nº 6.194/74 E A SÚMULA Nº 474, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, PAGAMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO. COMPROVAÇÃO. DEDUÇÃO DO VALOR FIXADO À TÍTULO DE INDENIZAÇÃO.

OBSERVÂNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS CONFORME ART. 85, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTOS DO RECURSO. O art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.194/74, incluído pela Lei nº 11.945/09, impôs a necessidade de verificação da graduação da lesão decorrente do sinistro para fins de quantificação da indenização devida a título de seguro DPVAT – A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez, nos termos da Súmula nº 474, do Superior Tribunal de Justiça – Restando demonstrado que o pagamento administrativo realizado pela seguradora não está em conformidade com o grau de invalidez comprovado nos autos, imperioso se torna a complementação da quantia paga, devidamente estabelecida na sentença de origem. (TJPB – ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00206466320148152001, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO, j. em 26/03/2018).

(TJ-PB – APL: 00206466320148152001 0020646-63.2014.815.2001, Relator: DES. FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO, Data de Julgamento: 26/03/2018, 4ª Vara Cível).”

Vejamos, também:

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB

“APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. FRATURA DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO E DEBILIDADE PERMANENTE. INVALIDEZ PARCIAL INCOMPLETA. PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO. REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO. DESCONTO DO IMPORTE PAGO NA VIA ADMINISTRATIVA. CONDENAÇÃO NO SALDO RESTANTE. REFORMA DA SENTENÇA EX OFFICIO, APENAS PARA ADEQUAR JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. APELAÇÃO DESPROVIDA. – Em se tratando de indenização de seguro obrigatório DPVAT, deve ser aplicada a lei em vigor à época do sinistro, no caso a Lei nº 11.945/09, restando inequívoco, pois à luz de tal disciplina, que a perda parcial da função deambulatoria e outros movimentos da perna configuram invalidez permanente parcial incompleta, autorizando a aplicação proporcional da indenização, de acordo com o grau da lesão, nos termos do artigo 3º, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.194/74. – ‘Na ação de cobrança visando a complementação do seguro DPVAT, o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso’ 1. Por sua vez, ‘Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação’. (TJPB – ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 0000205692014815051, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator DES JOÃO ALVES DA SILVA, j. em 17-03-2016).

(TJ-PB – APL: 00002056920148150511 0000205-69.2014.815.0511, Relator: DES JOAO ALVES DA SILVA, Data de Julgamento: 17/03/2016, 4ª CIVEL)”

Dessa forma, comprovado o acidente de trânsito, restando o autor com lesões que lhe causaram invalidez parcial permanente, é incontestável o direito do mesmo ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua invalidez, conforme entendimento do Respeitável Superior Tribunal de Justiça in verbis:

Súmula 474

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Para tanto, conforme tabela abaixo, faz-se necessário o correto enquadramento da invalidez acometida pela parte autora, procedimento este a ser alcançado através de perícia médica a ser designada por Vossa Excelência.

ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores; Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	70

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com
 Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB

Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar; Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão; Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentual da Perda
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Ante o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de complementação de indenização do seguro DPVAT à parte autora, **montante este a ser quantificado através da avaliação dos documentos médicos juntados aos autos e realização de eventual perícia médica.** Ainda, com valor corrigido pelo IGP-M a contar da data do sinistro.

IV. DOS PEDIDOS:

ANTE O EXPOSTO, evidenciados o interesse e a legitimidade da parte autora para o ajuizamento da presente ação, bem assim a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da petição Inicial, previstos no artigo 319 do Código de Processo Civil, **REQUER:**

4.1. Nos termos da Lei 1.060/50 e Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, considerando que a parte autora não dispõe dos recursos para custear o processo, sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, **os benefícios da assistência judiciária gratuita;**

4.2. Seja recebida a presente, autuada e conforme Art. 246 inc. I do Código de Processo Civil, determine-se a citação da demandada no endereço já citado no preâmbulo desta Ação, através de carta AR/MP na pessoa de seu representante legal, para vir responder, querendo, no prazo legal a presente ação, sob pena de revelia, quando, então ao final, deverão ser julgados procedentes os pedidos;

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB

4.3. Se digne Vossa Excelência em nomear perito, conforme art. 465 do Código de Processo Civil, a fim de que em conjunto com os documentos carreados aos autos, se quantifique o real valor devido ao autor a título de indenização DPVAT;

4.4. Devidamente processado o feito, com o respeito ao devido processo legal, seja a presente ação julgada **PROCEDENTE** para:

- 4.4.1. Que se declare devida à parte autora o pagamento **da indenização** correspondente ao seguro DPVAT – Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.
- 4.4.2. Condenar a ré ao pagamento de custas judiciais e honorários advocatícios a serem arbitrados por Vossa Excelência;

4.5. Requer ainda, a produção de todos os meios de prova admitidos em lei, especialmente prova pericial, documental e outras que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Dá se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos

Termos em que, pede deferimento.

João Pessoa-PB, 07 de Janeiro de 2019.

RUY NEVES AMARAL DA ROCHA
OAB/PB 23.263

RENAN DE CARVALHO PAIVA
OAB/PB 21.393

FÁBIO MARACAJÁ DE ALMEIDA CARNEIRO
OAB/PB 22.725

83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB

BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Livro nº 001/2018
Ocorrência nº. 2181/2018

Aos VINTE E CINCO (25) DIAS DE NOVEMBRO (11) DE DOIS MIL E DEZOITO (2018), nesta cidade de SAPÉ/PB, na Delegacia de Policia Civil, sob a responsabilidade do (a) Bacharel FREDERICO CLÁUDIO DE MELO MAGALHÃES, Delegado (a) de Policia Civil, comigo, ALEXANDRE JOSÉ NUNES DE SOUTO LIMA, Escrivã (o) de policia civil "AD HOC", aí, por volta 20 horas e 10 minutos, compareceu a PESSOA a seguir qualificada:

JULINDA CRISTINA DA SILVA, RG: 2.439.660 SSP/PB, CPF: 032.800.874-89, Nacionalidade: brasileira, Estado Civil: SOLTEIRA, Profissão: AUTÔNOMA (CABELEIREIRA), Grau de Escolaridade: ENSINO MÉDIO COMPLETO, filha de VALDEMOR FRANCISCO DE JOANA E DE ROSÉLIA BERNARDO DA SILVA, natural de SANTA RITA/PB, nascido em 14/11/1980, com 38 anos de idade, do Sexo: FEMININO, residente na RUA DALVA CANTALICE FALCONE, Nº. 215, HEITEL SANTIAGO, SANTA RITA/PB. CEP: 58.919-000. OBS: PRÓXIMO A "PANIFICADORA DO BAIRRO HEITEL SANTIAGO". Telefone: (83)-98728-8708.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Policia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

- 1) NATUREZA DO FATO: LESÃO ACIDENTAL DE TRANSITO;
- 2) DATA DO FATO: 29 DE MAIO DE 2018;
- 3) HORÁRIO: 18 HORAS E 00 MINUTOS;
- 4) LOCAL: PRÓXIMO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO "UNIPÊ".
- 5) BREVE RESUMO DO FATO:

O NOTICIANTE RELATA QUE PILOTAVA A SUA MOTO, QUANDO ESTAVA NAS IMEDIAÇÕES DA "UNIPÊ", O PNEU DIANTEIRO DE SUA MOTOCICLETA ESTOROU, FAZENDO A DECLARANTE PERDER O CONTROLE DA MESMA, VINDO A CAIR E SE MACHUCAR, SENDO A MESMA SOCORRIDA PARA O HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB, ONDE FEU ENTRADA PARA AVALIAÇÕES MÉDICAS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS, CONFORME LAUDO MÉDICO APRESENTADO NESTA DELEGACIA ASSINADO PELO MÉDICO "JUAN JAIME ALCOBA ARCE, C.R.M.: 3323/PB", POR ESTE MOTIVO VEIO ATÉ ESTA DELEGACIA DE POLICIA CIVIL PARA PODER REGISTRAR ESTE BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL PARA PODER TOMAR AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS LEGAIS JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES DENTRO DAS NORMAS DA LEI.

OBSERVAÇÕES:

DADOS DA MOTO: HONDA/CG160 FAN ESB; ANO: 2015; MODELO: 2014; COMBUSTÍVEL: FLEX; COR: VERMELHA; PLACA: OXO-6518 SANTA RITA/PB; CATEGORIA: PARTICULAR; CHASSI: 9C2KC1680ER405545; RENAVAM: 0059381171-2; Nº. C.R.L.V.: 013929041315; Nº. P.F.T.: 20170000484240-0; Nº. LACRE: 0045816593; ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA: A.F. ADM. DE CONC. NACIONAL HONDA LTDA; EM NOME DE JORDAN BERNARDO DE LIMA.

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, val devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrivã (o) que digitei.

Julinda Cristiana da Silva

JULINDA CRISTINA DA SILVA
Comunicante

23 NOV. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

Alexandre José Nunes de Souto Lima

ALEXANDRE JOSÉ NUNES DE SOUTO LIMA
ESCRIVÃO DE POLICIA CIVIL "AD HOC"
MATRICULA: 157.386-0

Governo do Estado da Paraíba
Sec. de Segurança Pública
Alexandre José Nunes de Souto Lima
Escrivão - Matr. 157.386-0

Comunicante: Julinda Cristiana da Silva
CPF: 032.800.874-89
Assinatura: Alexandre José Nunes de Souto Lima
Matrícula: 157.386-0

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

ACESSIBILIDADE

- </Pages/Acessibilidade.aspx>
- </Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx>

[Novo Consulta](#)

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento a dias a contar da data de entrega da documentação completa.

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

- [Documentos Despesas Médicas](/Pages/Documentacao-Despesas-Medicais.aspx) (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicais.aspx)
- [Documentos Invalidez Permanente](/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx) (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)
- [Documentos Morte](/Pages/Documentacao-Morte.aspx) (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)
- [Dicas Indispensáveis](/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx) (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

SINISTRO 3180562560 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JULINDA CRISTINA DA SILVA
COBERTURA Invalidez
PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Compres Prev
BENEFICIÁRIO JULINDA CRISTINA DA SILVA
CPF/CNPJ: 03280057469

Posição em 07-01-2019 11:30:02

Seu pedido de indenização foi negado. Enviamos carta, para seu endereço, com nr

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
09/12/2018	Negativa Técnica - Sem sequelas	https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/api_key=WCOKGK1kCR2vGalEW+kKeu4S+BczRXqvj:8Yx
05/12/2018	Aviso de Sinistro	https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/api_key=WCOKGK1kCR2vGalEW+kKeu4S+BczRXqvj:8Yx

PAGUE SEGURO

- [Como Pagar](/Pages/Saindo-como-pagar.aspx) (/Pages/Saindo-como-pagar.aspx)
- [Consulta a Pagamentos Efetuados](/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx) (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT

[App Store](https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?i=pr&ls=1&mt=8) (<https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?i=pr&ls=1&mt=8>)

[Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital) (<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital>)

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (</Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx>)

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE(S):

Julinda Priscilla da Silva Brasileira, Solteira Estudante
Inscrita matric: 94.39.660, Portadora de R.P.F.: 039.80054469
Residente e Domiciliada a Rua: João Pontalício Falcone
nº 215 - Hotel Santiago - Santa Rita - PB.

OUTORGADOS: RENAN DE CARVALHO PAIVA, brasileiro, solteiro, advogado, devidamente inscrito na OAB/PB nº 21.393, com endereço profissional sito na Av. Cel. Otto Feio da Silveira n 519, sala 202, Pedro Gondim, João Pessoa/PB.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe as poderes inerentes da cláusula "ad iudicia et extra", para o foro em geral, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar documentos, solicitar e receber laudo e prontuário médico hospitalar no Hospital de Trauma Sem, Humberto Lucena e no Complexo Hospitalar de Mangabeira Tarcísio Burity, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo a presente instrumento de mandato oneroso e contratual, podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato, atuando estes causídicos em conjunto ou separadamente, independentemente de ordem de nomeação.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga aos Advogados acima descritos, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em atenção com os termos do art. 105 da Lei 13.105/2015.

João Pessoa - PB, 07 de Junho de 2018.

Julinda Priscilla da Silva
OUTORGANTE

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº 013929041315
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO
PRT 20170000484240-0

VIA 1 0059381171-2 00/00000000 2017

NOME
JORDAN BERNARDO DE LIMA

CPF / CNPJ 08540975467 PLACA OXO6518/PB

PLACA ANT. UF NOVO PB 9C2KC1680ER405545

ESPECÍFICO PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC COMBUSTÍVEL ALCO/GASOL

MARCA / MODELO HONDA/CG150 FAN 550I ANO FAB. 2014 ANO MOD. 2014

CAP. POT. CL. 2 P/149 /CI CATEGORIA PARTIC COR. PREDOMINANTE VERMELHA

I P V A	COTA ÚNICA	VENDE COTA ÚNICA	1º
		00/00/0000	2º
			3º

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) ***** SEGURO (R\$) PAGO (R\$) DATA DE PAGAMENTO 31/01/2017

OBSERVAÇÕES
A.F ADM DE CONC NACION HONDA LTDA

LOCAL SANTA RITA - PB DATA 15/12/2017
31623 20192

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULO
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, DE OU FOR SEM CARGA A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PB Nº 013929041315 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

exercício 2017 DATA EMISSÃO 15/12/2017

VIA 1 08540975467 PLACA OXO6518/PB

RENDAVIA 00883811712 MARCA / MODELO HONDA/CG150 FAN 550I

ANO FAB. 2013 DEIME 9 9C2KC1680ER405545

PRÊMIO TARIFÁRIO

PREM (R\$) *****	CONTRAT (R\$) *****	CUSTO DO SEGURO (R\$) *****
------------------	---------------------	-----------------------------

CUSTO DO BILHETE (R\$) ***** (R\$) SEGURO PAGO

PAGAMENTO DATA DE QUITAÇÃO
 COTA ÚNICA PARCELADO 31/01/2017

SEGURADORA LÍDER - DPVAT
CNPJ 06.316.689/0001-04

20192-0957421-20171215

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA DIP.124.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA-CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Julinda Cristina da Silva
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CUMPREV PREVIDÊNCIA SIA
23 NOV. 2018
PROTOCOLO
10.040.0000

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 24 39660 DATA DE EXPEDIÇÃO 17 JUN. 1997

NOME JULINDA CRISTINA DA SILVA
Valdemar Francisco de Sousa

FILIAÇÃO Roselia Bernardo da Silva

Santa Rita PB. 14.05.1980.

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC ORIGEM Cert.Nasc.1.258.Fls.221.Liv.02
Cart.de N.Srta Livramento Santa Rita PB.

CPF João Pessoa - PB

ALEXANDRE MAGNO C. DE CARVALHO
ASSINATURA DO DIRETOR DE IDENTIFICAÇÃO

LEI N°7.116 DE 28/08/83

Scanned with CamScanner

DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal
Documento para o pagamento da conta
Emissão para o pagamento da conta à luz da Lei de Energia Elétrica - Nº 248, 2014

EMPRESA PARANÁ - LINHA GÁS DE ENERGISA SA
R. 210, Km 11 - Cam. Maracajá - Jd. Piquete - PB - CEP 82011-010
CNPJ 08.963.193/0001-00 Ins. Est. 18.871.875-9

DADOS DO CLIENTE		CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR		
JULINDA CRISTINA DA SILVA RUA DALVA SANTALICE FALCONE 215 SANTA LITA 58919-000		5/1150672-2		
REFERÊNCIA	APRESENTAÇÃO	CONSUMO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
JUL/2018	27/07/2018	112	03/08/2018	R\$ 99,29

Acesse: www.energisa.com.br

JULINDA CRISTINA DA SILVA
Rotômetro: 18-009-044-0000
9365930000-2 96290054000-4 11506722018-2 9771800618-3

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR	MATÉRIA
03/08/2018	R\$ 99,29	1180722018-2

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
23 NOV. 2018
PROTÓCOLO
18872012-2

Scanned with CamScanner

Receituário
 Paciente: LILIANA CRISTINA DA SILVA
 Data: 27/08/2018 08:42:11 Sexo: Feminino Idade: 22/05/1996 SAE: 1031047

ATESTADO

ATESTO PARA OS DEVIDOS FINS
 QUE JULIANA CRISTINA DA SILVA
 FOI VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO,
 PERMANECU INTERNA DA NO HOSPITAL
 DE EMERGENCIA E TRAUMA SEN
 HUMBERTO LUCENA NO PERIODO DE
 29/05/18 A 27-08-2018. NECESSITA
 PERMANECER AFASTADA DA ATIVIDADES
 PROFISSIONAIS DURANTE (220) CENCO
 E VINTE DIAS, A CONTAR DE 29/05/18
 CD=2998

Dr. Dr. Francisco das Chagas Fernandes
 Cirurgião Plástico
 CRM - PB 2913

Dr. FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES
 2913/PB

2 PESSOA - 10
 27-08-18

HEETSML - Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena
 Av. Orestes Lisboa, S/N Conj. Paulo Góes de Joo Pessoa - Paraíba - Cep: 58007-030

SAÚDE PREVIDÊNCIA S/A
 23 NOV. 2018
 PROTOCOLO
 1031047

DETRAN - PB Nº 013929041315
 CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO
 PNT 20170000484240

1 0059381171-2 00/00000000 2017

NOME
 JORDAN BERNARDO DE LIMA

DTF / CAPJ 08540975467 PLACA OX06518/PB

PLACA ANT / UF NOVO PB CHASSI 9C2RC1680ER405545

ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC COMBUSTIVEL ALCO/GASOL

MARCA / MODELO HONDA / CG150 FAN 2501 ANO FAB 2013 ANO MOD 2014

CAP / POT / CL 2 P/149 / C1 CATEGORIA PARTIC COR PRECEDENTE VERMELHA

COTA UNICA VENC. COTA UNICA VENC. COTAS
 00/00/0000 1º
 2º
 3º

PREVIO TAVANCO PRE DE PREV PREV TOTAL PRE DATA PAGAMENTO
 ***** SEGURO P A G O 31/01/2017

RESERVAÇÕES
 A.F. ADM DE CONÇ NACIION HONDA LTDA
 0

SANTA RITA - PB LOCAL DATA
 31623 15/12/2017
 20192

PREVIDÊNCIA S/A
 23 NOV. 2018
 PROTOCOLO
 AC. JOÃO PESSOA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
JULINDA CRISTINA DA SILVA

Nº de Inscrição
032800574-69

Data de Nascimento
14/06/60

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
23 NOV. 2018
PROTOCOLO
130 PESSOA

Scanned with CamScanner

LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE Julinda Cristina da Silva
DATA DE NASCIMENTO 14/05/80
NOME DA MÃE Roselia Bernardo da Silva

DADOS EXTRAÍDOS

PRONTUÁRIO N.º 109023
BOLETIM DE ENTRADA N.º 1085087
DATA DO ATENDIMENTO 29/05/18
HORA DO ATENDIMENTO 19:13
MOTIVO DO ATENDIMENTO Acidente de moto
DIAGNÓSTICO (S) Lesão de partes moles em perna esquerda
CID 10 L99.8

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste Serviço, vítima de queda de moto, trazido pelo SAMU, com queixa de cefaléia, dor e escoriações em membros superiores, dor e lesão extensa de partes moles com perda de substância em membro inferior esquerdo, nega perda da consciência, glasgow 15. Avaliado pela Traumatologia, Neurocirurgia, Cirurgia Plástica e internado para tratamento cirúrgico.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

TC de crânio
RX cotovelo D e E, joelho D e E, perna E

RESULTADOS DOS EXAMES:

Tc: sem anormalidades
RX: sem anormalidades

TRATAMENTO:

Curativo cirúrgico em perna E (realizado em 04/07/18). Curativo cirúrgico em perna E (realizado em 09/07/18). Curativo cirúrgico em perna E (realizado em 12/07/18). Curativo cirúrgico em perna E (realizado em 15/07/18). Enxerto de pele em perna esquerda (realizado em 19/07/18).

ALTA HOSPITALAR: 27/07/18
DATA DA EMISSÃO: 19/11/18

Dr. Juan Jaime Alcoba Arce
CRM: 3323/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221205 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos - O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima interdita com curador - Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Nome Completo da Vítima <i>Julinda Cristiana da Silva</i>	CPF da Vítima <i>032.800.574-69</i>	Data do Acidente <i>29/08/2018</i>
--	--	---------------------------------------

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal	CPF do Representante legal
Email	Telefone (DDD)

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinalar uma das opções abaixo:

- Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discordo do seu conteúdo.

João Pessoa 29 de Novembro de 2018
Local e Data

Julinda Cristiana da Silva
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DALL001 V001/0017

AV. CRESTES LISBOA, S/n - PEDRO GONDIM
 CNES: 445365 - Tel.: 8332185700

Impresso por: ROBERTO
 DINO LATTARULI
 Em: 09/07/2018 08:55:41

Paciente JULINDA CRISTINA DA SILVA		Bolém de Atendimento 1085087	Data/Hora Entrada 29/06/2018 19:13:44	Data/Hora Saída
Data de nascimento 14/05/1980	Idade 38	Sexo Feminino	CNS 704303572863699	Prontuário 109023
Tempo de Internação		Convênio SUS	Plantão DIURNO	

EVOLUÇÃO MEDICA (ROBERTO DINO LATTARULI - 09/07/2018 08:55:32)

EVOLUÇÃO

PROCEDIMENTO:

DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO:

39º DIH

TROCADO O CURATIVO ESPECIAL PARA PREPARO DE ENXERTO

Seção: POSTO II - ENF 21 Leito: 0001 - ORTOPEDIA
 Profissional responsável pela informação: ROBERTO DINO LATTARULI

Número Conselho: 4506

Roberto Dino Lattaruli
 Cirurgião Plástico
 CRM-PA 4506 / RQE 1243

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
 23 NOV. 2018
 PROTOCOLO
 AC. JOÃO PESSOA

Scanned with CamScanner

Centro Vereditus Reabilitação

Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena

GOVERNO
DA PARAIBA

AV. ORESTES LISBOA, S/N -
CNES: 464556 - Tel.:

Impresso por: EMLTON
AMARAL SEGUNDO
Em: 15/07/2018 09:28:51

Paciente JULINDA CRISTINA DA SILVA		Bolém de Atendimento 108387	Data/Hora Entrada 28/05/2018 19:13:44	Data/Hora Saida
Data de nascimento 14/05/1982	Idade 38	Sexo Feminino	CNS 704303572883899	Prontuário 109023
Tempo de Internação		Convênio SUS	Plantação DIURNO	

EVOLUÇÃO MEDICA (EMILTON AMARAL SEGUNDO - 15/07/2018 09:28:38)

EVOLUÇÃO

PROCEDIMENTO

DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO:

cirurgia plástica

-diã 45

-traumatismo de membro inferior - perda de substância

paciente evolui sem queixas. afebril nas últimas 24 horas. diurese preservada. refere que tem enxerto programado para amanhã.

ao exame:

bag. eupnéica, anictérica, acianótica, hidratada, corada. afebril e orientada.
curativo: área cruenta com granulação de boa aparência.

conduta:

- realizado curativo com sulfadiazina de prata a 1% sem anestesia.

Seção: POSTO II - ENF 21 Leito: 0001 - ORTOPEDIA
Profissional responsável pela Informação: EMLTON AMARAL SEGUNDO

Número Conselho: 5352

Dr. Emilton Amaral Segundo
Cirurgião Plástico
CRM-PB 5352

INTERNO, SIN -
CMES: 4545454 - 141

Paciente JULIANA CRISTINA DA SILVA	Boleim de Atendimento 1685987	Data/Hora Entrada 21/05/2018 18:13:44	Data/Hora Saída
Data de nascimento 14/05/1980	Sexo Feminino	CNS 764343572483699	Plano 109023
Tempo de Internação	Carrelato SUS		Plano DIURNO

EVOLUÇÃO MÉDICA (THIAGO HENRIQUE DE ARAUJO LINO - 16/07/2018 09:42:04)

EVOLUÇÃO

PROCEDIMENTO:
DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO:

cirurgia plástica

-dlh 46

-traumatismo de membro inferior - perda de substância

PACIENTE ESTAVA COM CIRURGIA AGENDADA PARA HOJE DIA 16, PORÉM NÃO SE ENCONTRAVA NO MAPA DO CENTRO CIRÚRGICO. REAGENDADA PARA AMANHÃ. (HA UMA LAMINA DO DERMATOMO DISPONIVEL)

Salação: POSTO II - ENF 71 Laís: 0001 - ORTOPEDIA
Profissional responsável pela informação: THIAGO HENRIQUE DE ARAUJO LINO

Dr. Thiago Lino
Médico
CRM: 109023
C.R.C. 6368

Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena

AV. CRESTES LISBOA, s/n - PEDRO GONDIM - CNES: 123312 - Tel: 8332146700

Bolém de Atendimento: 1085087

Identificação do paciente			
ID 1292465	Nome JULIANA CRISTINA DA SILVA	Sexo Feminino	
Data de nascimento 14/05/1980	Idade 38 anos 15 dias	Estado civil	Religião
Mãe ROSELIA BERNARDO DA SILVA	Pai WALDEMAR FRANCISCO DE JOANA		
Escolaridade	Responsável (Parentesco) JORDAN BERNARDO DE LIMA - PRIMO(A)		
DDD Móvel 83	Tela Móvel 88600615	DDD Fixo	Fone Fixo
Tipo documento CPF	Número documento 83360057469	Nº Cms 704303672843899	
Local de residência BR 230	Tipo BARRIO		UF PB
Etnia	Residência SANTA RITA	CIDR	
Endereço			
CEP 58302355	Município de residência SANTA RITA	UF PB	Logradouro BERRA BRANCA
Número 72	Complemento		Bairro MUNICIPIOS
Admissão			
Data e Hora 28/05/2018 18:13:44	Número da publicação 1000059885992	Convênio SUS	
Especialidade GRUPO A GERAL	Clínica		
Classificação de risco	Origem do paciente RODOVIA		
Centro de atendimento	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente QUEDA / OUTROS	
Indicadores e Transporte			
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Via de ambulância Não	Trauma Não
Modo de transporte SAMU	Quem transportou		
Sinais Vitais			
PA	x mmHg	Pulso	Temperatura
Exames complementares			
Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []
Liquor []	ECG []	Ultrasonografia []	
<p>Dados clínicos</p> <p>Syllusis: Paciente trazido pelo SAMU vítima de acidente de acidente de moto no momento em que estava de encaminhada ao conv. médico do</p>			
<p>Diagnóstico</p>			
<p>Atendido por THAÍO FERNANDES DE ARAUJO</p>			

REV FREQÜENCIA S/A
Edu 23 NOV 2018
PROTÓCOLO
AC. JOÃO PESSOA

Imprimir

04/07/2018

172.16.0.6:8080/cvb/pages/atendimento.do?report=empresarial&curator=saulo_souto_montenegro

Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena

AV. DRESTES LIEBOA, S/N -
CNEC: 454556 - Tel.:

Impresso por: SAULO
SOUTO MONTENEGRO
Em: 04/07/2018 12:34:00

Paciente JULINDA CRISTINA DA SILVA		Brilém de Atendimento 1085087	Data/Hora Entrada 29/05/2018 19:13:44	Data/Hora Saída
Data de nascimento 14/05/1980	Idade 38	Sexo Feminino	CNS 704303572862699	Prontuário 109023
Tempo de Internação		Convênio SUS	Planta DIURNO	

EVOLUÇÃO MEDICA (SAULO SOUTO MONTENEGRO - 04/07/2018 12:33:51)

EVOLUÇÃO

PROCEDIMENTO:

DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO:

REALIZADO CURATIVO SOB ANESTESIA E DESBRIDAMENTO

Seção: POSTO II - ENF 18 Lata: 0301 - ORTOPEDIA
Profissional responsável pela informação: SAULO SOUTO MONTENEGRO

Número Conselho: 1929

Scanned with CamScanner

AREA VERMELHA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOÃO PESSOA - PB, 58031090

Tel:

CNES: 6121221

Paciente JULINDA CRISTINA DA SILVA	DAF 1065887	Data Hora Entrada 29/05/2018 18:12:43	Data Saída
Cela de Internação 14051930	Idade 38a 16d	Sexo Feminino	CNS 70433022803489
Nome ROSÁLIA BERNARDO DA SILVA			Teléfono de Contato 731 55083966
Endereço SERRA BRANCA, 73			Município SANTA RITA
Estado MUNICÍPIO			UF PB
Acidente QUEDA / OUTROS	Motivo ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Profissão YEGOR LEM EFFERSON DANTAS MARTINS	UF de o. Hospital Pernambuco
Data Hora Consultação 29/05/2018 18:13:44		Data Hora Prescrição 29/05/2018 18:35:57	

Anamnese

Paciente vítima de queda de motocicleta, trazida pelo SAMU em protocolo de imobilização em collar cervical e prancha rígida. Consciente e orientada, queixa-se de dor/limitação e escoriações em mãos (predominante em cotovelos), e dor a leve extensão de partes moles, com perda de sensibilidade, em mão, informa que usava capacete. Negar convulsões, perda de consciência, dor torácica, dor abdominal, dor lombar. É asmática. Negar HAS ou DM, diabetes e AAS.

HD: Trauma de mão
CD: Analgésico, SAT
TC: órnia, RX mão, ra. cotovelos e joelhos.
Parecer: Ortopedia, Neurocirurgia, Cirurgia Plástica
Alta em Cirurgia geral

Slts. Dr. Vidomar + Dr. Flávio

MEDICAÇÃO

CETOPROFENO 100 MG (FRASCO/AMPOLA), ADMINISTRAR 1,0 MG VIA E.V., AGORA. (OBSERVAÇÕES: 1 AMP + 100 ML SF 0,9%)

TETANOGAMINA, ADMINISTRAR 1,0 UI VIA INTRAMUSCULAR, AGORA, 8,0 (MG/5ML) (OBSERVAÇÕES: 1 AMP IM)

CUIDADOS

SOLICITAÇÃO DE PARECER ORTOPEDIA

SOLICITAÇÃO DE PARECER NEUROCIURURGIA

SOLICITAÇÃO DE PARECER CIRURGIA PLÁSTICA

EXAME DE IMAGEM

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRANIO

RADIOGRAFIA DE JOELHO ESQUERDO (AP + LATERAL)

RADIOGRAFIA DE PERNA ESQUERDA

RADIOGRAFIA DE JOELHO DIREITO (AP + LATERAL)

RADIOGRAFIA DE COTOVELO DIREITO

RADIOGRAFIA DE COTOVELO ESQUERDO

CID10

Código	Descrição
T14.4	Trauma do membro superior direito

Conduta

Em observação

Dr. YEGOR LEM EFFERSON DANTAS MARTINS
Médico
Residência Cirurgia Geral
JOÃO PESSOA - PB 58031-090

JULINDA CRISTINA DA SILVA

YEGOR LEM EFFERSON DANTAS MARTINS
(CRM 17719)

Documento gerado por THIAGO FERREIRAS DE ARAUJO em 29/05/2018 19:14:18

AREA AMARELA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N., JOAO PESSOA - PB, 58031090
 Tel: 32165700
 CNES: 454554

Paciente JULINDA CRISTINA DA SILVA		RAE 1285087	Data Hora Entrada 29/05/2018 19:13:44	Data Saída
Data de nascimento 14/05/1990	Idade 28a 10d	Sexo Feminino	CNS 754323572863899	Telefone de Contato (83) 986205055
Atua ROSELIA BERNARDO DA SILVA				Plantão
Endereço SERRA BRANCA, 72		Bairro MUNICÍPIOS	Município SANTA RITA	UF PB
Acidente QUEDA / OUTROS	Motivo ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Profissional JOSE RENNA GOMES DA SILVA		Nº Cons. Regional 9121/PB
Data Hora Classificação 29/05/2018 19:13:44			Data Hora Prescrição 29/05/2018 21:08:19	

Anamnese

«IENTE VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO COM TRAUMA NO COTOVELO DIREITO E ESQUERDO E PERNA ESQUERDA.

AO EXAME:

ESCORIAÇÃO EXTENSA NA PERNA ESQUERDA.
 ESCORIAÇÃO NO COTOVELO DIREITO

RADIOGRAFIAS SEM ALTERAÇÕES ÓSSEAS

HO: CONTUSÃO DO COTOVELO DIREITO E PERNA ESQUERDA

CD: ALTA DA ORTOPEDIA
 AGUARDA AVALIAÇÃO DA CIR. PLÁSTICA

Conduta

Em observação

 JULINDA CRISTINA DA SILVA

 JOSE RENNA GOMES DA SILVA
 (CRM: 9121/PB)

Boleto registrado por THIAGO FERNANDES DE ARAUJO em 29/05/2018 19:14:19

FICHA DE ANESTESIA

44

DATA: 16/07/19

FRONTUÁRIO: 2019

PACIENTE: <u>Wesley de Siqueira</u>		SEXO: <u>M</u>	COR: <u>P</u>	IDADE: <u>30</u>
PROCESSO CERAL: <u>10000000000000000000</u>	PULSO: <u>72</u>	RESPIRAÇÃO: <u>12</u>	TEMPERATURA: <u>36,5</u>	GLICO SANGUÍNEO: <u>100</u>
ESTADO CERAL: <u>(BOM) (REGULAR) (MAU) (PÉSSIMO)</u>		RISCO CIRÚRGICO: <u>(BOM) (REGULAR) (MAU) (PÉSSIMO)</u>		
EXAMES COMPLEMENTARES: <u>Exames</u>				
AP. RESPIRATÓRIO: <u>2,5 L/min</u>		AP. CIRCULATÓRIO: <u>120 x 80</u>		
AP. DIGESTIVO: <u>Normal</u>		ESTADO MENTAL: <u>W</u>	DROGAS EM USO: <u>Alcool</u>	
PRE-ANESTÉSICO: <u>100</u>		ESTADO FÍSICO: <u>ASA II</u>		
DIAGNÓSTICO PRE-OPERATÓRIO: <u>W.S.</u>				
CIRURGIA REALIZADA: <u>Exatoma</u>				
CIRURGÃO: <u>M. R. M.</u>		AUXILIARES: <u>---</u>		
INÍCIO DA ANESTESIA: <u>12:30</u>		TÉRMINO DA ANESTESIA: <u>13:00</u>	DURAÇÃO DA ANESTESIA: <u>30</u>	
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO: <u>---</u>		QUANT. DE CH.: <u>---</u>	VALORES R\$: <u>---</u>	
ANESTESISTA: <u>Wesley de Siqueira</u>		C.P.F.: <u>---</u>	CRM-PB: <u>---</u>	

12:30	12:35	12:40	12:45	12:50	12:55	13:00	13:05	13:10	13:15	13:20	13:25	13:30	13:35	13:40	13:45	13:50	13:55	14:00
<p>PROTÓCOLO DE SEGURANÇA</p> <p>23/08/2018</p> <p>PROV. DE ANESTESIA</p>																		

USUÁRIO	QUANTIDADE	MEDICAMENTOS E MATERIAIS USADOS NO ATO ANESTÉSICO	USUÁRIO	QUANTIDADE
1	1	0,5% Lidocaína	11	1
2	1	0,5% Lidocaína	12	1
3	1	---	13	1
4	1	---	14	1
5	1	---	15	1
6	1	---	16	1
7	1	---	17	1
8	1	---	18	1
9	1	---	19	1
10	1	---	20	1

Wesley de Siqueira
Médico
CRM-PB 4475

SUS Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde		LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)		Folha 1/2	
Identificação do Estabelecimento de Saúde					
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE			2 - CNES		
HERETSHL					
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO ESPECIALIZADO			4 - CNES		
HERETSHL					
Identificação do Paciente					
5 - NOME DO PACIENTE				6 - Nº DO HOSPITAL	
Julinda Cristina da Silva				608.5087	
7 - CATEGORIA NACIONAL DE SAÚDE (CNS)			8 - DATA DE NASCIMENTO		9 - SEXO
			14/05/1980		Masc [1] Fem [3]
10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL			11 - TELEFONE DE CONTATO DO TELEFONE		
12 - ENDEREÇO, RUA Nº, BAIRRO					
13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA		14 - CÓD. IBGE MUNICIPAL	15 - UF	16 - CEP	
17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)					
MUDANÇA DE PROCEDIMENTO					
18 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR			19 - CÓD. DO PROCEDIMENTO - ANTERIOR		
20 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA			21 - CÓD. DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA		
22 - DIAGNÓSTICO SOCIAL		23 - CID 10 PRIMÁRIO	24 - CID 10 SECUNDÁRIO	25 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS	
SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)					
26 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL			27 - CÓD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		
28 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE UTILIZAÇÃO DIÁRIA DE ACOMPANHANTE					
☐ DIÁRIA DE ACOMPANHANTE		☐ DIÁRIA DE UTILIZAÇÃO		☐ DIÁRIA DE UTILIZAÇÃO	
29 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL			30 - CÓD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	31 - CID 10	
32 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL			33 - CÓD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	34 - CID 10	
35 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL			36 - CÓD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	37 - CID 10	
38 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO					
- Películas Biológicas Natural (01) - Lâminas plásticas (01) (Hemina e Dermato)			SUPREVISÃO PREVIDÊNCIA S/A 23 NOV. 2019 PROTOCOLO AG. JOÃO PESSOA		
PROFISSIONAL SOLICITANTE					
39 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE			40 - DATA DA SOLICITAÇÃO		
Marcelo Atila					
41 - DOCUMENTO		42 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE		43 - ASSINATURA E CARGO Nº DO REGISTRO DO CONSELHO	
CNS X CPF		04891478154-198		Marcelo Atila Cirurgião Plástico CRM 8456	
AUTORIZAÇÃO					
44 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR			45 - CÓD. ORGÃO EMISSOR	46 - DATA DA AUTORIZAÇÃO	
47 - DOCUMENTO		48 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE		49 - ASSINATURA E CARGO Nº DO REGISTRO DO CONSELHO	
CNS X CPF

HOSPITAL
MUNICIPAL

RELATÓRIO DE CIRURGIA

HOSPITAL

Nome: Fabio Maracaja de Almeida Carneiro BE/Prontuário: _____
 Idade: _____ ANOS Sexo: () Masculino () Feminino Cor: _____ Data: 28/11/18
 Clínica/Setor: _____ UTQ _____ EMP: _____ LR: _____
 Cirurgia: CURATIVO DE QUEIMADO
 Cirurgião: Dr. Fabiano de Almeida Carneiro 1º Assistente: _____
 2º Assistente: _____ 3º Assistente: _____
 Instrumentador: _____ Anestesista: Dr. ...
 Tipo de Anestesia: geral Horário: Início _____ Término _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
<u>QUEIMADO</u>	
<u>Eximato do perno exposto</u>	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
<u>CURATIVO DE QUEIMADO</u>	
<u>Eximato do perno exposto</u>	

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim () Não. Descrição: _____

Biopsia de Congelação: () Sim () Não

Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:

() Enfermaria () Terapia Intensa () Residência

() Óbito durante Ato Cirúrgico
João Pessoa, 28/11/18

Médico/CRM: _____

Fabio Maracaja de Almeida Carneiro
Médico
CRM 1261

PREV PREVIDÊNCIA S/A
23 NOV. 2018
PROTOCOLO
040 PESSOA

FINGLASCIR.009-1

RELATÓRIO DE CIRURGIA

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA	
Posição e Preparo:	<i>1. Paciente em decúbito supino</i>
Incisão:	<i>2. Incisão 7cm na região abdominal</i>
Achados:	<i>3. Adesões intestinais, fígado normal</i>
Conduta:	<i>4. Ressecção de 10cm de intestino delgado</i>
Fechamento:	<i>5. Fechamento em 2 planos</i>
Observação:	<i>6. Evolução satisfatória</i>

Dr. Eduardo Dorn Soares
CRM 6741
Cirurgia Plástica

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
23 NOV. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

João Pessoa, ____/____/____

Médico/CRM: _____

FINGLASCIR.009-1

RELATÓRIO DE CIRURGIA

ESTAB:

Nome: JULINDA CRISTINA DA SILVA BE/Prontuário: 1085087
 Idade: 38 ANOS Sexo: () Masculino (X) Feminino Cor: _____ Data: 14 / 06 / 18
 Clínica/Setor: UTQ EMP: _____ LR: _____
 Cirurgia: PERDA SUBSTANCIA NA PERNA
 Cirurgião: Dr. Eduardo Dore 1º Assistente: _____
 2º Assistente: _____ 3º Assistente: _____
 Instrumentador: _____ Anestesista: DR ROSA
 Tipo de Anestesia: GERAL Horário: Início _____ : _____ Término _____ : _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
PERDA SUBSTANCIA NA PERNA	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
CURATIVO PERDA SUBSTANCIA NA PERNA	
DESBRIDAMENTO CIRÚRGICO	

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim (X) Não. Descrição: _____
 Biopsia de Congelação: () Sim (X) Não
 Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:
 (X) Enfermaria () Terapia Intensa () Residência () Óbito durante Ato Cirúrgico
 João Pessoa, 14 / 06 / 18

Médico/CRM : DR. EDUARDO DORE _____

F(NG)ASCIR.009-1

HOSPITAL
D'ÁVILA

RELATÓRIO DE CIRURGIA

HOSPITAL

Nome: Juliana C. da Silva BE/Prontuário: 1085087
 Idade: 38 Sexo: Masculino Feminino Cor: _____ Data: 19.07.18
 Clínica Setor: C.P. Int. 1 EMP: _____ LR: _____
 Cirurgia: Exato de pele
 Cirurgião: Dr. Marcelo Atila 1º Assistente: _____
 2º Assistente: _____ 3º Assistente: _____
 Instrumentador: _____ Anestesista: _____
 Tipo de Anestesia: Rapm Horário: Início _____ Término _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
<u>Perda de substância em pele</u>	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
<u>Exato de pele</u>	

COOPREVIDÊNCIA S/A
 23 NOV. 2018
 PROTOCOLO
 AC. JOÃO PESSOA

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim () Não. Descrição: _____

Biopsia de Congelação: () Sim () Não

Encaminhamento do Paciente Após Ato Cirúrgico:

() Enfermaria () Terapia Intensa () Residência () Óbito durante Ato Cirúrgico

Médico/CRM: _____

Marcelo Atila
 Cirurgião Plástico
 CRM 6456

João Pessoa, 19.07.18

FINGLASCTR-009-1

RELATÓRIO DE CIRURGIA

000000

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA
Posição e Preparos:
Incisões:
Achados:
Conduta:
1. PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA GERAL
2. BALNEOTERAPIA + DESBRIDAMENTO
3. CURATIVO COM KOLAGENASE
4. OCLUSÃO
Fechamento:
Observação:

COMITÊ DE PREVIDÊNCIA S/A
23 NOV. 2018
PROTÓCOLO
AG. JOÃO PESSOA

Dr. Eduardo Jorge Dore Soares
Cirurgia Plástica

Médico/CRM: DR. EDUARDO DOBEM 6181

João Pessoa, 18 / 06 / 18

TCXG ANUR 0961

Scanned with CamScanner

RELATÓRIO DE CIRURGIA

REC-066

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA
Posição e Preparo:
Incisão:
Achados:
Conduta:
1. PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA GERAL
2. BALNEOTERAPIA
3. CURATIVO COM KOLAGENASE
4. OCLUSÃO
5. FISIOTERAPIA MOTORA
Fechamento:
Observação:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
23 NOV. 2018
PROTÓCOLO
N.º JOÃO PESSOA

Médico/CRM: ROBERTO DINO/4506

Dr. Roberto Dino Edgarsi
Cirurgião Plástico
CRM-PB 4506 / RQE 1203

João Pessoa, 25 / 06 / 18

TINGIASCIR.009-1

RELATÓRIO DE CIRURGIA

SEI 0001

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA
Posição e Preparo:
Inclso:
Achados:
Conduta:
1. PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA GERAL
2. BALNEOTERAPIA
3. CURATIVO ESPECIAL DE PRATA
4. OCLUSÃO
5. FISIOTERAPIA MOTORA
Fechamento:
Observação:

PREVIDÊNCIA S/A
23 NOV. 2018
PROTOCOLO
AC. JOÃO PESSOA

Médico/CRM: SAULO MONTENEGRO

Saulo Montenegro
CRM 12887
R. João Pessoa, 400

João Pessoa, 04 / 07 / 18

T(NG)ASCIR.009-1

Scanned with CamScanner

RELATÓRIO DE CIRURGIA

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA	
Posição e Preparação:	Posição em P121 com referenciamento Antes e depois
Incisão:	Demarcado antes do fecho de caso F
Achados:	
Conduta:	Fecho antes em fecho F
Fechamento:	
Observação:	Cuidado com ferimento

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
23 NOV. 2018
PROTÓCOLO
AS. JOÃO PESSOA

Médico/CRM: Marcelo Atilio
Cirurgião Plástico
CRM 65527

João Pessoa, 11/07/18

F(NQ)ASCIR.009-1

PROCESSO NÚMERO - 0800646-27.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO(S): [SEGURO, ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO, SEGURO]

AUTOR: JULINDA CRISTINA DA SILVA

Advogados do(a) AUTOR: RENAN DE CARVALHO PAIVA - PB21393, FABIO MARACAJA DE ALMEIDA CARNEIRO - PB22725

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Advogado do(a) RÉU:

DESPACHO

Vistos.

Defiro o pedido de gratuidade de justiça.

O art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese o texto legal, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão do ato que deferiu em parte o pedido no âmbito extrajudicial, apenas rerepresentando a situação de fato ao juízo sem a complementação de provas, trazendo os mesmos exames já levados à perícia administrativa.

No que pese entendimento anterior, a experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

Por outro lado, ressalte-se que fazia sentido a designação de audiência prévia de conciliação quando, ante a realização da perícia médica, designada para a mesma data, com o grau de invalidez estabelecido no laudo respectivo, restava o feito com todos os elementos que possibilitariam a conciliação, prescindindo, inclusive, da formação do contraditório.

Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o sentido a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.

Desta feita, cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Servirá esse despacho como mandado.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

Nº DO PROCESSO: 0800646-27.2019.8.15.2003

DESTINATÁRIO:

**Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A
Endereço: Rua Senador Dantas, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205**

.....dobre aqui

REMETENTE: 1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa, PB, CEP: 58.013-520
Telefone: (83)3238-6333

.....dobre aqui

PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: JULINDA CRISTINA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

CARTA DE CITAÇÃO

Por meio da presente, de ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito desta 1ª Vara Regional da Capital, fica Vossa Senhoria CITADA para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do Aviso de Recebimento, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte promovente na petição inicial, que pode ser visualizada conforme informações abaixo. Segue, abaixo informado, o link para visualização da contrafé (petição inicial).

João Pessoa/PB, 25 de abril de 2019.

POLYANA GONCALVES LUCENA
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ (PETIÇÃO INICIAL), ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 19012817392786500000018364352

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

CERTIDÃO

Nº DO PROCESSO: 0800646-27.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JULINDA CRISTINA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Certifico e dou fé que, nesta data, inseri neste processo o AR, em anexo.

João Pessoa/PB, 20 de maio de 2019.

POLYANA GONCALVES LUCENA
Técnico Judiciário

Correios

SIGEP AVISO DE RECEBIMENTO

CONTRATO 9912283594

6

Cole aqui

DESTINATÁRIO:

A SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS
Rua Senador Dantas, 74
5º Andar Centro
20031205 Rio de Janeiro-RJ

BI809675466BR

REMETENTE: 1ª VARA CÍVEL REGIONAL DE MANGABEIRA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:

Avenida Hilton Souto Maior, SN
FORUM MANGABEIRA Mangabeira
58055018 João Pessoa-PB

SEGURADORA LIDER

03 MAI 2013

BIANCA DE SOUZA CRUZ VIEIRA
RG: 20.993.830-7

TENTATIVAS DE ENTREGA:

1º / / : h
2º / / : h
3º / / : h

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO:

1 Mudou-se	5 Recusado
2 Endereço Insuficiente	6 Não Procurado
3 Não Existe o Número	7 Ausente
4 Desconhecido	8 Falecido
9 Outros	

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Liene Wayne Ribeiro de Souza
Matr: 8.313.775-0

OBSERVAÇÃO PROC. 0800846-27.2019.815.2003

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

03/05/2013

LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOC. DE IDENTIDADE

SEGUE ANEXO.

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabil de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalla Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Madeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TORRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata de Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

CR *Isabella*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 30-2018/027337-4 Data de emissão: 26/01/2018	
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 sob o número 0230314955 e demais constantes do livro de autenticação.	
Autenticação: FD49743807K8E223GFD59356AFAN25CPEFFD50F68740F732K69636A408188	
Para validar o documento, acesse: http://www.jucerjia.rj.gov.br/servicos/validacao2 , informe o nº do protocolo. Pág. 1/13

Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, Inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (II) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (I) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rratificar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Iamar Alves Torres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helo Brito Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Belliz	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Conselho do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
 Página 2 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Endereço: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
 NIRE: 333.0628479-9 Protocolo: 09-2018/011133-4 Data do protocolo: 26/01/2018
 CERTIFICADO O REGISTRAMENTO em 10/01/2018 SOB O NÚMERO 0000149013 e DEBATA CONSTATADA DO TERMO DE AUTENTICAÇÃO.
 Autenticação: F069743865A48220CF8E45E4A90E18CF8E68740F233E496A8A88E1E8E
 Para validar o documento acesse <http://www.jucec-rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 8/13

7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalla Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

Roberto Barroso
Presidente

Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DE, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro Empresa: SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 60-2019/037103-4 Data de protocolo: 26/01/2019 CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2019 SOB O NOME 0000149699 e demais conteúdos do termo de autenticação. Autenticação: FD997436C7A48220CF0049567A0E10C8E0F0C06074009310496A0C480E1096 Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancelaDigital , informe o nº de protocolo, Pág. 8/13
--	---

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

HÉLIO BITTON RODRIGUES

Justiça Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 08-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 10/01/2018 SOB O NÚMERO 00003148055 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: ED6974365FA42220C7E425CAFAB58C8B87C0C68740F223E96A7D3800139E	
Para validar o documento acesse http://www.jucec-rj.gov.br/servicos/chanceladiigital , informe o nº de protocolo: Pág: 10/13

PORTARIA Nº 104, DE 11 DE JANEIRO DE 2019

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA...

RAUL GOMES SANTOS

PORTARIA Nº 105, DE 11 DE JANEIRO DE 2019

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA...

SUELIO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 106, DE 11 DE JANEIRO DE 2019

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA...

SUELIO DOS SANTOS

RESOLUÇÃO

De acordo com o Parecer Técnico nº 104, de 2 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União...

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 98, DE 11 DE JANEIRO DE 2019

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO...

SUELIO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 107, DE 11 DE JANEIRO DE 2019

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA...

SUELIO DOS SANTOS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERNO

PORTARIA Nº 108, DE 11 DE JANEIRO DE 2019

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA...

RESOLUÇÃO

De acordo com o Parecer Técnico nº 105, de 2 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União...

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 99, DE 11 DE JANEIRO DE 2019

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO...

SUELIO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 109, DE 11 DE JANEIRO DE 2019

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA...

SUELIO DOS SANTOS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERNO

PORTARIA Nº 110, DE 11 DE JANEIRO DE 2019

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA...

Table with 2 columns: ATRIBUIÇÃO and FUNÇÃO. It lists various administrative and technical roles within the organization.

Para maiores informações consulte o endereço eletrônico: http://www.inmetro.gov.br/contato/contato.asp

Nota Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO ENVIAT S/A. NIRE: 311.062479-6. Data de publicação: 28/01/2018.

4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

M/G

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º - A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º - A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º - Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuando os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016.

Página 1 de 10

Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Júria Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575188 - 27/08/2016
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO:
Autenticação: 4BF94DC4688382M70819477D790CBA11812475AE920B296B238403C7645C685
Arquivamento: 0002958803 - 11/10/2016

4996508

11/11

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizada em 17 de março de 2016
Página 2 de 10

Fernando L. S. Barros
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nº: 33300234798
Protocolo: 0020163375185 - 27/05/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C8688382947C81B477D79BC8A11812475AE3208296B235403C7641C698
Atualamento: 0002968803 - 11/10/2016

4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A., realizada em 17 de março de 2016

Página 3 de 10

Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284790
Protocolo: 0020163579185 - 27/06/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 46F9A0C6869382947C616477D799CBA11612475AE9208299B235403C7645C695
Arquivamento: 05062959603 - 11/10/2016

4906510

convocada.

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerará-se regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016.

Página 4 de 10

Fernando F. S. Sena
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284795
Protocolo: 0020163875185 - 27/05/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 46F9ACC85883B2947CE1B477D75BCBA11B12475AE92062955235403C7946C095
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

4935611

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

Fernando P.S. Borzinger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163576185 - 27/09/2016
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2016. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO
Autenticação: +8F9A6C8883B2847D618477D798CBA11512475AE92082968235483C7545C895
Arquivamento: 000028598003 - 11/10/2016

4995812

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI - DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência.

Anexo 1 à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016.

Página 6 de 10

Suelio F. S. Bernardino
Secretaria Geral

Jurídica Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300254790
Protocolo: 0020183575186 - 27/09/2016
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48f9ADC8083382847C81B477D78BC8A11812475AE9208286823E403C7645C595
Arquivamento: 00002058803 - 11/10/2016

4898513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

16/7

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor-Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de maio de 2016
Página 7 de 10

Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284785
Protocolo: 0020163575185 - 27/05/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC86583B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082958235403C7645C695
Arquivamento: 00002268803 - 11/10/2016

4898814

- 12/31
- c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancetes econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;
 - d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;
 - e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;
 - f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;
 - g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e
 - i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

- a) dois Diretores;
- b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;
- c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

- a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;
- b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 8 de 10

Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nise: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO
Autenticação: 49F8A0C8500382947081B477D786CBA11812475AE9208256B235403C7845C885
Arquivamento: 0000250803 - 11/10/2016

4998818

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10

Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 3330284795
Protocolo: 0020183575185 - 27/05/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947D61B477D79BCBA11812475AE92D6298B235403C7845C066
Arquivamento: 00002828003 - 11/10/2016

4998518

de março de 1967.

15/11

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10

Suelio Moreira Torres
Secretário-Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284708
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 40F9A0C59583B2947C51B477D79BCBA11812475AE92082988235403C7545C695
Argumento: 00002958803 - 11/10/2016

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 83.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE

HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas RJ/07004	Tabuleiro Carlos Alberto Faria Oliveira RJ/07004 - Ofício de Notas RJ - 17º Ofício de Notas - 088674	AD128560
Requisição por AUTENTICAÇÃO de firmas de HELIO BITTON RODRIGUES e JOSE ISMAR ALVES TORRES (000000204531)		
Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.	Comp. por Tercetaria LIMPADOR	
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut. Eduarda M. M. de Souza - Aut.	Total	
CARTÃO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ Paula Cristina A. D. Gaspar Escritório GRUPO 40002 sala 80077 ME Av. 283 3º LAR 8.00004

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo Dr. **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos Drs. **CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Prescritivo com a mesma abrangência, a Seguradora Líder DPVAT aceita todos os pedidos e ações a presente e futura.

com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016;

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807

Rio de Janeiro, 04 de Dezembro de 2018

Aos Cuidados de: **JULINDA CRISTINA DA SILVA**

Nº Sinistro: **3180562560**

Vítima: **JULINDA CRISTINA DA SILVA**

Data do Acidente: **29/05/2018**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Assunto: **AVISO DE SINISTRO**

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180562560**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01149/01150 - carta_01 - INVALIDEZ

00020575

Carta nº 13667830

Rio de Janeiro, 06 de Dezembro de 2018

Aos Cuidados de: JULINDA CRISTINA DA SILVA

Nº Sinistro: 3180562560

Vítima: JULINDA CRISTINA DA SILVA

Data do Acidente: 29/05/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180562560**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **29/05/2018**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site www.seguradoralider.com.br, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag: 01183/01184 - carta_04 - INVALIDEZ

00060592

Carta nº 13689405

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário entre 16 e 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL	CPF da Vítima 032.800.574-89	Nome completo da vítima Julinda Cristina da Silva
---------------------------	---------------------------------	--

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo Julinda Cristina da Silva	CPF titular da conta 032.800.574-89	Profissão Recluso
Endereço Rua Nova Cantalice Tralena	Número 215	Complemento Casa
Bairro Horizonte	Cidade Santa Rita	Estado PB
CEP 58959-000	Telefone (DDD) (33) 48708-8708	

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

RECLUIR INFORMAR
 SEM RENDA
 ATÉ R\$ 1.000,00
 R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
 R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00
 R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00
 R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00
 ACIMA DE R\$ 10.000,00

CONTA POUANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

BRADESCO (237)
 BANCO DO BRASIL (001)
 ITAÚ (341)
 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)

AGÊNCIA Nº 0334	DIV	CONTA Nº 435749	DIV 5
-----------------------	-----	-----------------------	----------

(Informar dígito se existir)

CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

BANCO
Nome

AGÊNCIA
Nº

DIV

DIV

(Informar dígito se existir)

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

João Pessoa, 28 de Novembro de 2018
Local e Data

Julinda Cristina da Silva
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Livro nº 001/2018
Ocorrência nº. 2181/2018

Aos VINTE E CINCO (25) DIAS DE NOVEMBRO (11) DE DOIS MIL E DEZOITO (2018), nesta cidade de SAPÉ/PB, na Delegacia de Policia Civil, sob a responsabilidade do (a) Bacharel **FREDERICO CLÁUDIO DE MELO MAGALHÃES**, Delegado (a) de Policia Civil, comigo, **ALEXANDRE JOSÉ NUNES DE SOUTO LIMA**, Escrivã (o) de policia civil "AD HOC", aí, por volta 20 horas e 10 minutos, compareceu a **PESSOA** a seguir qualificada:

JULINDA CRISTINA DA SILVA, RG: 2.439.660 SSP/PB, CPF: 032.800.574-89, Nacionalidade: brasileira, Estado Civil: SOLTEIRA, Profissão: AUTÔNOMA (CABELEIREIRA), Grau de Escolaridade: ENSINO MÉDIO COMPLETO, filha de VALDEMOR FRANCISCO DE JOANA E DE ROSÉLIA BERNARDO DA SILVA, natural de SANTA RITA/PB, nascido em 14/11/1980, com 38 anos de idade, do Sexo: FEMININO, residente na RUA DALVA CANTALICE FALCONE, Nº. 215, HEITEL SANTIAGO, SANTA RITA/PB. CEP: 58.919-000. OBS: PRÓXIMO A "PANIFICADORA DO BAIRRO HEITEL SANTIAGO". Telefone: (83)-98728-8708.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de **FALSIDADE IDEOLÓGICA** (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Policia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

- 1) NATUREZA DO FATO: LESÃO ACIDENTAL DE TRANSITO;
- 2) DATA DO FATO: 29 DE MAIO DE 2018;
- 3) HORÁRIO: 18 HORAS E 00 MINUTOS;
- 4) LOCAL: PRÓXIMO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO "UNIPÊ".
- 5) BREVE RESUMO DO FATO:

O NOTICIANTE RELATA QUE PILOTAVA A SUA MOTO, QUANDO ESTAVA NAS IMEDIAÇÕES DA "UNIPÊ", O PNEU DIANTEIRO DE SUA MOTOCICLETA ESTOROU, FAZENDO A DECLARANTE PERDER O CONTROLE DA MESMA, VINDO A CAIR E SE MACHUCAR, SENDO A MESMA SOCORRIDA PARA O HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB, ONDE FEU ENTRADA PARA AVALIAÇÕES MÉDICAS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS, CONFORME LAUDO MÉDICO APRESENTADO NESTA DELEGACIA ASSINADO PELO MÉDICO "JUAN JAIME ALCOBA ARCE, C.R.M.: 3323/PB", POR ESTE MOTIVO VEIO ATÉ ESTÁ DELEGACIA DE POLICIA CIVIL PARA PODER REGISTRAR ESTE BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL PARA PODER TOMAR AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS LEGAIS JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES DENTRO DAS NORMAS DA LEI.

OBSERVAÇÕES:

DADOS DA MOTO: HONDA/CG150 FAN ESBI; ANO: 2015; MODELO: 2014; COMBUSTÍVEL: FLEX; COR: VERMELHA; PLACA: OXO-6518 SANTA RITA/PB; CATEGORIA: PARTICULAR; CHASSI: 9C2KC1680ER405545; RENAVAM: 0059381171-2; Nº. C.R.L.V.: 013929041315; Nº. P.F.T.: 20170000484240-0; Nº. LACRE: 0045815593; ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA: A.F. ADM. DE CONC. NACIONAL HONDA LTDA; EM NOME DE JORDAN BERNARDO DE LIMA.

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrivã (o) que digitei.

Julinda Cristina da Silva

JULINDA CRISTINA DA SILVA
Comunicante
COMPREVIDENCIA S/A
29 NOV. 2018
PROTOCOLO
AQ. JOÃO PESSOA

Alexandre José Nunes de Souto Lima

ALEXANDRE JOSÉ NUNES DE SOUTO LIMA
ESCRIVÃO DE POLICIA CIVIL "AD HOC"
MATRICULA: 157.356-0

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos - O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador - Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima <i>Julinda Cristina da Silva</i>	CPF da Vítima <i>032.800.579-61</i>	Data do Acidente <i>29/09/2018</i>
---	--	---------------------------------------

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA	
Nome completo do Representante Legal	CPF do Representante legal
E-mail	Telefone (DDD)
<p>Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:</p> <p>Assinalar uma das opções abaixo:</p> <p>☒ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou</p> <p>☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou</p> <p>☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.</p> <p>Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter a perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, DO lesões, para os fins do 5º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.</p> <p>Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa a renúncia a qualquer outra perícia com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.</p>

João Pessoa 29 de Novembro de 2018 -
Local e Data

Julinda Cristina da Silva
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DALI.001 V001/2017

RUA PEDRO GONDIM, S/N - CNES: 122343 - Tel: _____

Boletim de Atendimento: 1085087

Identificação do paciente			
CI 1293165	Nome JULINDA CRISTINA DA SILVA	Sexo Feminino	
Data do nascimento 14/05/1980	Idade 38 anos 2 meses 18 dias	Estado civil	Região Procurado 108022
Mãe ROSELIA BERNARDO DA SILVA		Pai VALDEMAR FRANCISCO DE JOANA	
Escolaridade		Responsável (Farmácia) - PRMO(A)	
DDD Móvel 83	Fone Móvel 996205655	DDD Fixo 83	Fone Fixo 338735882
Tipo documento CPF	Número documento 0329057469	NF Cms 704303672863699	
Local de procedência BR 230	Tipo BAIRRO		UF PB
Etnia	Naturalidade SANTA RITA	CBO/R	
Endereço			
CEP 58302055	Município de residência SANTA RITA	UF PB	Logradouro SERRA BRANCA
Número 72	Complemento	Bairro MUNICIPIOS	
Admissão			
Data e Hora 29/05/2018 19:13:44	Número da pulseira 1000059885992	Convênio SUS	
Especialidade CIRURGIA GERAL	Clínica		
Classificação de risco		Origem do paciente REDOVIA	
Caráter do atendimento	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente QUEDA/OUTROS	
Indicadores e Transporte			
Caso polícia Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não
Meio de transporte SAMU		Quem transportou	
Sinais Vitais			
PA	X	mmHg	Fútil
Temperatura			
Exames complementares			
Raios X []	Sangue []	Urina []	TC []
			Líquor []
			ECG []
			Ultrasonografia []
Dados clínicos			
Diagnóstico			
Atendido por THIAGO FERNANDES DE ARAUJO		Turno 10:00	

COMPREY PREVIDÊNCIA S/A
23 NOV. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO OPRESSA

Imprimir

(11/28/2018 09:09)

DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento com valor fixo
Documento não é responsável de crédito
Número para serviços pagamentos de não-fornecedores de energia elétrica: 019 206174

ENERGISA PARANÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
R. 28, Km 20 - Orla Residencial - Jd. A. Pires - PR - CEP 86011-800
CNPJ 06.095.140/0001-48 - Ins. Est. 1.6215.820-6

DADOS DO CLIENTE		CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR		
JULINDA CRISTINA DA SILVA RUA DA LIA CANTALICE SAUCON 215 SANTARITA 58918-000		5/1150672-2		
REFERÊNCIA	APRESENTAÇÃO	CONSUMO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
JUL/2018	27/07/2018	112	03/08/2018	R\$ 99,29

Acesse: www.energisa.com.br

JULINDA CRISTINA DA SILVA
Roteiro: 15-809-344-2320
8365003950-2 8629854903-4 11506722018-2 87700000018-8

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR	MATRÍCULA
03/08/2018	R\$ 99,29	11506722018-2

UNIAO PREVIDENCIA S/A
23 NOV. 2018
PROTOCOLO
11506722018-2

Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Jordan Bernardo de Lima

RG nº 3401128, data de expedição 1/1

Órgão SSP/PB, portador do CPF nº 085-409-954-67 com domicílio na cidade de Santa Rita, no Estado de

Paraíba onde resido na (Rua/Avenida/Estrada) Rua Serra Branca, nº 72,

complemento essa, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a

vítima Julinda Cristina da Silva cujo o condutor era Julinda Cristina da Silva.

Veículo: MOTOCICLETA

Modelo: HOONDA CG 150 FAN ESDI

Ano: 2013

Placa: DX06518/PB

Chassi: 9C2KC1680ER405545

Data do Acidente:

Local e Data: 15/08/2018

Jordan Bernardo de Lima
Assinatura do Declarante

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

Reconheço, como autêntica e verdadeira, a(s) Firma(s) de: JORDAN BERNARDO DE LIMA
Em testada verdade, João Pessoa-PB 15/08/2018 09:07:
José Francisco da Silva - Escrevente
CPLSA-COOPERATIVA SCS 07, 98 FARMENHA D, 28 PERIMETRO EMPRESAS A 20
SELO DIGITAL SPPAS 2018

José Francisco da Silva
50170
Sempre em seu e registro

COMPREV PREVIDÊNCIA Sim
23 NOV. 2018
PROTOCOLO
AQ. JOÃO PESSOA

LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	Julinda Cristina da Silva
DATA DE NASCIMENTO	14/05/80
NOME DA MÃE	Roselia Bernardo da Silva

DADOS EXTRAÍDOS

PRONTUÁRIO N.º	109023
BOLETIM DE ENTRADA N.º	1085087
DATA DO ATENDIMENTO	29/05/18
HORA DO ATENDIMENTO	19:13
MOTIVO DO ATENDIMENTO	Acidente de moto
DIAGNÓSTICO (S)	Lesão de partes moles em perna esquerda
CID 10	L99.8

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste Serviço, vítima de queda de moto, trazido pelo SAMU, com queixa de cefaléia, dor e escoriações em membros superiores, dor e lesão extensa de partes moles com perda de substância em membro inferior esquerdo, nega perda da consciência glasgow 15. Avaliado pela Traumatologia, Neurocirurgia, Cirurgia Plástica e internado para tratamento cirúrgico.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

TC de crânio
RX cotovelo D e E, joelho D e E, perna E

RESULTADOS DOS EXAMES:

Tc: sem anormalidades
RX: sem anormalidades

TRATAMENTO:

Curativo cirúrgico em perna E (realizado em 04/07/18). Curativo cirúrgico em perna E (realizado em 09/07/18). Curativo cirúrgico em perna E (realizado em 12/07/18). Curativo cirúrgico em perna E (realizado em 15/07/18). Enxerto de pele em perna esquerda (realizado em 19/07/18).

ALTA HOSPITALAR:	27/07/18
DATA DA EMISSÃO:	19/11/18

Dr. Juan Jaime Alcoba Arce
CRM: 3323/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.

AV. DRESTES LISBOA, s/n - PEDRO GONDIM - CNES: 123312 - Tel: 3332768700

Boletim de Atendimento: 1085087

Identificação do paciente

Id: 1293168	Nome: JULINDA CRISTINA DA SILVA	Sexo: Feminino
Data de nascimento: 14/05/1988	Idade: 30 anos 10 dias	Estado civil: Casada
Mãe: ROSELI BERNARDO DA SILVA	Pai: VALDEMAR FRANCISCO DE JOANA	Responsável (Parentesco): JORDAN BERNARDO DE LIMA - PRINCIAL
DDD Móvel: 83	Fone Móvel: 886308655	DDD Fixo: /
Tipo documento: CPF	Número documento: 83280067463	Nº Cns: 784303672863695
Local de procedência: RR 230	Tipo: BARRIO	UF: PA
Email: /	Naturalidade: SANTA RITA	CBO: /

Endereço

CEP: 8832055	Município de residência: SANTA RITA	UF: PB	Logradouro: SERRA BRANCA
Número: 72	Complemento: /	Bairro: MUNICIPIOS	

Admissão

Data e Hora: 23/05/2018 19:13:44	Número da ordem: 1000059885992	Convênio: BUS
Especialidade: CIRURGIA GERAL	Clinica: /	
Classificação de risco: /	Origem do paciente: RODOVIA	
Caráter de atendimento: /	Motivo do atendimento: ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Destino do acidente: Queda / Outros

Indicadores e Transporte

Caso policial: Não	Plano de saúde: Não	Viagem de emergência: Não	Trauma: Não
Método de transporte: SAMU	Quem transporta: /		

Sinais Vitais

PA: X mmHg	Puls: /	Temperatura: /
------------	---------	----------------

Exames complementares

Raios X []	Sangue []	Urina []	TC []	Líquor []	ECG []	Ultrassonografia []
-------------	------------	-----------	--------	------------	---------	----------------------

Dados clínicos: 24/05/18 Paciente trazido pelo fôro último de acidente de acidente de moto. No momento da chegada à emergência encaminhada ao SAMU para atendimento.

Diagnóstico: /
Atendido por: THIAGO FERNANDES DE ARAUJO

23 NOV 2018
PROTÓCOLO
MO. JOÃO PESSOA

Imprimir

AREA AMARELA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, , JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 454554

Paciente JULINDA CRISTINA DA SILVA		BAE 1985087	Data/Hora Entrada 29/05/2018 19:13:44	Data Bloco
Data de nascimento 14/05/1988	Idade 38a 16d	Sexo Feminino	CNS 704303572863699	Telefone de Contato (83) 986805655
Mãe ROSELIA BERNARDO DA SILVA				Prontuário
Endereço SERRA BRANCA, 72		Bairro MUNICÍPIOS	Município SANTA RITA	UF PB
Acidente QUEDA / OUTROS	Motivo ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Profissional JOSE RENNA GOMES DA SILVA		Nº Cons. Regional 9121/PB
Data/Hora Classificação 29/05/2018 19:13:44			Data/Hora Prescrição 29/05/2018 21:08:19	

Anamnese

«CIENTE VÍTIMA DE ACIDENTE DE MOTO COM TRAUMA NO COTOVELO DIREITO E ESQUERDO E PERNA ESQUERDA.

AO EXAME:

ESCORIAÇÃO EXTENSA NA PERNA ESQUERDA,
ESCORIAÇÃO NO COTOVELO DIREITO

RADIOGRAFIAS SEM ALTERAÇÕES ÓSSEAS

HD: CONTUSÃO DO COTOVELO DIREITO E PERNA ESQUERDA

CD: ALTA DA ORTOPEDIA
AGUARDA AVALIAÇÃO DA CIR. PLÁSTICA

Conduta

Em observação

JULINDA CRISTINA DA SILVA

JOSE RENNA GOMES DA SILVA
(CRM: 9121/PB)

Bolém registrado por: THIAGO FERNANDES DE ARAUJO em 29/05/2018 19:18:19

CONSULTÓRIOS E ASSISTÊNCIA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/n, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090.

Tel: 32165700

CNES: 445365

Paciente: JULINDA CRISTINA DA SILVA		BAE 1085087	Data/Hora Entrada 29/05/2018 19:13:44	Data Saída
Data de nascimento 14/05/1980	Idade 38a 15d	Sexo Feminino	CNS 704263572863699	Telefone de Contato (83) 996015655
Mãe ROSELIA BERNARDO DA SILVA		Prontuário		
Endereço SERRA BRANCA, 72		Bairro MUNICÍPIOS	Município SANTA RITA	UF PB
Acidente QUEDA / OUTROS	Motivo ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Profissional CARLOS PEREIRA DA SILVA NETO		Nº Cons. Regional 4860/PB
Data/Hora Classificação 29/05/2018 19:13:44		Data/Hora Prescrição 29/05/2018 20:51:40		

Anamnese
 PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO
 FORMA USO DE CAPACETE
 NEGA TCE
 NEGA DOR EM COLUNA
 GLASGOW 15
 CONSCIENTE, ORIENTADA
 MOBILIZA 4 EXTREMIDADES
 TC DE CRANIO: SEM EVIDENCIA DE LESÃO AGUDA
 CD: ALTA NEUROCIRURGIA

Conduta
 Em observação

JULINDA CRISTINA DA SILVA

CARLOS PEREIRA DA SILVA NETO
 (: 4860/PB)

Boletim registrado por: THIAGO FERNANDES DE ARAUJO em: 29/05/2018 19:14:19

AREA VERMELHA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090.

Tel:

CNES: 6121221

Paciente JULINDA CRISTINA DA SILVA	RAE 1068087	Data Hora Entrada 29/05/2018 18:12:44	Data Nasc
Data de nascimento 14/02/1993	Idade 25x 15d	Sexo Feminino	CNPJ 764303072963699
Mãe ROSELIA BERNARDO DA SILVA	Telefone do Contato (83) 960805635		
Endereço SERRA BRANCA, 12			Bairro MUNICÍPIOS
Município SANTA RITA		UF PB	
Acidente / OUTROS QUEDA / OUTROS	Motivo ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Profissional YEGOR LENIEFFERSON DANTAS MARTINS	Nº Cons. Regional 7776/PB
Data Hora Classificação 29/05/2018 18:12:44	Data Hora Prescrição 29/05/2018 18:32:07		
Anamnese			
<p>Paciente vítima de queda de motocicleta, trazida pelo SAMU em protocolo de imobilização em colar cervical e prancha rígida. Consciente e orientada, queixa-se de calafria, dor e desconforto em mms (predominante em cotovelos), e dor e lesão extensa de partes moles, com perda de substância, em tórax, informa que usava capacete. Negó convulsão, perda de consciência, dor torácica, dor abdominal, dor lombar. É asmática, Negó HAS ou DM, alérgica a AAS.</p> <p>HD: Trauma de m/m CD: Analgesia, SAT TC crânio, RX m/m, rx cotovelos e joelhos. Parecer Ortopedia, Neurocirurgia, Cirurgia Plástica Alta da Cirurgia geral</p> <p>Staffs: Dr. Vidomar + Dr. Flávio</p>			
MEDICAÇÃO			
CETOPROFENO 100 MG (FRASCO/AMPOLA); ADMINISTRAR 1,0 MG VIA E.V., AGORA, (OBSERVAÇÕES: 1 AMP + 100 ML SF 0,9%)			
TETANOGAMMA, ADMINISTRAR 1,0 IA VIA INTRAMUSCULAR, AGORA, 0,0 (MG/SM) (OBSERVAÇÕES: 1 AMP IM)			
CUIDADOS			
SOLICITAÇÃO DE PARECER ORTOPEDIA			
SOLICITAÇÃO DE PARECER NEUROCIURURGIA			
SOLICITAÇÃO DE PARECER CIRURGIA PLÁSTICA			
EXAME DE IMAGEM			
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRANIO			
RADIOGRAFIA DE JOELHO ESQUERDO (AP + LATERAL)			
RADIOGRAFIA DE PERNA ESQUERDA			
RADIOGRAFIA DE JOELHO DIREITO (AP + LATERAL)			
RADIOGRAFIA DE COTOVELO DIREITO			
RADIOGRAFIA DE COTOVELO ESQUERDO			
CID10			
Código	Descrição		
T14.9	Traumatismo não especificado		
Conduta			
Em observação			

IMPREV. PREVIDENCIA S/A
 29 NOV. 2018
 PROTOCOLO
 DO JOÃO PESSOA

Dr. Yegor Dantas Martins
 Médico
 Residência Cirurgia Geral
 CRM-PB 7776

JULINDA CRISTINA DA SILVA

YEGOR LENIEFFERSON DANTAS MARTINS
 (CRM: 7776/PB)

Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena

AV. ORESTES LISBOA, S/N -
CNPES: 454556 - Tel:

Impresso por: EMILTON
AMARAL SEGUNDO
Em: 15/07/2018 09:28:51

Paciente JULINDA CRISTINA DA SILVA		Boleim de Atendimento 1085057	Data/Hora Entrada 29/05/2018 19:13:44	Data/Hora Saída
Data de nascimento 14/05/1980	Idade 38	Sexo Feminino	CNS 704303572863009	Prontuário 109023
Tempo de Internação		Convênio SUS	Plantão DIURNO	

EVOLUÇÃO MEDICA (EMILTON AMARAL SEGUNDO - 15/07/2018 09:28:38)

EVOLUÇÃO

PROCEDIMENTO:
DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO:

cirurgia plástica:

-dih 45
-traumatismo de membro inferior - perda de substância

paciente evolui sem queixas,afebril nas últimas 24 horas, diurese preservada, refere que tem enxerto programado para amanhã.

so exame:

beg, eupnéica, anictérica, acianótica, hidratada, corada, afebril e orientada, curativo: área cruenta com granulação de boa aparência.

conduta:

- realizado curativo com sulfadiazina de prata a 1% sem anestesia.

Seção: POSTO II - ENF 21 Leito: 0001 - ORTOPIEDIA
Profissional responsável pela informação: EMILTON AMARAL SEGUNDO

Número Conselho: 5352

Dr. Emilton Amaral Segundo
Cirurgião Plástico
CRM/PE 5752

AV. CRESTES LISBDA, S/n - PEDRO GONDIM
CNES: 445365 - Tel.: 5332165700

Impresso por: ROBERTO DINO LATTARULI
Em: 09/07/2018 08:55:41

Paciente JULINDA CRISTINA DA SILVA		Boleim de Atendimento 1085067	Data/Hora Entrada 29/05/2018 15:13:44	Data/Hora Saída
Data de nascimento 14/05/1980	Idade 38	Sexo Feminino	CNS 704303572863699	Prontuário 109023
Tempo de Internação	Convênio SUS		Plantão DIURNO	

EVOLUÇÃO MEDICA (ROBERTO DINO LATTARULI - 09/07/2018 08:55:32)

EVOLUÇÃO

PROCEDIMENTO:

DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO:

39º DIH

TROCADO O CURATIVO ESPECIAL PARA PREPARO DE ENXERTO

Seção: POSTO II - ENF 21. Leito: 8001 - ORTOPEDIA
Profissional responsável pela informação: ROBERTO DINO LATTARULI

Roberto Dino Lattaruli
 Cirurgião Plástico
 CRP-106 / ROR-1742

Número Conselho: 4506

PREVIDENCIA SIA
 23 NOV. 2018
 PROTOCOLO
 REG. DE PESSOA

Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena

AV. ORESTES LISBOA, S/N -
CNES: 454555 - Tel:

GOVERNO
DA PARAÍBA

Impresso por: SAULO
SOUTO MONTENEGRO
Em: 04/07/2018 12:34:00

Paciente JULINDA CRISTINA DA SILVA		Boletim de Atendimento 1685087	Data/Hora Entrada 29/05/2018 19:13:44	Data/Hora Saída
Data de nascimento 14/05/1980	Idade 38	Sexo Feminino	CNS 704303572863699	Prontuário 109023
Tempo de Internação	Convênio SUS		Plantão DIURNO	

EVOLUÇÃO MEDICA (SAULO SOUTO MONTENEGRO - 04/07/2018 12:33:51)

EVOLUÇÃO

PROCEDIMENTO:

DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO:

REALIZADO CURATIVO SOB ANESTESIA E DESBRIDAMENTO

Seção: POSTO II - ENF 18 Leito: 0001 - ORTOPEDIA
Profissional responsável pela informação: SAULO SOUTO MONTENEGRO

Número Conselho: 1969

Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)	Folha 1/2
---	---	---	-----------

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HEETSIL	2 - CNES
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO ESPECIALIZANTE HEETSIL	4 - CNES

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE Julinda Pinheiro da Silva		6 - Nº DO PROVAZIN 2 1085087
7 - DATA NACIONAL DE SAÚDE (DNS)	8 - DATA DE NASCIMENTO 30/05/1987	9 - SEXO M ☒ F ☐
10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL	11 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE	
12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)	13 - CID - IBS MUNICIPAL - 11 - UF	
15 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	16 - EST	

17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)

MUDANÇA DE PROCEDIMENTO

18 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR	19 - CÓD. DO PROCEDIMENTO - ANTERIOR
20 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ADOTADO - MUDANÇA	21 - CÓD. DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA
22 - DIAGNÓSTICO PRINCIPAL	23 - CID 10 PRINCIPAL
	24 - CID 10 SECUNDÁRIO
	25 - CID 10 CATEGORIAS ASSOCIADAS

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

26 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL	27 - CÓD. DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL
28 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE UTILIZAÇÃO DIÁRIA DE ACOMPANHANTE	
☐ DIÁRIA DE ACOMPANHANTE ☐ DIÁRIA DE UTILIZAÇÃO I ☐ DIÁRIA DE UTILIZAÇÃO II ☐ DIÁRIA DE UTILIZAÇÃO III	
29 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	30 - CÓD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL
31 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	32 - CÓD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL
33 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	34 - CÓD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

38 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

*Película Biológica Natural (01)
 - Lombrina plerocisto (01)
 (hemina plerocisto)*

UNIAPREV PREVIDÊNCIA S/A
23 NOV. 2019
PROTOCOLO
AC. JOÃO PESSOA

PROFISSIONAL SOLICITANTE

35 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE Marcelo Atila	36 - ENDERECO SOLICITANTE
37 - DOCUMENTO DNS: X CPF: 0489478154-198	38 - ASSINATURA E CARREIRO Nº DO REGISTRO DO CONSELHO Marcelo Atila Cirurgião Plástico CRM 8456

AUTORIZAÇÃO

39 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR	40 - CÓD. ÓRGÃO EMISSOR	41 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
42 - DOCUMENTO DNS: X CPF:	43 - Nº DOCUMENTO (DNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	44 - ASSINATURA E CARREIRO Nº DO REGISTRO DO CONSELHO

RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome: Juliana C. da Silva BE/Prontuário: 1085087
 Idade: 38 Sexo: Masculino Feminino Cor: _____ Data: 19/07/18
 Clínica/Setor: C. Plástica EMP: _____ LR: _____
 Cirurgia: Excisão de pele
 Cirurgião: Dr. Marcelo Atila 1º Assistente: _____
 2º Assistente: _____ 3º Assistente: _____
 Instrumentador: _____ Anestesista: _____
 Tipo de Anestesia: Rapido Horário: Início _____ Término _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
<u>Pele de melancolia em face</u>	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
<u>Excisão de pele</u>	

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
 23 NOV. 2018
 PROTOCOLO
 AD. JOÃO PESSOA

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim () Não. Descrição: _____

Biopsia de Congelação: () Sim () Não

Encaminhamento do Paciente Após Ato Cirúrgico:

() Enfermaria () Terapia Intensa () Residência () Óbito durante Ato Cirúrgico

Médico/CRM: Marcelo Atila
 Cirurgião Plástico
 CRM 6456

João Pessoa, 19/07/18

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA	
Posição e Preparo:	Posição em PPD com infiltração Anestésica e antiespasmódica
Incisão:	Onicodite aberta de dedo de mão E
Achados:	
Conduta:	Excisão aberta em dedo E
Fechamento:	
Observação:	Curativo compressivo

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
23 NOV. 2018
PROTOCOLO
19.107.18

Médico/CRM:

Marcelo Atila
Cirurgião Plástico
CRM 8456

João Pessoa, 19/10/18

F(NQ)ASCIR.009-1

FICHA DE ANESTESIA

DATA: 19/11/11

PRONTUÁRIO: N.º 85027

PACIENTE: VELIN DA CRUZINA DA SILVA SEXO: F COR: - IDADE: 52

PRESSÃO ARTERIAL: 85 PULSO: 85 RESPIRAÇÃO: 12/min TEMPERATURA: 36,4 PESO: 24kg GRUPO SANGÜÍNEO: -

ESTADO GERAL: (X) BOM () REGULAR () MAL () PÉSSIMO RISCO CIRÚRGICO: (X) BOM () REGULAR () MAL () PÉSSIMO

EXAMES COMPLEMENTARES: HA 13-1 / 15/10/11 qd 11 / Glicose 146 3-11 TUR-11

AF. RESPIRATÓRIO: estável AF. CIRCULATÓRIO: estável

AF. DIGESTIVO: estável ESTADOMENTAL: estável DROGAS EM USO: Medicamentos

PRE-ANESTÉSICO: Midazolam 1mg + Fentanil 10mcg ESTADO FISIOLÓGICO: estável

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: LEÃO DE PARTE N.º 1

CIRURGIA REALIZADA: ENXERTO DERMÓCIDERMÍDIO DE PERNA ESQUERDA

CIRURGIÃO: D. Marcelo AUXILIARES: -

INÍCIO DA ANESTESIA: 15:15 TÉRMINO DA ANESTESIA: 16:15 DURAÇÃO DA ANESTESIA: 01:00h

CODIGO DO PROCEDIMENTO: - QUANT. DE CH: - VALORES R\$: -

ANESTESISTA: Dra. Renata CPF: 690.834.346-82 CRM-PE: 4329

ANESTESIA GERAL RAZÓDINA EPIDURAL REGIONAL SEDATÍVOS OUTROS

Anestesia de consciência e material abreviado

MEDICAMENTOS E MATERIAIS USADOS NO ATO ANESTÉSICO

QUANT.	INDICAR	VALOR
1	Midazolam 1mg	11
2	Fentanil 10mcg	12
3	Propofol 2%	13
4	Dexametasona 10mg	14
5	Propofol 100mg	15
6	Propofol 100mg	16
7	Propofol 2%	17
8	Propofol 100mg	18
9	Propofol 100mg	19
10	Propofol 100mg	20

www.PREV.PREVIDENCIA.SIA
23 NOV. 2018
PROTOCOLO
DA UNIDADE PESSOA

Paciente consciente após (FOLHA 1) (X) (FOLHA 2) (X) (FOLHA 3) (X) (FOLHA 4) (X) (FOLHA 5) (X) (FOLHA 6) (X) (FOLHA 7) (X) (FOLHA 8) (X) (FOLHA 9) (X) (FOLHA 10) (X)

Sonda de via aérea (X) (FOLHA 1) (X) (FOLHA 2) (X) (FOLHA 3) (X) (FOLHA 4) (X) (FOLHA 5) (X) (FOLHA 6) (X) (FOLHA 7) (X) (FOLHA 8) (X) (FOLHA 9) (X) (FOLHA 10) (X)

Paciente ventilado após a intubação com máscara facial (X) (FOLHA 1) (X) (FOLHA 2) (X) (FOLHA 3) (X) (FOLHA 4) (X) (FOLHA 5) (X) (FOLHA 6) (X) (FOLHA 7) (X) (FOLHA 8) (X) (FOLHA 9) (X) (FOLHA 10) (X)

Paciente intubado com máscara facial (X) (FOLHA 1) (X) (FOLHA 2) (X) (FOLHA 3) (X) (FOLHA 4) (X) (FOLHA 5) (X) (FOLHA 6) (X) (FOLHA 7) (X) (FOLHA 8) (X) (FOLHA 9) (X) (FOLHA 10) (X)

Paciente intubado com máscara facial (X) (FOLHA 1) (X) (FOLHA 2) (X) (FOLHA 3) (X) (FOLHA 4) (X) (FOLHA 5) (X) (FOLHA 6) (X) (FOLHA 7) (X) (FOLHA 8) (X) (FOLHA 9) (X) (FOLHA 10) (X)

[Handwritten Signature]

RELATÓRIO DE CIRURGIA

REC-001

Nome: JULINDA CRISTINA DA SILVA BE/Prontuário: 1085087
 Idade: 38 ANOS Sexo: () Masculino (X) Feminino Cor: _____ Data: 15 / 07 / 18
 Clínica/Setor: UTQ EMP: _____ LR: _____
 Cirurgia: PERDA SUBSTANCIA NA PERNA
 Cirurgião: EMILTON AMARAL SEGUNDO 1º Assistente: _____
 2º Assistente: _____ 3º Assistente: _____
 Instrumentador: _____ Anestesista: _____
 Tipo de Anestesia: SEM ANESTESIA Horário: Início _____ Término _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
PERDA SUBSTANCIA NA PERNA	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
CURATIVO GRAU II SEM DEBRIDAMENTO	

SECRETARIA DE SAÚDE
 SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
 23 NOV. 2018
 PROTOCOLO
 AG. JOÃO PESSOA

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim (X) Não. Descrição: _____

Biopsia de Congelação: () Sim (X) Não

Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:

(X) Enfermaria () Terapia Intensa () Residência () Óbito durante Ato Cirúrgico
 João Pessoa, 15 / 07 / 18

Médico/CRM: EMILTON AMARAL SEGUNDO

Dr. Emilton Amaral Segundo
 Cirurgião Plástico
 CRM/PB 5352

FINGLASCTR.009-1

RELATÓRIO DE CIRURGIA

HRS

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA
Posição e Preparo:
Incisão:
Achados:
Conduta:
1. PACIENTE EM DDH SEM ANESTESIA
2. BALNEOTERAPIA
3. SULFADIAZINA DE PRATA A 1%
4. OCLUSÃO
5. FISIOTERAPIA MOTORA
Fechamento:
Observação:

João Pessoa, 15 / 07 / 18

Médico/CRM: EMILTON AMARAL SEGUNDO

Dr. Emilton Amaral Segundo
CRM/PB 5352

FNG/ASCIR.009-1

RELATÓRIO DE CIRURGIA

REF:SC

Nome: JULINDA CRISTINA DA SILVA BE/Prontuário: 1085087
 Idade: 38 ANOS Sexo: () Masculino (X) Feminino Cor: _____ Data: 12 / 07 / 18
 Clínica/Setor: UTQ EMP: _____ I.R: _____
 Cirurgia: PERDA SUBSTANCIA NA PERNA
 Cirurgião: FCO CHAGAS 2913 1º Assistente: _____
 2º Assistente: _____ 3º Assistente: _____
 Instrumentador: _____ Anestesista: ROSA
 Tipo de Anestesia: GERAL Horário: Início _____ Término _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
PERDA SUBSTANCIA NA PERNA	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
CURATIVO GRAU II SEM DEBRIDAMENTO	

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim (X) Não. Descrição: _____
 Biopsia de Congelação: () Sim (X) Não
 Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:
 (X) Enfermaria () Terapia Intensa () Residência () Óbito durante Ato Cirúrgico
 Médico/CRM: FCO CHAGAS 2913 João Pessoa, 12 / 07 / 18

REVIDÊNCIA SIM
 23 NOV. 2018
 PROTOCOLO
 DO PESSOA

FENGLASCIR.000-1

RELATÓRIO DE CIRURGIA

#22307

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA
Posição e Preparo:
Incisão:
Achados:
Conduta:
1. PACIENTE EM DDH SEM ANESTESIA
2. BALNEOTERAPIA
3. SULFADIAZINA DE PRATA A 1%
4. OCLUSÃO
5. FISIOTERAPIA MOTORA
Fechamento:
Observação:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
23 NOV. 2018
PROTOCOLO
DE ATENDIMENTO À PESSOA

João Pessoa, 12 / 07 / 18

Médico/CRM: FCO CHAGAS 2913

DNGLASCTR009-I

RELATÓRIO DE CIRURGIA

RECIBO

Nome: JULINDA CRISTINA DA SILVA BE/Prontuário: 1085087
 Idade: 38 ANOS Sexo: () Masculino (X) Feminino Cor: _____ Data: 09 / 07 / 18
 Clínica/Setor: UTQ EMP: _____ LR: _____
 Cirurgia: PERDA SUBSTANCIA NA PERNA
 Cirurgião: ROBERTO DINO/4506 1º Assistente: _____
 2º Assistente: _____ 3º Assistente: _____
 Instrumentador: _____ Anestesista: _____ Dra. ROSA _____
 Tipo de Anestesia: GERAL Horário: Início _____ Término _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
PERDA SUBSTANCIA NA PERNA	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
CURATIVO GRAU II SEM DEBRIDAMENTO	

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim (X) Não. Descrição: 29 NOV, 2019

Biopsia de Congelação: () Sim (X) Não

Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:

(X) Enfermaria () Terapia Intensa () Residência () Óbito durante Ato Cirúrgico

Médico/CRM: ROBERTO DINO/4506

João Pessoa, 09 / 07 / 18

F(NG) ASCIR.009-1

RELATÓRIO DE CIRURGIA

2018

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA
Posição e Preparo:
Incisão:
Achados:
Conduta:
1. PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA GERAL
2. BALNEOTERAPIA
3. CURATIVO ESPECIAL DE PRATA
4. OCLUSÃO
5. FISIOTERAPIA MOTORA
Fechamento:
Observação:

WAPREV PREVIDÊNCIA S/A
23 NOV. 2018
PROTOCOLO
MO. JOÃO PESSOA

Médico/CRM: ROBERTO DINO/4506

João Pessoa, 09 / 07 / 18

Roberto Dino
Cirurgião Plástico
CRM-PA 4506/2018

F(X)CI/ASCIR.009-I

FICHA DE ANESTESIA

DATA: 27/05/2018 PRONTUÁRIO: 104.9383

NOME: <u>MARCELO E. S. SILVA</u>		SEXO: <u>M</u>	COR: <u>P</u>	IDADE: <u>47</u>
PRES. P/ARTERIAL: <u>120/80</u>	PULSO: <u>70</u>	RESPIRAÇÃO: <u>18</u>	TEMPERATURA: <u>36,5</u>	PESO: <u>75</u>
ESTADO GERAL (A/B/C/D) <u>REGULAR (B)</u>		MAU (P/SS/D) <u>SS</u>	RISCO CIRÚRGICO (A/B/C/D) <u>B</u>	REGULAR (A/MAU) <u>SS</u>
EXAMES COMPLEMENTARES <u>Exame</u>		AP. CIRCULATÓRIO <u>120/80</u>		
AP. RESPIRATÓRIO <u>18</u>	ESTADO MENTAL <u>OK</u>	DROGAS EM USO <u>Medicamentos</u>		ESTADO FÍSICO (A/B)
AP. DIGESTIVO <u>OK</u>	PRÉ-ANESTÉSICO <u>OK</u>			DOSE HCRA
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO <u>USP</u>		CIRURDIA REALIZADA <u>Quiloplastia</u>		
CIRURGIÃO <u>Dr. Marcelo</u>	AUXILIARES			
INÍCIO DA ANESTESIA <u>10:30</u>	TERMINO DA ANESTESIA <u>10:45</u>	DURAÇÃO DA ANESTESIA <u>15 min</u>		
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO	QUANT. DE CH.	VALORES RS		
ANESTESISTA <u>Dr. Marcelo</u>	CPF	CRS-PA		

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

TIPO DE ANESTESIA: GERAL REGIONAL LOCAL SEDACÃO GLOMERAR OUTRO

MEDICAMENTOS E MATERIAIS USADOS NA ANESTESIA (REVELE-NOTA SIA)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

23 NOV. 2018

PROTÓCOLO

10060 PESSOA

SECRETARIA DE SAÚDE
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO DE CIRURGIA

SETHS

Nome: JULINDA CRISTINA DA SILVA BE/Prontuário: 1085087
 Idade: 38 ANOS Sexo: () Masculino (X) Feminino Cor: _____ Data: 04 / 07 / 18
 Clínica/Setor: UTQ EMP: _____ LR: _____
 Cirurgia: PERDA SUBSTANCIA NA PERNA
 Cirurgião: SAULO MONTENEGRO 1º Assistente: _____
 2º Assistente: _____ 3º Assistente: _____
 Instrumentador: _____ Anestesista: Dra. ROSA
 Tipo de Anestesia: GERAL Horário: Início _____ Término _____

Diagnostico Pós-Operatório	CID
PERDA SUBSTANCIA NA PERNA	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
CURATIVO GRAU II SEM DEBRIDAMENTO

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim (X) Não. Descrição: _____

Biopsia de Congelação: () Sim (X) Não

Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:

(X) Enfermaria () Terapia Intensa () Residência () Óbito durante Ato Cirúrgico

João Pessoa, 04 / 07 / 18

Médico/CRM: SAULO MONTENEGRO

Dr. Saulo Montenegro
CRM-PB 1009
15521749

F:\NGI\ASCIR.009-1

GRUPO SAÚDE
BRACEREA

RELATÓRIO DE CIRURGIA

REC-758

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA
Posição e Preparo:
Incisão:
Achados:
Conduta:
1. PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA GERAL
2. BALNEOTERAPIA
3. CURATIVO ESPECIAL DE PRATA
4. OCLUSÃO
5. FISIOTERAPIA MOTORA
Fechamento:
Observação:

PREVIDÊNCIA S.A.
 23 NOV. 2018
 PROTOCOLO
 AG. JOÃO PESSOA

Médico/CRM:

SAULO MONTENEGRO

Dr. Saulo Montenegro
 CRM-PS 106
 430149

João Pessoa, 04 / 07 / 18

FNTELASCIR.009-1

FICHA DE ANESTESIA

DATA: 21/07/2018

FRONTISTA: [assinatura]

PACIENTE: <u>MARINA ESTEFANIE SILVA</u>		SEXO: <u>F</u>	COR: <u>P</u>	IDADE: <u>30</u>
PRESSÃO ARTERIAL: <u>120/80</u>	PULSO: <u>72</u>	RESPIRAÇÃO: <u>18</u>	TEMPERATURA: <u>36,0</u>	GRUPO SANGÜINEO: <u>O+</u>
ESTADO GERAL: <u>() BOM () REGULAR () MAU () PÉSSIMO</u>		RISCO CIRÚRGICO: <u>() BOM () REGULAR () MAU () PÉSSIMO</u>		
EXAMES COMPLEMENTARES: <u>ausentes</u>				
AR. RESPIRATÓRIO: <u>ausente</u>		AR. CIRCULATÓRIO: <u>ausente</u>		
AR. DIGESTIVO: <u>ausente</u>	ESTADO MENTAL: <u>ausente</u>	DROGAS EM USO: <u>ausente</u>		
PRE-ANESTÉSICO: <u>ausente</u>				ESTADO FÍSICO (ASA): <u>1</u>
DIAGNÓSTICO PRE-OPERATÓRIO: <u>V.S.</u>				
CIRURGIA REALIZADA: <u>curativo</u>				
CIRURGIÃO: <u>M. MOREIRA</u>		AUXILIARES: <u>ausente</u>		
INÍCIO DA ANESTESIA: <u>10:30h</u>	TERMINO DA ANESTESIA: <u>11:00h</u>	DURAÇÃO DA ANESTESIA: <u>30</u>		
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO: <u>41.30.01</u>	QUANT. DE CH.: <u>1</u>	VALORES R\$: <u>ausente</u>		
ANESTESISTA: <u>[assinatura]</u>	CPF: <u>[assinatura]</u>	CRM-PB: <u>[assinatura]</u>		

TIPO DE ANESTESIA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
RESPIRATÓRIO																															
CARDÍACO																															
RESPIRATÓRIO																															
CARDÍACO																															

PROTÓTIPO DE ANESTESIA
23 NOV. 2018
PROTÓTIPO DE ANESTESIA
11/10/2018

TIPO DE ANESTESIA: GERAL REGIONAL LOCAL REGIONAL REGIONAL REGIONAL REGIONAL REGIONAL

TIPO DE ANESTESIA	USO DE OXIGÊNIO	MEDICAMENTOS E MATERIAIS USADOS NO ATO ANESTÉSICO	USO DE OXIGÊNIO
1	1	1 - 100% O2	11
2	2	2 - 100% O2	12
3	3		13
4	4		14
5	5		15
6	6		16
7	7		17
8	8		18
9	9		19
10	10		20

Nome do médico: [assinatura]
CRM-PB: [assinatura]

RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome: Suelio Moreira Torres BE. Prontuário: 16150314
 Idade: 45 Sexo: Masculino Feminino Cor: branca Data: 11/11
 Clínica Setor: Clínica de Cirurgia EMP: 1 LR: 1
 Cirurgia: Ressecção de adenocarcinoma de estômago
 Cirurgião: Dr. Suelio Moreira Torres 1º Assistente: Dr. ...
 2º Assistente: Dr. ... 3º Assistente: Dr. ...
 Instrumentador: Dr. ... Anestesista: Dr. ...
 Tipo de Anestesia: gên. + espinal Horário: Início 8 Término 1

Diagnóstico Pós-Operatória	CID
<u>Cura de Estômago</u>	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
<u>Ressecção de estômago com linfadenectomia</u>	

UNIAPREV PREVIDÊNCIA S/A
 23 NOV. 2018
 PROTOCOLO
 Nº 1040 PESSOA

Acidente durante Ato Cirúrgico: Sim Não. Descrição: _____
 Biopsia de Congelação: Sim Não

Encaminhamento do Paciente Após Ato Cirúrgico:
 Enfermaria Terapia Intensa Residência Óbito durante Ato Cirúrgico

Médica/CRM: _____
 João Pessoa: 19/11/18
 CRM 5181 - Cirurgia Plástica

RELATÓRIO DE CIRURGIA

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA	
Posição e Preparo:	1 - PU 2017 em posição de...
Inissão:	2 - PU 2017 - 70000 - 200000...
Achados:	3 - PU 2017 - 70000 - 200000...
Conduta:	4 - PU 2017 - 70000 - 200000...
Fechamento:	
Observação:	

Dr. Eduardo José Soares
 CRM 51.911
 Cirurgia Plástica

SUMFREV PREVIDENCIA S/A
 23 NOV. 2018
 PROTOCOLO
 AC. JOÃO PESSOA

João Pessoa, 11

Médico/CRM: _____

FINGLASCIR.009-1

RESUMO

FICHA DE ANESTESIA

PACIENTE: João Pessoa DATA: 20/11/2018 PONTOUÁRIO: 20
 SEXO: M COR: P IDADE: 33
 PRESSÃO ARTERIAL: 110/70 PULSO: 70 RESPIRAÇÃO: 18 TEMPERATURA: 36,5 PESO: 70 GRUPO SANGÜÍNEO: B
 ESTADO GERAL: BOM (REGULAR / MAU / PÉSSIMO) RISCO CIRÚRGICO: BOM (REGULAR / MAU / PÉSSIMO)
 EXAMES COMPLEMENTARES: EM
 AP. RESPIRATÓRIO: 18 AP. CIRCULATÓRIO: 70
 AP. DIGESTIVO: Bo D.N ESTADO MENTAL: Bo DROGAS EM USO: N
 PRE-ANESTÉSICO: N
 DOSE/HORA: N MEDICAMENTO: N
 DIAGNÓSTICO PRE-OPERATÓRIO: Apêndice agudo + Divertículo sigmoide
 CIRURGIAS REALIZADAS: N
 CIRURGIAS AUXILIARES: N
 INÍCIO DA ANESTESIA: 13:20 TÉRMINO DA ANESTESIA: 13:30 DURAÇÃO DA ANESTESIA: 10
 CÓDIGO DO PROCEDIMENTO: N QUANT. DE CH.: N VALORES RS: N
 ANESTESISTA: A. Torres CPF: N CRM-PB: N

ANESTESIA GERAL ENDURAL BLOC PLEXO BLOQUEIO CATETER

1. Propofol 1% 11
 2. Rocefin 1g 12
 3. Propofol 1% 13
 4. Propofol 1% 14
 5. Propofol 1% 15
 6. Propofol 1% 16
 7. Propofol 1% 17
 8. Propofol 1% 18
 9. Propofol 1% 19
 10. Propofol 1% 20

MEDICAMENTOS E MATERIAIS USADOS NO ATO ANESTÉSICO

PREV. PREVIDENCIA SIA
 23 NOV. 2018
 PROTOCOLO
 DO JOÃO PESSOA

RELATÓRIO DE CIRURGIA

UNIDADE:

Nome: JULIANA CRISTINA DA SILVA BE/Prontuário: 1085084
 Idade: 38 ANOS Sexo: () Masculino () Feminino Cor: _____ Data: 27/06/18
 Clínica/Setor: _____ UTO _____ EMP: _____ LR: _____
 Cirurgia: CURATIVO ~~RECONSTRUTIVO~~ PERDA SUBSTÂNCIA NA PERNA
 Cirurgião: CHAGAS 1º Assistente: _____
 2º Assistente: _____ 3º Assistente: _____
 Instrumentador: _____ Anestesista: FROST
 Tipo de Anestesia: GERAL Horário: Início _____ Término _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
<u>PERDA SUBSTÂNCIA NA PERNA</u> RECONSTRUTIVO	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
<u>CURATIVO PERDA SUBSTÂNCIA PERNA</u>	

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim () Não. Descrição: _____

Biopsia de Congelação: () Sim () Não

Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:

() Enfermaria () Terapia Intensa () Residência

() Óbito durante Ato Cirúrgico

João Pessoa: 27/06/18

Médico/CRM: _____

Dr. Ft. das Chagas Fernandes
 Cirurgia Plástica
 CRM - PB 2913

FUNGI/ASCIR.009-1

FICHA DE ANESTESIA

DATA: 27/05/2018

PRONTUÁRIO: _____

PACIENTE: <u>Melinda Catharina de Souza</u>		SEXO: <u>F</u>	CGR: <u>7*</u>	IDADE: _____
PRONTO ATENDIMENTO	PULSO: <u>87</u>	RESPIRAÇÃO: <u>18</u>	TEMPERATURA: _____	PESO: _____
ESTADO GERAL (S) BOM / (R) REGULAR / (M) MAU / (P) PÉSSIMO		RISCO CIRÚRGICO (L) BOM / (R) REGULAR / (M) MAU / (P) PÉSSIMO		
EXAMES COMPLEMENTARES: <u>Clonazepam</u>				
AR. RESPIRATÓRIO: <u>em O2 2L</u>		AR. CIRCULATÓRIO: <u>em 100% O2</u>		
AR. INGESTIVO: <u>em 100% O2</u>	ESTADO MENTAL: <u>em 100% O2</u>		DROGAS EM USO: <u>em 100% O2</u>	
PRÉ-ANESTÉSICO: <u>em 100% O2</u>				ESTADO FÍSICO (ASA): _____
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: <u>em 100% O2</u>				
CIRURGIA REALIZADA: <u>em 100% O2</u>				
CIRURGIAO: _____	AUXILIARES: _____			
INÍCIO DA ANESTESIA: <u>10:30</u>	TÉRMINO DA ANESTESIA: <u>12:00</u>		DURAÇÃO DA ANESTESIA: <u>em 100% O2</u>	
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO: _____	QUANT. DE CH.: _____		VALORES R\$: _____	
ANESTESISTA: <u>em 100% O2</u>	CPF: _____		CRM-FB: <u>em 100% O2</u>	

HORA	TEMPERATURA	PULSO	RESPIRAÇÃO	SPO2	TENSÃO ARTERIAL	DIÁSTOLA	FREQ. CARDÍACA	SINAIS VITAIS	COMENTÁRIOS

ANESTESIA GERAL
 ANESTESIA LOCAL
 SEDATIVA
 SEDATIVO
 SEDATIVO + ANESTÉSICO
 SEDATIVO + ANESTÉSICO + SEDATIVO

QUANTIDADE	USO	INDICACIONES	USO	INDICACIONES
1	...	...	...	...
2	...	...	...	...
3	...	...	...	...
4	...	...	...	...
5	...	...	...	...
6	...	...	...	...
7	...	...	...	...
8	...	...	...	...
9	...	...	...	...
10	...	...	...	...

PROTÓCOLO
23 NOV. 2018
PROTÓCOLO
2000 PESSOA

Rosa D. Soares
Medica
CRM-FB 2272

RELATÓRIO DE CIRURGIA

REVISÃO

Nome: JULINDA CRISTINA DA SILVA BE/Prontuário: 1085087
 Idade: 38 ANOS Sexo: () Masculino (X) Feminino Cor: _____ Data: 25 / 06 / 18
 Clínica/Setor: UTQ EMP: _____ LR: _____
 Cirurgia: PERDA SUBSTANCIA NA PERNA
 Cirurgião: ROBERTO DINO/4506 1º Assistente: _____
 2º Assistente: _____ 3º Assistente: _____
 Instrumentador: _____ Anestesista: _____ Dr. PADUA _____
 Tipo de Anestesia: GERAL Horário: Início _____ Término _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
PERDA SUBSTANCIA NA PERNA	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
CURATIVO GRAU II SEM DEBRIDAMENTO	

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim (X) Não. Descrição: _____
 Biopsia de Congelação: () Sim (X) Não
 Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:
 (X) Enfermaria () Terapia Intensa () Residência () Obito durante Ato Cirúrgico
 Médico/CRM: ROBERTO DINO/4506 João Pessoa, 25 / 06 / 18

PREVIDENCIA S/A
 23 NOV. 2018
 PROTOCOLO
 AG. JOAO PESSOA

Dr. Roberto Dino Leturua
 Cirurgião Plástico
 CRM-PB 4506 / RQE 1283

FINGLASCHIR.00967

RELATÓRIO DE CIRURGIA

0001/2018

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA
Posição e Preparo:
Incisão:
Achados:
Conduta:
1. PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA GERAL
2. BALNEOTERAPIA
3. CURATIVO COM KOLAGENASE
4. OCLUSÃO
5. FISIOTERAPIA MÓTORA
Fechamento:
Observação:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
 UNIFEV PREVIDÊNCIA S/A
 23 NOV. 2018
 PROTOCOLO
 Nº 1040 PESSOA

Médico/CRM: ROBERTO DINO/4506

Dr. Roberto Dino Catarati
 Cirurgião Plástico
 CRM-PB 4506 / RQE 1283

João Pessoa, 25 / 06 / 18

F(NQUASCIR-009-1)

FICHA DE ANESTESIA

PACIENTE: Juliana Cristina de Souza DATA: 25.09.18 PRONTUÁRIO: 108502

SEXO: F COR: B IDADE: 28

RESERVA ALIMENTAR OK PULSO 70 RESPIRAÇÃO 16 TEMPERATURA 37,0 PESO 57kg GRUPO SANGÜÍNEO B

ESTADO GERAL () BOM (X) REGULAR () MAU () PÉSSIMO RISCO CIRÚRGICO () BOM (X) REGULAR () MAU () PÉSSIMO

EXAMES COMPLEMENTARES

AP. RESPIRATÓRIO AP. DIGESTIVO sem alteração ESTADO MENTAL lúcido DROGAS EM USO

PRÉ-ANESTÉSICO Atropina 1mg ESTADO FÍSICO () BOM (X) REGULAR () MAU () PÉSSIMO

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO sem alteração para uso

CIRURGIA REALIZADA Plastia labial inferior

CIRURGIÃO Dr. Marc AUXILIARES

INÍCIO DA ANESTESIA 10:00 TÉRMINO DA ANESTESIA 10:15 DURAÇÃO DA ANESTESIA 15 min

INDICADO DO PROCEDIMENTO QUANT. DE CH. VALORES BS

ANESTESISTA DE PLÁSTIA CPF 204.471.364-04 CRM-PB 2281

SISTEMA GERAL INFLAMEN EPIDURAL INTRATECAL BLOQUEIOS OUTROS

MEDICAMENTOS E MATERIAS USADOS NO ATO ANESTÉSICO

QUANT.	VALOR UNIT.	DESCR. DO MEDICAMENTO	VALOR TOTAL
1	100,00	ROFECTOL 100	100,00
2	200,00	ROFECTOL 200	400,00
3	100,00	ROFECTOL 100	300,00
4	100,00	ROFECTOL 100	100,00
5	100,00	ROFECTOL 100	100,00
6	100,00	ROFECTOL 100	100,00
7	100,00	ROFECTOL 100	100,00
8	100,00	ROFECTOL 100	100,00
9	100,00	ROFECTOL 100	100,00
10	100,00	ROFECTOL 100	100,00

23 NOV 2018
PROTOL
 AN-0040 PENC

Dr. Antônio de Souza G. de S. Souza
 Médico
 CPF: 204.171.364-04
 CRM-PB 2281

HOSPITAL SANTA HELENA
 FUNDADA EM 1911

RELATÓRIO DE CIRURGIA

1151391

Nome: JULINDA CRISTINA DA SILVA BF/Prontuário: 1085087
Idade: 38 ANOS Sexo: () Masculino (X) Feminino Cor: _____ Data: 23 / 06 / 18
Clínica/Setor: UTQ EMP: _____ LR: _____
Cirurgia: PERDA SUBSTANCIA NA PERNA
Cirurgião: EMILTON AMARAL SEGUNDO 1º Assistente: _____
2º Assistente: _____ 3º Assistente: _____
Instrumentador: _____ Anestesista: Dr. PADUA
Tipo de Anestesia: GERAL Horário: Início _____ : _____ ; Término _____ : _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
PERDA SUBSTANCIA NA PERNA	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
CURATIVO GRAU II SEM DEBRIDAMENTO	

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim (X) Não. Descrição: _____

Biopsia de Congelação: () Sim (X) Não

Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:

(X) Enfermaria () Terapia Intensa () Residência

() Óbito durante Ato Cirúrgico

João Pessoa, 23 / 06 / 18

Médico/CRM: EMILTON AMARAL SEGUNDO

FUNGI ASCIR.009-1

PROVIDENCIA S/D
23 NOV. 2018
PROTOCOLO
Nº. JOÃO PESSOA

RELATÓRIO DE CIRURGIA

XXXXXX

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA
Posição e Preparo:
Incisão:
Achados:
Conduta:
1. PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA GERAL
2. BALNEOTERAPIA
3. CURATIVO COM KOLAGENASE
4. OCLUSÃO
5. FISIOTERAPIA MOTORA
Fechamento:
Observação:

GOV. PREVIDENCIA S.
23 NOV. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

João Pessoa, 23 / 06 / 18

Médico/CRM: EMILTON AMARAL SEGUNDO

FINDLASCIR.009-1

FICHA DE ANESTESIA

DATA: 27/05/2018 FRONTOUÁRIO: SUELIO MOREIRA TORRES

PACIENTE: Juliana Spina - 24 anos

SEXO: F COR: B IDADE: 38

TEMPERATURA: 36,5 FUSO: 72 RESPIRAÇÃO: 18

ESTADO GERAL (P/ERM): REGULAR RISCO CIRÚRGICO (-) BOM (+) REGULAR (X) MAU (-) PÉSSIMO

EXAMES COMPLEMENTARES: AR RESPIRATÓRIO AR CIRCULATÓRIO

AR DIGESTIVO: REGULAR ESTADO MENTAL: BOM DROGAS EM USO:

PRE-ANESTÉSICO: Sufentanil 5mg ESTADO FISIOLÓGICO (ASA): II

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: Hernia de Juncos

CIRURGIÃO: Dr. Carlos Henrique Auxiliares

INÍCIO DA ANESTESIA: 8:00 TÉRMINO DA ANESTESIA: 8:20 DURAÇÃO DA ANESTESIA: 20min

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO: QUANT. DE CC: VALORES RS:

ANESTESISTA: Dr. Suelio CPF: 2.424.150-4 CRM-PB: 24277

INVESTIGAÇÃO GERAL TUBAGEM EPIDURAL BLOQUEIO SONDAGEM OUTROS

MEDICAMENTOS E MATERIAIS USADOS NO ATO ANESTÉSICO			
Nº	Quantidade	Medicamento/Material	Observações
1	1	Sufentanil 5mg	
2	2	Propofol 1%	
3	3	Midazolam 2mg	
4	4	Atropina 1mg	
5	5	...	
6	6	...	
7	7	...	
8	8	...	
9	9	...	
10	10	...	

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
23 NOV. 2018
PROTÓCOLO
AG. JOÃO PESSOA

RELATÓRIO DE CIRURGIA

XXXX

Nome: JULINDA CRISTINA DA SILVA BE Profissional: 1087487
 Idade: 38 ANOS Sexo: Masculino Feminina Cor: _____ Data: 21 / 06 / 13
 Clínica/Setor: UTQ EMP: UR
 Cirurgia: PERDA SUBSTANCIA NA PERNA
 Cirurgião: Dr. Eduardo Dore 1º Assistente: _____
 2º Assistente: _____ 3º Assistente: _____
 Instrumentador: _____ Anestesiista: _____ Dent. Assis: _____
 Tipo de Anestesia: GERAL Horário Início: _____ Término: _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
PERDA SUBSTANCIA NA PERNA	
Procedimentos Cirúrgicos	Código
CURATIVO GRAU II SEM DEBRIDAMENTO	

Acidente durante Atividade Cirúrgica: SIM NÃO. Descrição: _____
 Bloqueio de Coagulação: SIM NÃO
 Encaminhamento do Paciente após Atividade Cirúrgica:
 Enfermaria Terapia Intensiva Revisão
 Médico CRM: Dr. Eduardo Dore

COMPROVA PREVIDÊNCIAS SIA
23 NOV. 2013
PROTÓCOLO
AG. JOÃO PESSOA

Dr. Eduardo Dore
 Cirurgia Plástica
 CRM 6181

XXXX

RELATÓRIO DE CIRURGIA

000000

INDICAÇÃO DA CIRURGIA	
Indicação e Propósito	
Indicados	
Atividades	
Condutas	
1. PACIENTE EM DMH SOB ANESTESIA GERAL	
2. HALFTHERAPIA	
3. CURATIVO COM KOLAGENASE	
4. OCLUSÃO	
Fechamento	
Observação	

REV. PREVIDÊNCIA S/A
23 NOV. 2018
PROTOCOLO
AD. JOÃO PESSOA

João Pessoa, 21 / 06 / 18

Médico/CRM: DR. EDUARDO DORE

FUNGLAS/CR-0041

FICHA DE ANESTESIA

DATA: 23/11/18

PRONTUÁRIO: 105 5082

SEXO: M

COR: B

IDADE: 60

PACIENTE: *Roberto Roberto Silva*

PRESSÃO ARTERIAL: *110/70* PULSO: *70* RESPIRAÇÃO: *16* TEMPERATURA: *36,5* PESO: *70 kg* GRUPO SANGÜÍNEO: *B*

ESTADO GERAL () BOM () REGULAR () MALO () PÉSSIMO RISCO CIRÚRGICO () BOM () REGULAR () MALO () PÉSSIMO

EXAMES COMPLEMENTARES: *Diagnóstico*

AP. RESPIRATÓRIO: *Normal* AP. DIGESTIVO: *Normal* ESTADO MENTAL: *Normal* DROGAS EM USO: *Col. Prop. P.*

PRE-ANESTÉSICO: *Cloralf* DOSE/HORA: *100 mg*

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: *Prostata*

CIRURGIÃO REALIZADA: *Dr. Roberto* AUXILIARES: *Dr. Roberto*

CIRURGIÃO: *Dr. Roberto* INÍCIO DA ANESTESIA: *10h* TÉRMINO DA ANESTESIA: *11h* DURAÇÃO DA ANESTESIA: *1h*

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO: *41.14* QUANT. DE CH.: *100* VALORES BS: *Normal*

ANESTESISTA: *Roberto Silva* CPF: *123456789* CRM-PB: *12345*

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

23 NOV. 2018
PROTÓTIPO

ANESTESIA GERAL RAZUADIVA EPIDURAL BLOCO PLEXO BLOCO PERIF. OUTRO: *Local*

Quantidade	Nome do Medicamento	Observações
1	<i>Propofol 1%</i>	<i>100 ml</i>
2	<i>Cloralf 100 mg</i>	<i>100 mg</i>
3	<i>Cloralf 100 mg</i>	<i>100 mg</i>
4	<i>Cloralf 100 mg</i>	<i>100 mg</i>
5	<i>Cloralf 100 mg</i>	<i>100 mg</i>
6	<i>Cloralf 100 mg</i>	<i>100 mg</i>
7	<i>Cloralf 100 mg</i>	<i>100 mg</i>
8	<i>Cloralf 100 mg</i>	<i>100 mg</i>
9	<i>Cloralf 100 mg</i>	<i>100 mg</i>
10	<i>Cloralf 100 mg</i>	<i>100 mg</i>

Dr. Roberto Silva
CRM-PB 4476

RELATÓRIO DE CIRURGIA

RESERVA

Nome: JULINDA CRISTINA DA SILVA BE/Prontuário: 1085087
 Idade: 38 ANOS Sexo: () Masculino (X) Feminino Cor: _____ Data: 18 / 06 / 18
 Clínica/Setor: UTQ EMP: _____ LR: _____
 Cirurgia: PERDA SUBSTANCIA NA PERNA
 Cirurgião: Dr. Eduardo Dore 1º Assistente: _____
 2º Assistente: _____ 3º Assistente: _____
 Instrumentador: _____ Anestesista: Dr. Pádua
 Tipo de Anestesia: GERAL Horário: Início _____ Término _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
PERDA SUBSTANCIA NA PERNA	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
ELASITIVO GRAU II SEM DEBRIDAMENTO	

PROT. FISEVIDENCIA SIA
 23 NOV. 2018
 PROTOCOLO
 DR. JOÃO PESSOA

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim (X) Não. Descrição: _____

Biopsia de Congelação: () Sim (X) Não

Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:

(X) Enfermaria () Terapia Intensiva () Residência () Óbito durante Ato Cirúrgico

João Pessoa, 18 / 06 / 18

Médico/CRM: Dr. Eduardo Dore

FUNDAÇÃO

RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome: JULINDA CRISTINA DA SILVA BE/Previdenciário: 1085087
 Idade: 38 ANOS Sexo: () Masculino (X) Feminino Cor: _____ Data: 16 / 06 / 18
 Clínica/Setor: UTQ EMP: _____ IR: _____
 Cirurgia: PERDA SUBSTANCIA NA PERNA
 Cirurgião: EMILTON AMARAL SEGUNDO 1º Assistente: _____
 2º Assistente: _____ 3º Assistente: _____
 Instrumentador: _____ Anestesista: Dra. ROSA
 Tipo de Anestesia: GERAL Horário: Início: _____ Término: _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
PERDA SUBSTANCIA NA PERNA	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
CURATIVO GRAU II SEM DEBRIDAMENTO	

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim (X) Não; Descrição: _____

Biopsia de Congelação: () Sim (X) Não

Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:

(X) Enfermaria () Terapia Intensa () Residência

Médico/CRM: EMILTON AMARAL SEGUNDO

Emilton Amaral Segundo
 Cirurgião Geralista
 CRM: 5352

ENFERMAGEM

RELATÓRIO DE CIRURGIA

000001

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA
Posição e Preparo:
Incisão:
Achados:
Conduta:
1. PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA GERAL.
2. BALNEOTERAPIA
3. CURATIVO COM KOLAGENASE
4. OCLUSÃO
5. FISIOTERAPIA MOTORA.
Fecharmetor:
Observação:

GOV. PREVIDENCIA S/A
23 NOV. 2013
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

João Pessoa, 16 / 06 / 18

Médico/CRM: EMILTON AMARAL SEGUNDO

RNGJAS/18/06/1

RELATÓRIO DE CIRURGIA

##35H

Nome: JULINDA CRISTINA DA SILVA BE/Prontuário: 1085087
 Idade: 38 ANOS Sexo: () Masculino (X) Feminino Cor: _____ Data: 14 / 06 / 18
 Clínica/Setor: UTQ EMP: _____ LR: _____
 Cirurgia: PERDA SUBSTANCIA NA PERNA
 Cirurgião: Dr. Eduardo Dore 1º Assistente: _____
 2º Assistente: _____ 3º Assistente: _____
 Instrumentador: _____ Anestesista: DR ROSA
 Tipo de Anestesia: GERAL Horário: Início _____; Término _____;

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
PERDA SUBSTANCIA NA PERNA	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
CURATIVO PERDA SUBSTANCIA NA PERNA	
DESBRIDAMENTO CIRÚRGICO	

UNIFREV PREVIDENCIA S/A
 23 NOV. 2018
 PROTOCOLO
 JOÃO PESSOA

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim (X) Não. Descrição: _____
 Biopsia de Congelação: () Sim (X) Não
 Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:
 (X) Enfermaria () Terapia Intensa () Residência () Óbito durante Ato Cirúrgico
 João Pessoa, 14 / 06 / 18
 Médico/CRM : DR. EDUARDO DORE

FINGLAS CIR 009-1

RELATÓRIO DE CIRURGIA

REGISTRO

Nome: JULINDA CRISTINA DA SILVA BE/Prontuário: 1085087
 Idade: 38 ANOS Sexo: () Masculino (X) Feminino Cor: _____ Data: 12 / 06 / 18
 Clínica/Setor: UTQ EMP: _____ LR: _____
 Cirurgia: PERDA SUBSTANCIA NA PERNA
 Cirurgião: FCO CHAGAS 1º Assistente: _____
 2º Assistente: _____ 3º Assistente: _____
 Instrumentador: _____ Anestesista: DR ROSA
 Tipo de Anestesia: GERAL Horário: Início _____ Término _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
PERDA SUBSTANCIA NA PERNA	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
CURATIVO PERDA SUBSTANCIA NA PERNA	

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
 23 NOV. 2018
 PROTOCOLO
 JOÃO PESSOA

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim (X) Não. Descrição: _____

Biopsia de Congelação: () Sim (X) Não

Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:

(X) Enfermaria () Terapia Intensa () Residência () Óbito durante Ato Cirúrgico

Médico/CRM: FCO CHAGAS 2913 João Pessoa, 12 / 06 / 18

(Handwritten signature)
 FCO CHAGAS 2913
 CRM 2913

FUNGI ASCIR.009-1

Nota de Sala Cirúrgica

13/11/2018

NOME DO PACIENTE: **Juliano Crestina da Silva**
 IDADE: **38** ANOS
 SEXO: **Masculino**
 CIDADE: **Chagas** PAÍS: **BRA**
 ANESTESIA: **Local**
 ANESTESISTA: **na mesa**
 DATA: **16/11** TEMPO CIRÚRGICO - ANESTESIA: **00:00** - FM: **00:00** - CM: **00:00** - FM: **00:00**

INDICE DE RISCO DE CIRURGIA - ANAESTESIA: **0** (0-1) (2-3) (4-5) (6-7) (8-9) (10-11) (12-13) (14-15) (16-17) (18-19) (20-21) (22-23) (24-25) (26-27) (28-29) (30-31) (32-33) (34-35) (36-37) (38-39) (40-41) (42-43) (44-45) (46-47) (48-49) (50-51) (52-53) (54-55) (56-57) (58-59) (60-61) (62-63) (64-65) (66-67) (68-69) (70-71) (72-73) (74-75) (76-77) (78-79) (80-81) (82-83) (84-85) (86-87) (88-89) (90-91) (92-93) (94-95) (96-97) (98-99) (100-101) (102-103) (104-105) (106-107) (108-109) (110-111) (112-113) (114-115) (116-117) (118-119) (120-121) (122-123) (124-125) (126-127) (128-129) (130-131) (132-133) (134-135) (136-137) (138-139) (140-141) (142-143) (144-145) (146-147) (148-149) (150-151) (152-153) (154-155) (156-157) (158-159) (160-161) (162-163) (164-165) (166-167) (168-169) (170-171) (172-173) (174-175) (176-177) (178-179) (180-181) (182-183) (184-185) (186-187) (188-189) (190-191) (192-193) (194-195) (196-197) (198-199) (200-201) (202-203) (204-205) (206-207) (208-209) (210-211) (212-213) (214-215) (216-217) (218-219) (220-221) (222-223) (224-225) (226-227) (228-229) (230-231) (232-233) (234-235) (236-237) (238-239) (240-241) (242-243) (244-245) (246-247) (248-249) (250-251) (252-253) (254-255) (256-257) (258-259) (260-261) (262-263) (264-265) (266-267) (268-269) (270-271) (272-273) (274-275) (276-277) (278-279) (280-281) (282-283) (284-285) (286-287) (288-289) (290-291) (292-293) (294-295) (296-297) (298-299) (300-301) (302-303) (304-305) (306-307) (308-309) (310-311) (312-313) (314-315) (316-317) (318-319) (320-321) (322-323) (324-325) (326-327) (328-329) (330-331) (332-333) (334-335) (336-337) (338-339) (340-341) (342-343) (344-345) (346-347) (348-349) (350-351) (352-353) (354-355) (356-357) (358-359) (360-361) (362-363) (364-365) (366-367) (368-369) (370-371) (372-373) (374-375) (376-377) (378-379) (380-381) (382-383) (384-385) (386-387) (388-389) (390-391) (392-393) (394-395) (396-397) (398-399) (400-401) (402-403) (404-405) (406-407) (408-409) (410-411) (412-413) (414-415) (416-417) (418-419) (420-421) (422-423) (424-425) (426-427) (428-429) (430-431) (432-433) (434-435) (436-437) (438-439) (440-441) (442-443) (444-445) (446-447) (448-449) (450-451) (452-453) (454-455) (456-457) (458-459) (460-461) (462-463) (464-465) (466-467) (468-469) (470-471) (472-473) (474-475) (476-477) (478-479) (480-481) (482-483) (484-485) (486-487) (488-489) (490-491) (492-493) (494-495) (496-497) (498-499) (500-501) (502-503) (504-505) (506-507) (508-509) (510-511) (512-513) (514-515) (516-517) (518-519) (520-521) (522-523) (524-525) (526-527) (528-529) (530-531) (532-533) (534-535) (536-537) (538-539) (540-541) (542-543) (544-545) (546-547) (548-549) (550-551) (552-553) (554-555) (556-557) (558-559) (560-561) (562-563) (564-565) (566-567) (568-569) (570-571) (572-573) (574-575) (576-577) (578-579) (580-581) (582-583) (584-585) (586-587) (588-589) (590-591) (592-593) (594-595) (596-597) (598-599) (600-601) (602-603) (604-605) (606-607) (608-609) (610-611) (612-613) (614-615) (616-617) (618-619) (620-621) (622-623) (624-625) (626-627) (628-629) (630-631) (632-633) (634-635) (636-637) (638-639) (640-641) (642-643) (644-645) (646-647) (648-649) (650-651) (652-653) (654-655) (656-657) (658-659) (660-661) (662-663) (664-665) (666-667) (668-669) (670-671) (672-673) (674-675) (676-677) (678-679) (680-681) (682-683) (684-685) (686-687) (688-689) (690-691) (692-693) (694-695) (696-697) (698-699) (700-701) (702-703) (704-705) (706-707) (708-709) (710-711) (712-713) (714-715) (716-717) (718-719) (720-721) (722-723) (724-725) (726-727) (728-729) (730-731) (732-733) (734-735) (736-737) (738-739) (740-741) (742-743) (744-745) (746-747) (748-749) (750-751) (752-753) (754-755) (756-757) (758-759) (760-761) (762-763) (764-765) (766-767) (768-769) (770-771) (772-773) (774-775) (776-777) (778-779) (780-781) (782-783) (784-785) (786-787) (788-789) (790-791) (792-793) (794-795) (796-797) (798-799) (800-801) (802-803) (804-805) (806-807) (808-809) (810-811) (812-813) (814-815) (816-817) (818-819) (820-821) (822-823) (824-825) (826-827) (828-829) (830-831) (832-833) (834-835) (836-837) (838-839) (840-841) (842-843) (844-845) (846-847) (848-849) (850-851) (852-853) (854-855) (856-857) (858-859) (860-861) (862-863) (864-865) (866-867) (868-869) (870-871) (872-873) (874-875) (876-877) (878-879) (880-881) (882-883) (884-885) (886-887) (888-889) (890-891) (892-893) (894-895) (896-897) (898-899) (900-901) (902-903) (904-905) (906-907) (908-909) (910-911) (912-913) (914-915) (916-917) (918-919) (920-921) (922-923) (924-925) (926-927) (928-929) (930-931) (932-933) (934-935) (936-937) (938-939) (940-941) (942-943) (944-945) (946-947) (948-949) (950-951) (952-953) (954-955) (956-957) (958-959) (960-961) (962-963) (964-965) (966-967) (968-969) (970-971) (972-973) (974-975) (976-977) (978-979) (980-981) (982-983) (984-985) (986-987) (988-989) (990-991) (992-993) (994-995) (996-997) (998-999) (1000-1001) (1002-1003) (1004-1005) (1006-1007) (1008-1009) (1010-1011) (1012-1013) (1014-1015) (1016-1017) (1018-1019) (1020-1021) (1022-1023) (1024-1025) (1026-1027) (1028-1029) (1030-1031) (1032-1033) (1034-1035) (1036-1037) (1038-1039) (1040-1041) (1042-1043) (1044-1045) (1046-1047) (1048-1049) (1050-1051) (1052-1053) (1054-1055) (1056-1057) (1058-1059) (1060-1061) (1062-1063) (1064-1065) (1066-1067) (1068-1069) (1070-1071) (1072-1073) (1074-1075) (1076-1077) (1078-1079) (1080-1081) (1082-1083) (1084-1085) (1086-1087) (1088-1089) (1090-1091) (1092-1093) (1094-1095) (1096-1097) (1098-1099) (1100-1101) (1102-1103) (1104-1105) (1106-1107) (1108-1109) (1110-1111) (1112-1113) (1114-1115) (1116-1117) (1118-1119) (1120-1121) (1122-1123) (1124-1125) (1126-1127) (1128-1129) (1130-1131) (1132-1133) (1134-1135) (1136-1137) (1138-1139) (1140-1141) (1142-1143) (1144-1145) (1146-1147) (1148-1149) (1150-1151) (1152-1153) (1154-1155) (1156-1157) (1158-1159) (1160-1161) (1162-1163) (1164-1165) (1166-1167) (1168-1169) (1170-1171) (1172-1173) (1174-1175) (1176-1177) (1178-1179) (1180-1181) (1182-1183) (1184-1185) (1186-1187) (1188-1189) (1190-1191) (1192-1193) (1194-1195) (1196-1197) (1198-1199) (1200-1201) (1202-1203) (1204-1205) (1206-1207) (1208-1209) (1210-1211) (1212-1213) (1214-1215) (1216-1217) (1218-1219) (1220-1221) (1222-1223) (1224-1225) (1226-1227) (1228-1229) (1230-1231) (1232-1233) (1234-1235) (1236-1237) (1238-1239) (1240-1241) (1242-1243) (1244-1245) (1246-1247) (1248-1249) (1250-1251) (1252-1253) (1254-1255) (1256-1257) (1258-1259) (1260-1261) (1262-1263) (1264-1265) (1266-1267) (1268-1269) (1270-1271) (1272-1273) (1274-1275) (1276-1277) (1278-1279) (1280-1281) (1282-1283) (1284-1285) (1286-1287) (1288-1289) (1290-1291) (1292-1293) (1294-1295) (1296-1297) (1298-1299) (1300-1301) (1302-1303) (1304-1305) (1306-1307) (1308-1309) (1310-1311) (1312-1313) (1314-1315) (1316-1317) (1318-1319) (1320-1321) (1322-1323) (1324-1325) (1326-1327) (1328-1329) (1330-1331) (1332-1333) (1334-1335) (1336-1337) (1338-1339) (1340-1341) (1342-1343) (1344-1345) (1346-1347) (1348-1349) (1350-1351) (1352-1353) (1354-1355) (1356-1357) (1358-1359) (1360-1361) (1362-1363) (1364-1365) (1366-1367) (1368-1369) (1370-1371) (1372-1373) (1374-1375) (1376-1377) (1378-1379) (1380-1381) (1382-1383) (1384-1385) (1386-1387) (1388-1389) (1390-1391) (1392-1393) (1394-1395) (1396-1397) (1398-1399) (1400-1401) (1402-1403) (1404-1405) (1406-1407) (1408-1409) (1410-1411) (1412-1413) (1414-1415) (1416-1417) (1418-1419) (1420-1421) (1422-1423) (1424-1425) (1426-1427) (1428-1429) (1430-1431) (1432-1433) (1434-1435) (1436-1437) (1438-1439) (1440-1441) (1442-1443) (1444-1445) (1446-1447) (1448-1449) (1450-1451) (1452-1453) (1454-1455) (1456-1457) (1458-1459) (1460-1461) (1462-1463) (1464-1465) (1466-1467) (1468-1469) (1470-1471) (1472-1473) (1474-1475) (1476-1477) (1478-1479) (1480-1481) (1482-1483) (1484-1485) (1486-1487) (1488-1489) (1490-1491) (1492-1493) (1494-1495) (1496-1497) (1498-1499) (1500-1501) (1502-1503) (1504-1505) (1506-1507) (1508-1509) (1510-1511) (1512-1513) (1514-1515) (1516-1517) (1518-1519) (1520-1521) (1522-1523) (1524-1525) (1526-1527) (1528-1529) (1530-1531) (1532-1533) (1534-1535) (1536-1537) (1538-1539) (1540-1541) (1542-1543) (1544-1545) (1546-1547) (1548-1549) (1550-1551) (1552-1553) (1554-1555) (1556-1557) (1558-1559) (1560-1561) (1562-1563) (1564-1565) (1566-1567) (1568-1569) (1570-1571) (1572-1573) (1574-1575) (1576-1577) (1578-1579) (1580-1581) (1582-1583) (1584-1585) (1586-1587) (1588-1589) (1590-1591) (1592-1593) (1594-1595) (1596-1597) (1598-1599) (1600-1601) (1602-1603) (1604-1605) (1606-1607) (1608-1609) (1610-1611) (1612-1613) (1614-1615) (1616-1617) (1618-1619) (1620-1621) (1622-1623) (1624-1625) (1626-1627) (1628-1629) (1630-1631) (1632-1633) (1634-1635) (1636-1637) (1638-1639) (1640-1641) (1642-1643) (1644-1645) (1646-1647) (1648-1649) (1650-1651) (1652-1653) (1654-1655) (1656-1657) (1658-1659) (1660-1661) (1662-1663) (1664-1665) (1666-1667) (1668-1669) (1670-1671) (1672-1673) (1674-1675) (1676-1677) (1678-1679) (1680-1681) (1682-1683) (1684-1685) (1686-1687) (1688-1689) (1690-1691) (1692-1693) (1694-1695) (1696-1697) (1698-1699) (1700-1701) (1702-1703) (1704-1705) (1706-1707) (1708-1709) (1710-1711) (1712-1713) (1714-1715) (1716-1717) (1718-1719) (1720-1721) (1722-1723) (1724-1725) (1726-1727) (1728-1729) (1730-1731) (1732-1733) (1734-1735) (1736-1737) (1738-1739) (1740-1741) (1742-1743) (1744-1745) (1746-1747) (1748-1749) (1750-1751) (1752-1753) (1754-1755) (1756-1757) (1758-1759) (1760-1761) (1762-1763) (1764-1765) (1766-1767) (1768-1769) (1770-1771) (1772-1773) (1774-1775) (1776-1777) (1778-1779) (1780-1781) (1782-1783) (1784-1785) (1786-1787) (1788-1789) (1790-1791) (1792-1793) (1794-1795) (1796-1797) (1798-1799) (1800-1801) (1802-1803) (1804-1805) (1806-1807) (1808-1809) (1810-1811) (1812-1813) (1814-1815) (1816-1817) (1818-1819) (1820-1821) (1822-1823) (1824-1825) (1826-1827) (1828-1829) (1830-1831) (1832-1833) (1834-1835) (1836-1837) (1838-1839) (1840-1841) (1842-1843) (1844-1845) (1846-1847) (1848-1849) (1850-1851) (1852-1853) (1854-1855) (1856-1857) (1858-1859) (1860-1861) (1862-1863) (1864-1865) (1866-1867) (1868-1869) (1870-1871) (1872-1873) (1874-1875) (1876-1877) (1878-1879) (1880-1881) (1882-1883) (1884-1885) (1886-1887) (1888-1889) (1890-1891) (1892-1893) (1894-1895) (1896-1897) (1898-1899) (1900-1901) (1902-1903) (1904-1905) (1906-1907) (1908-1909) (1910-1911) (1912-1913) (1914-1915) (1916-1917) (1918-1919) (1920-1921) (1922-1923) (1924-1925) (1926-1927) (1928-1929) (1930-1931) (1932-1933) (1934-1935) (1936-1937) (1938-1939) (1940-1941) (1942-1943) (1944-1945) (1946-1947) (1948-1949) (1950-1951) (1952-1953) (1954-1955) (1956-1957) (1958-1959) (1960-1961) (1962-1963) (1964-1965) (1966-1967) (1968-1969) (1970-1971) (1972-1973) (1974-1975) (1976-1977) (1978-1979) (1980-1981) (1982-1983) (1984-1985) (1986-1987) (1988-1989) (1990-1991) (1992-1993) (1994-1995) (1996-1997) (1998-1999) (2000-2001) (2002-2003) (2004-2005) (2006-2007) (2008-2009) (2010-2011) (2012-2013) (2014-2015) (2016-2017) (2018-2019) (2020-2021) (2022-2023) (2024-2025) (2026-2027) (2028-2029) (2030-2031) (2032-2033) (2034-2035) (2036-2037) (2038-2039) (2040-2041) (2042-2043) (2044-2045) (2046-2047) (2048-2049) (2050-2051) (2052-2053) (2054-2055) (2056-2057) (2058-2059) (2060-2061) (2062-2063) (2064-2065) (2066-2067) (2068-2069) (2070-2071) (2072-2073) (2074-2075) (2076-2077) (2078-2079) (2080-2081) (2082-2083) (2084-2085) (2086-2087) (2088-2089) (2090-2091) (2092-2093) (2094-2095) (2096-2097) (2098-2099) (2100-2101) (2102-2103) (2104-2105) (2106-2107) (2108-2109) (2110-2111) (2112-2113) (2114-2115) (2116-2117) (2118-2119) (2120-2121) (2122-2123) (2124-2125) (2126-2127) (2128-2129) (2130-2131) (2132-2133) (2134-2135) (2136-2137) (2138-2139) (2140-2141) (2142-2143) (2144-2145) (2146-2147) (2148-2149) (2150-2151) (2152-2153) (2154-2155) (2156-2157) (2158-2159) (2160-2161) (2162-2163) (2164-2165) (2166-2167) (2168-2169) (2170-2171) (2172-2173) (2174-2175) (2176-2177) (2178-2179) (2180-2181) (2182-2183) (2184-2185) (2186-2187) (2188-2189) (2190-2191) (2192-2193) (2194-2195) (2196-2197) (2198-2199) (2200-2201) (2202-2203) (2204-2205) (2206-2207) (2208-2209) (2210-2211) (2212-2213) (2214-2215) (2216-2217) (2218-2219) (2220-2221) (2222-2223) (2224-2225) (2226-2227) (2228-2229) (2230-2231) (2232-2233) (2234-2235) (2236-2237) (2238-2239) (2240-2241) (2242-2243) (2244-2245) (2246-2247) (2248-2249) (2250-2251) (2252-2253) (2254-2255) (2256-2257) (2258-2259) (2260-2261) (2262-2263) (2264-2265) (2266-2267) (2268-2269) (2270-2271) (2272-2273) (2274-2275) (2276-2277) (2278-2279) (2280-2281) (2282-2283) (2284-2285) (2286-2287) (2288-2289) (2290-2291) (2292-2293) (2294-2295) (2296-2297) (2298-2299) (2300-2301) (2302-2303) (2304-2305) (2306-2307) (2308-2309) (2310-2311) (2312-2313) (2314-2315) (2316-2317) (2318-2319) (2320-2321) (2322-2323) (2324-2325) (2326-2327) (2328-2329) (2330-2331) (2332-2333) (2334-2335) (2336-2337) (2338-2339) (2340-2341) (2342-2343) (2344-2345) (2346-2347) (2348-2349) (2350-2351) (2352-2353) (2354-2355) (2356-2357) (2358-2359) (2360-2361) (2362-2363) (2364-2365) (2366-2367) (2368-2369) (2370-2371) (2372-2373) (2374-2375) (2

RELATÓRIO DE CIRURGIA

SEESH

Nome: Suelio Moreira Torres BE/Prontuário: _____
 Idade: _____ ANOS Sexo: () Masculino () Feminino Cor: _____ Data: 23/11/18
 Clínica/Setor: _____ UTQ _____ EMP: _____ LR: _____
 Cirurgia: CURATIVO DE QUEIMADO
 Cirurgião: Dr. Suelio Moreira Torres 1º Assistente: _____
 2º Assistente: _____ 3º Assistente: _____
 Instrumentador: _____ Anestesista: Dr. Suelio Moreira Torres
 Tipo de Anestesia: geral Horário: Início _____ Término _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
<u>QUEIMADO</u>	
<u>Exumeração do ferimento</u>	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
<u>CURATIVO DE QUEIMADO</u>	
<u>ferimento</u>	

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim (X) Não. Descrição: _____

Biopsia de Congelação: () Sim (X) Não

Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:
 (X) Enfermaria () Terapia Intensa () Residência

Médico/CRM: Suelio Moreira Torres
 Nº de Lavagem e Esterilização Médica CRM 1261

PREV. PREVIDÊNCIA S/A
 23 NOV. 2018
 PROTOCOLO
 1040 PESSOA

() Óbito durante Ato Cirúrgico
 João Pessoa, 23/11/18

FINQ.ASCIR.009-1

MÉDICAMENTOS ANESTÉSICOS		MATERIAIS CONT.		QTD.	UNID.	QTD.
ALFENTANIL			ELCO Nº1			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº2			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº3			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº4			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº5			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº6			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº7			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº8			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº9			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº10			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº11			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº12			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº13			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº14			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº15			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº16			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº17			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº18			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº19			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº20			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº21			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº22			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº23			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº24			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº25			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº26			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº27			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº28			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº29			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº30			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº31			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº32			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº33			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº34			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº35			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº36			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº37			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº38			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº39			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº40			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº41			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº42			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº43			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº44			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº45			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº46			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº47			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº48			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº49			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº50			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº51			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº52			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº53			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº54			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº55			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº56			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº57			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº58			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº59			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº60			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº61			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº62			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº63			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº64			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº65			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº66			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº67			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº68			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº69			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº70			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº71			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº72			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº73			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº74			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº75			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº76			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº77			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº78			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº79			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº80			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº81			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº82			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº83			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº84			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº85			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº86			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº87			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº88			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº89			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº90			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº91			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº92			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº93			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº94			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº95			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº96			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº97			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº98			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº99			
ALFENTANIL BOBARRICA			ELCO Nº100			

REV. PREVIDENCIA S/A
 23 NOV. 2018
 PROTOCOLO
 140.000.000

RELATÓRIO DE CIRURGIA

REF: 1009-1

Nome: JULINDA CRTSTINA DA SILVA BE/Prontuário: 1085087
Idade: 38 ANOS Sexo: () Masculino (F) Feminino Cor: _____ Data: 07 / 06 / 18
Clínica/Setor: UTQ EMP: _____ ER: _____
Cirurgia: CURATIVO COM DESBRIDAMENTO
Cirurgião: FCI CHAGAS 2913 1º Assistente: _____
2º Assistente: _____ 3º Assistente: _____
Instrumentador: _____ Anestesista: Dr. ROSA
Tipo de Anestesia: GERAL Horário: Início _____ Término _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
FERIMENTO COM NECROSE NA PERNA	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
CURATIVO E DEBRIDAMENTO FERIMENTO PERNA

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim (X) Não. Descrição: _____

Biopsia de Congelação: () Sim (X) Não

Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:

(X) Enfermaria () Terapia Intensa () Residência

() Óbito durante Ato Cirúrgico

João Pessoa, 07 / 06 / 18

Médico/CRM: FCO CHAGAS 2913

FUNGI ASCIR.009-1

RELATÓRIO DE CIRURGIA

ASSINAR

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA	
Posição e Preparo:	
Incisão:	
Achados:	
Conduta:	
1. PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA GERAL	
2. BALNEOTERAPIA	
3. CURATIVO COM DEBRIDAMENTO ÁREA DE NECROSE NA PERNA	
4. OCLUSÃO	
Fechamento:	
Observação:	

REV. PREVIDENCIA S/A
23 NOV. 2013
PROTOCOLO
DO PACIENTE

Médico/CRM: FCO CHAGAS 2913

João Pessoa, 07 / 06 / 18

FIN6745CIR.006.F

FICHA DE ANESTESIA

DATA: 27/11/18

PRONTUÁRIO:

PACIENTE: <i>Suelio Moreira</i>		SEXO: <i>M</i>	COR: <i>P</i>	IDADE:
TIPO DE ANESTESIA: <i>GA</i>	PULSO: <i>110</i>	RESPIRAÇÃO: <i>18</i>	TEMPERATURA:	PESO:
ESTADO GERAL: <i>BOM</i>		ESTADO GERAL: <i>REGULAR</i>	ESTADO GERAL: <i>MAU</i>	ESTADO GERAL: <i>PESSIMO</i>
EXAMES COMPLEMENTARES: <i>OK</i>		RISCO CIRURGICO: <i>BOM</i>		
AR. RESPIRATORIO: <i>OK</i>		AR. CIRCULATORIO: <i>OK</i>		
AR. DIGESTIVO: <i>OK</i>	ESTADO MENTAL: <i>OK</i>	DROGAS EM USO: <i>Amoxicilina</i>		ESTADO FISICO (ASA):
PRÉ-ANESTÉSICO: <i>S</i>		DOSE/HORA:		
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: <i>ps</i>				
CIRURÇIA REALIZADA: <i>Ami</i>				
CIRURÇIÃO: <i>Dr. Thiago</i>		AUXILIARES:		
INÍCIO DA ANESTESIA: <i>19:30</i>	TÉRMINO DA ANESTESIA: <i>19:56</i>	DURAÇÃO DA ANESTESIA: <i>26</i>		
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO:		QUANT. DE CH.	VALORES R\$	
ANESTESISTA: <i>Rob. D. de</i>		CPF:	CRM-PB: <i>10072</i>	

RESERVA	100	
0		
10		
20		
30		
40		
50		
60		
70		
80		
90		
100		
110		
120		
130		
140		
150		
160		
170		
180		
190		
200		
210		
220		
230		
240		
250		
260		
270		
280		
290		
300		
310		
320		
330		
340		
350		
360		
370		
380		
390		
400		
410		
420		
430		
440		
450		
460		
470		
480		
490		
500		
510		
520		
530		
540		
550		
560		
570		
580		
590		
600		
610		
620		
630		
640		
650		
660		
670		
680		
690		
700		
710		
720		
730		
740		
750		
760		
770		
780		
790		
800		
810		
820		
830		
840		
850		
860		
870		
880		
890		
900		
910		
920		
930		
940		
950		
960		
970		
980		
990		
1000		

ANESTESIA GERAL
 RADIOLÓGICA
 LOCAL
 GLOBOLO
 FLOSOHÍDICO
 OUTROS

USUÁRIO	VALOR R\$	MEDICAMENTOS E MATERIAIS USADOS NO ATO ANESTÉSICO	QUANTIDADE
1		<i>Medicamento</i>	11
2		<i>Medicamento</i>	12
3		<i>Medicamento</i>	15
4		<i>Medicamento</i>	14
5		<i>Medicamento</i>	15
6		<i>Medicamento</i>	15
7		<i>Medicamento</i>	10
8		<i>Medicamento</i>	8
9		<i>Medicamento</i>	9
10		<i>Medicamento</i>	20

23 NOV. 2018
 PROTOCOLO
 10072

HOSPITAL ESTADUAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Recetuario

Paciente: ALINDA CRISTINA DA SILVA

Data: 29/10/2018 09:11:14

ATESTADO

ATESTADO PARA OS DEVIDOS FINS

QUE A MULHER CRISTINA DA SILVA, FOI VITIMA DE ACIDENTE DE MOTOCICLETA, PERMANECENDO INTERNADA NO HOSPITAL DE EMERGENCIA E TRAUMA SEM HUNDETO LUCENA NO PERIODO DE 29/05/18 A 27-08-2018. NECESSARIO PERMANECER AFRESTADA DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DURANTE (220) CENTO E VINTE DIAS, A CONTAR DE 29/05/18 CD-2998

2 Pessoa-18
27-08-18

Dr. Fernando das Chagas Fernandes
Cirurgia Plástica
CRM - RJ 211

HEETSA - Hospital Estadual de Emergência e Trauma Setor de Urgência - Rua
Av. Orestes Lisboa S/N Conj. Prédio Gordini Lado Passado - Curitiba - 240 5800-030

PREVIDENCIA S.A.
23 NOV, 2018
PROTOCOLO
020 85900

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA-CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DIP. 124.

Julinda Cristina da Silva
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

COMPREV PREVIDENCIA S/A
23 NOV. 2018
PROTOCOLO
1040 PESSOA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2439660 DATA DE EXPEDIÇÃO 17 JUN. 1997

NOME JULINDA CRISTINA DA SILVA
Valdemar Francisco de Sousa

FILIAÇÃO Roselia Bernardo da Silva

Santa Rita PB. 14.05.1980.

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC ORIGEM Cert. Nasc. 1.258.Fls.221.Liv.02
Cart. de N. Sras Livramento Santa Rita PB.

CPF
João Pessoa - PB

ALEXANDRE MAGNO C. DE CARVALHO
ASSISTENTE DE IDENTIFICAÇÃO

LEI Nº 7.116 DE 29/03/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
JULINDA CRISTINA DA SILVA

Nº de Inscrição **032800574-89** Data de Nascimento **14/06/1960**

23 NOV. 2018
PROCOLO
SISTEMA PREVIDENCIÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº 013929041315
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

PLA 20170000484240-0
1 0059381171-2 00/00000000 2017

NOVO
JORDAN BERNARDO DE LIMA

08540975467 OX06518/PB

NOVO PB 9C2KC1680ER405545

PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC ALCO/GASOL

HONDA/CG150 FAN 8501 2013 2013

2 P/149 /CI PARTIC VERMELHA

00/00/0000 1º

0 2º

SEGURC PAGO 31/01/2017

A.F ADM DE CONC NACION HONDA LTDA

0

SANTA RITA - PB 15/12/2017

31623

20192

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, EM RDE, SOB CARGA, A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PB Nº 013929041315 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br

SAC DPVAT 0800 922 1204

2017 15/12/2017

1 08540975467 OX06518/PB

00593811712 HONDA/CG150 FAN 8501

2013 9 9C2KC1680ER405545

PRÊMIO TARIFÁRIO

***** SEGURO PAGO

31/01/2017

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

DNV 01.248.8980001-01

20192-0957421-20171215

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
23 NOV. 2018
PROCOLO
NÃO PESSOA

LA CERCEN

DETRAN - PB Nº 013929041315
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

1 0059381171-2 00/00000000 2017

NOME
JORDAN BERNARDO DE LIMA

QTY CNPS 08540975467 PLACA OX06518/PB

PLACA ANT / UR NOVO PB CHASSI 9C2KC1680ER405545

ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC COMBUSTIVEL ALCO/GASOL

ANEXO / CG130 FAN Bodi ANO FAB 2013 ANO LIC 2014

CAP / POT / CL 2 P/149 /CI CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE VERMELHA

DATA UNICA 00/00/0000 1º

PARA LTVA ***** 0 2º 3º

PREMIO ANUAL (R\$) ICF (R\$) PREMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO
***** SEGURO P A G O 31/01/2017

OBSERVAÇÕES
A.F ADM DE CONC NACION HONDA LTDA
0

LOCAL SANTA RITA - PB DATA 15/12/2017

31623 20192

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DETRAN - PB
23 NOV. 2018
PROCOLO
AC. JOAO PESSOA

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3180562560 **Cidade:** João Pessoa **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: JULINDA CRISTINA DA SILVA **Data do acidente:** 29/05/2018 **Seguradora:** GENTE SEGURADORA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 05/12/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: TRAUMA CORTO-CONTUSO NA PERNA ESQUERDA.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (DESTRIDAMENTO E ENXERTO - PERNA ESQUERDA). ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes:

Sequelas: Sem sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: EM TODOS OS DOCUMENTOS MÉDICOS ACOSTADOS NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

ESPECIALISTA

Empresa: Líder- Serviços AMD

Grupo: EQ1

Nome: KARLA SUELY MALHAES DE SOUZA

CRM: 5252099-1

UF do CRM: RJ

Assinatura:

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3180562560 **Cidade:** João Pessoa **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: JULINDA CRISTINA DA SILVA **Data do acidente:** 29/05/2018 **Seguradora:** GENTE SEGURADORA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 05/12/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: TRAUMA CORTO-CONTUSO NA PERNA ESQUERDA.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (DESBRIDAMENTO E ENXERTO - PERNA ESQUERDA). ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes:

Sequelas: Sem sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: EM TODOS OS DOCUMENTOS MÉDICOS ACOSTADOS NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0432311/18

Vítima: JULINDA CRISTINA DA SILVA

CPF: 032.800.574-69

Seguradora: GENTE SEGURADORA S/A

Data do acidente: 29/05/2018

CPF de: Próprio

Titular do CPF: JULINDA CRISTINA DA SILVA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Declaração do Proprietário do Veículo
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT

JULINDA CRISTINA DA SILVA : 032.800.574-69

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 29/11/2018
Nome: JULINDA CRISTINA DA SILVA
CPF: 032.800.574-69

JULINDA CRISTINA DA SILVA

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 29/11/2018
Nome: ADAILTON SANTOS DE OLIVEIRA
CPF: 109.758.064-40

ADAILTON SANTOS DE OLIVEIRA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08006462720198152003

AUSÊNCIA DE COBERTURA

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JULINDA CRISTINA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **29/05/2018**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **25/11/2018**.

Após análise detida dos documentos apresentados, verificou-se a ausência de cobertura, vez que a parte autora não restou inválida, pressuposto necessário para o pagamento da indenização pleiteada.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

Portanto, em que pese o requerimento da indenização na via administrativa, houve a NEGATIVA da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, a ausência de sequelas.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

A parte Autora sustenta que encontra-se inválida permanentemente devido as supostas lesões sofridas decorrentes de acidente de trânsito.

Acontece Exa., que toda documentação médica apresentada aos autos não corrobora com o alegado, pelo contrário comprova cabalmente que NÃO HÁ INVALIDEZ e/ou DEBILIDADE PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HÁ COBERTURA DO SEGURO DPVAT.

Assim, a parte Autora, deixou de comprovar de maneira precisa que é portador de invalidez permanente, não fazendo jus à indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação e visto não haver meios comprobatórios do alegado, devendo a demanda ser julgada improcedente, em consonância com o disposto no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.

DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC¹.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossigue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

¹“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

DA INEXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE

É incontroverso que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber o Seguro Obrigatório DPVAT no que se refere à cobertura de invalidez permanente, uma vez que o próprio laudo médico acostado nos autos pelo autor constata a ausência de lesões de caráter permanente.

Verifica-se, outrossim, que a parte autora ingressou com o requerimento administrativo, o qual foi negado pela Seguradora Reguladora, ante a ausência de lesões indenizáveis.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Deste modo, a Lei 6194/74 considera invalidez permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Por essa razão, lesões meramente estéticas, temporárias, ou que de qualquer forma não venham acarretar comprometimento de órgão ou função, não serão passíveis de indenização. E é exatamente o caso dos autos.

Em análise ao processo administrativo e aos documentos médicos juntados pela própria parte autora, conclui-se que o acidente ocasionou ao autor lesões que não acarretaram incapacidade funcional ou para realização de atividades ordinárias, portanto, não são passíveis de indenização.

Assim, verificada a inexistência de invalidez permanente, deverá o pedido autoral ser julgado IMPROCEDENTE, nos termos do art. 487, I, CPC.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

O seguro obrigatório DPVAT é regido pela Lei n.º 6.194/74, tendo sido alterada pela Lei n.º 11.945/09, e discute matéria referente à modalidade de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Assim, temos que o seguro DPVAT dá cobertura apenas às indenizações ocasionadas por morte, invalidez e reembolso de despesas de assistências médicas e suplementares, não tendo abrangência sobre qualquer outra indenização que não seja as especificadas na letra da lei.

Verifica-se, porém, que as provas produzidas nos autos, demonstram e comprovam o contrário do que alega o Autor, o **LAUDOS MÉDICOS** atestam que a lesão apresentada é apenas temporária/recuperável, o que, por certo, não pode ser considerada INVALIDEZ, não havendo previsão de cobertura pela Lei do DPVAT.

Vale ressaltar que o convenio/seguradoras é responsável apenas pelo pagamento das indenizações dispostas na Lei 11.945/09, não podendo ter interpretação extensiva a pretensões de cunho particular por parte do Autor, que não tenham qualquer ligação com a matéria em questão.

Conclui-se assim ser impossível juridicamente o pedido do Autor, e, por ser impossível juridicamente o pedido, requer que a presente demanda seja julgada **IMPROCEDENTE**.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral².

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima³.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁴.

² RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

³ **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁵

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de

⁴“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁵ art. 1º . (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 23 de maio de 2019.

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 27/05/2019 15:43:21
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19052715432079700000020880281>
Número do documento: 19052715432079700000020880281

Num. 21488591 - Pág. 6

QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma seqüela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de seqüelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

TABELA DE GRADAÇÃO

Dados Componentes Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda sensorial da função completa de ambos os membros superiores e inferiores	R\$ 11.500,00	R\$ 11.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda sensorial da função completa de ambos os braços ou de ambos os pés					
Perda sensorial da função completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda sensorial da visão em ambos os olhos (segundo B3000); ou segundo legal B3000					
Lesões neurológicas que causem (a) contusão permanente unilateral do cérebro; (b) imparedimento do curso do conduto aqueduto cefálico; (c) lesão do sistema capilar; (d) perda completa do controle esfinteriano; (e) comprometimento da função vital ou autonômica	R\$ 9.450,00	R\$ 7.000,00	R\$ 4.320,00	R\$ 2.325,00	R\$ 945,00
Lesões de órgãos e estruturas antrópicas, ósseas, tendão, musculares, pubélicas ou do sistema circulatório causando contusão funcional; (a) comprometimento de ordem circulatória, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora, de qualquer outra natureza, desde que haja comprometimento da função vital;					
Perda anômala da função completa de um dos membros superiores ou de um dos inferiores	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.575,00	R\$ 675,00
Perda anômala da função completa de um dos pés					
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou de função (inútil ou completa) em ambos os ouvidos	R\$ 2.370,00	R\$ 2.591,25	R\$ 1.692,00	R\$ 846,00	R\$ 337,50
Perda sensorial da mão esquerda de um dos membros superiores					
Perda sensorial da mão direita de um dos membros superiores					
Perda completa da mão esquerda de um segmento de coxa ou fêmur do mesmo membro	R\$ 1.350,00	R\$ 1.072,50	R\$ 705,00	R\$ 352,50	R\$ 135,00
Perda sensorial da função completa de qualquer membro superior e inferior da mão					
Perda anômala da função completa de qualquer um dos dedos do pé	R\$ 1.350,00	R\$ 1.072,50	R\$ 705,00	R\$ 352,50	R\$ 135,00
Perda integral (paralisação orgânica) da língua

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JULINDA CRISTINA DA SILVA**, em curso perante a **1ª VARA CÍVEL** da comarca de **JOAO PESSOA**, nos autos do Processo nº 08006462720198152003.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2019.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

Fica o autor intimado para no prazo de 15 dias , impugnar a contestação.

CERTIDÃO

Certifico que **decorreu** o prazo legal sem que a parte autora tenha apresentado impugnação a contestação.

JOÃO PESSOA

6 de agosto de 2019

MARIA DO SOCORRO DE ALMEIDA RAMALHO

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0800646-27.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [SEGURO, ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO, SEGURO]

AUTOR: JULINDA CRISTINA DA SILVA

Advogados do(a) AUTOR: FABIO MARACAJA DE ALMEIDA CARNEIRO - PB22725, RENAN DE CARVALHO PAIVA - PB21393

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado do(a) RÉU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

DESPACHO

Vistos.

Designo audiência de conciliação para o dia **15 de abril de 2020, às 14h40**, a realizar-se na sala de audiências da 1ª Vara Regional de Mangabeira.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro Dpvat somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do CPC, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, cuja a realização fica condicionada a anuência da parte em se submeter a ela, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.

Para tanto, considerando o cadastro existente no site do TJ/PB, nomeio o médico Alberto Rodrigues de Oliveira, CPF 788.539.584-72, perito nos presentes autos, que já está ciente da nomeação e horário da perícia.

Intime-se a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Bacenjud.

Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Dessa forma, além da citação e intimação através de carta, determino que seja a Seguradora Líder, através dos endereços eletrônicos pauloleite@seguradoralider.com.br e philipe.rocha@seguradoralider.com.br e telefone (21) 38614600, cientificada acerca dessa audiência.

Intime-se a parte autora, pessoalmente, e através de seu advogado, podendo este requerer que a intimação se dê através de endereço eletrônico, devendo para tanto, informá-lo em até cinco dias (art. 319, inciso II, do CPC).

Poderão as partes, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de quinze dias. Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
Juíza de Direito

EM ANEXO

Banco do Brasil

			N° DA CONTA JUDICIAL	
			3100126761482	
N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
0		24/08/2020	1618	ESTADUAL
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	
24/08/2020	2598315	0800646-27.2019.815.2003	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA	ORGÃO/VARA		DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
JOAO PESSOA	1 VARA DIST MANGABEIRA		RÉU	200,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO			TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
			Jurídico	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE			TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
JULINDA CRISTINA DA SILVA			Física	03280057469
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
F3E9097FA6AD4383				
CÓDIGO DE BARRAS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08006462720198152003

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JULINDA CRISTINA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

JOAO PESSOA, 26 de agosto de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Regional Cível de Mangabeira

R HILTON SOUTO MAIOR, S/N, - de 5/6 a 5/6, MANGABEIRA, JOÃO PESSOA - PB - CEP:
58055-018

Número do Processo: 0800646-27.2019.8.15.2003
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Seguro, Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito, Seguro]
Polo ativo: AUTOR: JULINDA CRISTINA DA SILVA
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fê que de ordem verbal do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta 1ª Vara Regional de Mangabeira,
faço conclusos os presentes autos.

JOÃO PESSOA, 4 de setembro de 2020
POLYANA GONCALVES LUCENA

1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0800646-27.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro, Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito, Seguro]

AUTOR: JULINDA CRISTINA DA SILVA

Advogados do(a) AUTOR: FABIO MARACAJA DE ALMEIDA CARNEIRO - PB22725, RENAN DE CARVALHO PAIVA - PB21393

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

DESPACHO

V i s t o s .

As partes requereram a realização de perícia médica.

Ora, a análise da pretensão da parte autora, consistente no pagamento ou complementação de indenização pelo seguro DPVAT, pressupõe a produção de prova pericial e, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, é necessária a realização de perícia médica, o que defiro, nos termos do art. 1561 do CPC, considerando os termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.

Tal perícia será realizada de maneira presencial, devendo a parte autora e, caso sejam indicados pelas partes, os assistentes técnicos, comparecerem no dia **10 de novembro de 2020, às 13h20**, para a realização da perícia médica, no Fórum Regional de Mangabeira/PB, precisamente na sala da Diretoria do Fórum, localizada no piso térreo, preparada para o ato (perícia), respeitadas todas as normas de biossegurança, em face da Covid-19.

Ratifico a nomeação do perito anterior, na pessoa do médico **Dr. Alberto Rodrigues de Oliveira, CPF 788.539.584-72**, para proceder à perícia no dia e horário acima informados. Intime-se para tomar ciência da nomeação e da perícia agendada neste feito.

Honorários periciais já recolhidos (ID 33938584).

Poderão as partes, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de quinze dias.

Apenas a parte que se submeterá à perícia e eventual assistente técnico indicado por cada uma das partes deverão comparecer ao Fórum no dia e horário agendados, devendo a parte, se possível, levar consigo os exames anteriormente realizados, relacionados com a lesão apontada na inicial, bem como respectivo boletim de ocorrência.

A parte autora deverá portar, no momento da perícia, documento oficial com foto.

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

Considerando a pandemia pela Covid-19 que assola o mundo inteiro, devem ser evitadas aglomerações, para que não sejam afligidos riscos desnecessários aos participantes da perícia, de modo que: 1) ante a prescindibilidade para o ato da perícia, não comparecerão presencialmente ao ato esta magistrada, nem os advogados das partes, evitando-se o risco de contágio, em cumprimento aos termos do Ato da Presidência 33/2020; 2) não será permitida a entrada de qualquer pessoa sem o uso de máscara, conforme Ato da Presidência 33/2020; 3) somente será permitido o ingresso ao Fórum, além, é claro, do perito, da própria parte promovente e, caso haja, assistente técnico de ambas as partes, vedada a presença de acompanhantes, exceto curadores, tutores, genitores de menores de idade, bem como na hipótese do periciando ter dificuldade de locomoção, e, ainda, em situações excepcionais devidamente comprovadas; 4) deverão todos aqueles que adentrem nas dependências do Fórum Regional de Mangabeira observar fielmente todas as normas de biossegurança estabelecidas pela Diretoria do Fórum Regional de Mangabeira.

Por fim, determino ao cartório, realizada a perícia, a juntada do laudo respectivo nos autos, bem como a intimação das partes para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, falar sobre este, vindo-me em seguida conclusos.

Servirá o presente como mandado.

Intimações e diligências necessárias.

Cumpra-se com urgência.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
Juiza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA

Nº DO PROCESSO: 0800646-27.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JULINDA CRISTINA DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Regional de Mangabeira, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, INTIMAR

Nome: ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Endereço: R. ABELARDO DA SILVA GUIMARAES BARRETO, 400, APTO. 2701- ED. YAHWEH, ALTIPLANO, JOÃO PESSOA/PB - CEP: 58046-110

para CIÊNCIA da decisão ID - 34117587.

"...Tal perícia será realizada de maneira presencial, devendo a parte autora e, caso sejam indicados pelas partes, os assistentes técnicos, comparecerem no dia 10 de novembro de 2020, às 13h20, para a realização da perícia médica, no Fórum Regional de Mangabeira/PB, precisamente na sala da Diretoria do Fórum, localizada no piso térreo, preparada para o ato (perícia), respeitadas todas as normas de biossegurança, em face da Covid-19. Ratifico a nomeação do perito anterior, na pessoa do médico Dr. Alberto Rodrigues de Oliveira, CPF 788.539.584-72, para proceder à perícia no dia e horário acima informados. Intime-se para tomar ciência da nomeação e da perícia agendada neste feito..."

João Pessoa/PB, 14 de setembro de 2020.

De ordem, POLYANA GONCALVES LUCENA
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA

Nº DO PROCESSO: 0800646-27.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JULINDA CRISTINA DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Regional de Mangabeira, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte autora:

Nome: JULINDA CRISTINA DA SILVA

Endereço: Rua Dalva Cantalice Falcone, 215, Heitel Santiago, SANTA RITA - PB - CEP: 5 8 9 1 9 - 0 0 0

para CIÊNCIA da decisão Id - 34117587.

"...Tal perícia será realizada de maneira presencial, devendo a parte autora e, caso sejam indicados pelas partes, os assistentes técnicos, comparecerem no dia 10 de novembro de 2020, às 13h20, para a realização da perícia médica, no Fórum Regional de Mangabeira/PB, precisamente na sala da Diretoria do Fórum, localizada no piso térreo, preparada para o ato (perícia), respeitadas todas as normas de biossegurança, em face da Covid-19. Ratifico a nomeação do perito anterior, na pessoa do médico Dr. Alberto Rodrigues de Oliveira, CPF 788.539.584-72, para proceder à perícia no dia e horário acima informados. Intime-se para tomar ciência da nomeação e da perícia agendada neste feito."

João Pessoa/PB, 14 de setembro de 2020.

De ordem, POLYANA GONCALVES LUCENA
Técnico Judiciário

CERTIDÃO

Certifico que deixei de dar cumprimento ao vertente mandado, em obediência à orientação dimanada da Central de Mandados da Comarca da Capital, já repassada, inclusive, a todos os cartórios da referida comarca, por intermédio do Ofício Circular nº 02/2019, segundo a qual todos os mandados, a serem cumpridos nas Comarcas de Santa Rita, Bayeux e Cabedelo, a partir do dia 02 de maio de 2019, devem ser solicitados diretamente à Central de Mandados dessas três comarcas, pelo sistema integrado do PJE, até porque o inverso já vem acontecendo há quase dois anos, ou seja, todos os mandados oriundos das Comarcas de Santa Rita, Bayeux e Cabedelo, a serem cumpridos na Comarca da Capital, já estão sendo solicitados diretamente à CEMAN da Capital e cumpridos por oficiais de justiça da Capital. Ressalte-se, ainda, que se reservou a estes últimos apenas o cumprimento, nas três comarcas mencionadas, dos mandados físicos criminais, tendo havido, inclusive, uma relevante diminuição do número de oficiais de justiça da Capital lotados nos zoneamentos de Santa Rita, Bayeux e Cabedelo, em decorrência da aludida orientação. À vista disso, deixei de proceder à intimação da autora Julinda Cristina da Silva, razão por que devolvo o mandado sem cumprimento, **a fim de que seja solicitado diretamente à CEMAN de Santa Rita, para cumprimento por oficial de justiça dessa comarca.** O referido é verdade; dou fé.

João Pessoa, 22 de setembro de 2020.

DANIELE LEITE ELIAS DE NAVARRO COUTINHO

Oficiala de Justiça

Mat. 471.970-1

Successfully created

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA
Av. Hilton Souto Maior, s/a, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3248-6333

MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA

Nº DO PROCESSO: 0800646-27.2019.8.15.2003
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: JULINDA CRISTINA DA SILVA
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Rpobi
22/09/2020
[Assinatura]
Dr. Alberto Rodrigues de Oliveira
CRTPRESSA E TRANSMISSÃO
CPF: 82211100111

O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Regional de Mangabeira, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, INTIMAR

Nome: ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Endereço: R. ABELARDO DA SILVA GUIMARAES BARRETO, 400, APTO. 2701- ED. YAIWEIL, ALTIPLANO, JOÃO PESSOA/PB - CEP: 58046-110

para CIÊNCIA da decisão ID - 34117587.

"...Tal perícia será realizada de maneira presencial, devendo a parte autora e, caso sejam indicadas pelas partes, os assistentes técnicos, comparecerem no dia 10 de novembro de 2020, às 13h20, para a realização da perícia médica, no Fórum Regional de Mangabeira/PB, precisamente na sala da História do Fórum, localizada no piso térreo, preparada para o uso (perícia), respeitadas todas as normas de biossegurança, em face da Covid-19. Ratifico a nomeação do perito anterior, na pessoa do médico Dr. Alberto Rodrigues de Oliveira, CPF 788.539.584-72, para proceder à perícia no dia e horário acima informados. Intimo-se para tomar ciência da nomeação e da perícia agendada neste feito..."

João Pessoa/PB, 14 de setembro de 2020.

De ordem, POLYANA GONCALVES LUCENA
Técnica Judiciária

Assinado eletronicamente por: POLYANA GONCALVES LUCENA
14/09/2020 12:15:25

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
ID do documento: 34256771

20091412152525600000032762843

Imprimir

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.055-018

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA (PARTE AUTORA)

Nº DO PROCESSO: 0800646-27.2019.8.15.2003
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: JULINDA CRISTINA DA SILVA
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Regional Cível de Mangabeira, Comarca da Capital, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte autora:
Nome: JULINDA CRISTINA DA SILVA
Endereço: Rua Dalva Cantalice Falcone, 215, Heitel Santiago, SANTA RITA - PB - CEP: 5 8 9 1 9 - 0 0 0

ppara CIÊNCIA da decisão Id - 34117587.

"...Tal perícia será realizada de maneira presencial, devendo a parte autora e, caso sejam indicados pelas partes, os assistentes técnicos, comparecerem no dia 10 de novembro de 2020, às 13h20, para a realização da perícia médica, no Fórum Regional de Mangabeira/PB, precisamente na sala da Diretoria do Fórum, localizada no piso térreo, preparada para o ato (perícia), respeitadas todas as normas de biossegurança, em face da Covid-19. Ratifico a nomeação do perito anterior, na pessoa do médico Dr. Alberto Rodrigues de Oliveira, CPF 788.539.584-72, para proceder à perícia no dia e horário acima informados. Intime-se para tomar ciência da nomeação e da perícia agendada neste feito."João Pessoa/PB, 29 de setembro de 2020.

De ordem, POLYANA GONCALVES LUCENA
Técnico Judiciário

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que dei inteiro cumprimento ao presente mandado. Dou fé.

15 de outubro de 2020

HELMAX JOSE CRIZANTO PAIVA GONCALVES

Successfully created

10/11/2020
ETPA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA
Av. Hílton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.055-018

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA (PARTE AUTORA)

Nº DO PROCESSO: 0800646-27.2019.8.15.2003
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: JULINDA CRISTINA DA SILVA
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Regional Cível de Mangabeira, Comarca da Capital, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte autora:

Nome: JULINDA CRISTINA DA SILVA
Endereço: Rua Dalva Cantalice Falcone, 215, Benet Santiago, SANTA RITA - PB - CEP: 58919-000

para CIÊNCIA da decisão Id - 34117587.

"...Tal perícia será realizada de maneira presencial, devendo a parte autora e, caso sejam indicados pelas partes, os assistentes técnicos, comparecerem no dia 10 de novembro de 2020, às 13h20, para a realização da perícia médica, no Fórum Regional de Mangabeira/PB, precisamente na sala da Diretoria do Fórum, localizada no piso térreo, preparada para o ato (perícia), respeitadas todas as normas de biosegurança, em face da Covid-19. Ratifico a nomeação do perito anterior, na pessoa do médico Dr. Alberto Rodrigues de Oliveira, CPF 788.539.584-72, para proceder à perícia no dia e horário acima informados. Intimo-se para tomar ciência da nomeação e da perícia agendada neste feito." João Pessoa/PB, 29 de setembro de 2020.

De ordem, POLYANA GONCALVES LUCENA
Técnica Judiciária

X Julinda Cristina da Silva

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

2ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.055-018, Telefone: (83)3238-6333

CERTIDÃO

Nº DO PROCESSO: 0800646-27.2019.8.15.2003
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: JULINDA CRISTINA DA SILVA
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certifico e dou fé que, nesta data, inseri neste processo o(a) Avaliação médica, em anexo.

João Pessoa/PB, 10 de novembro de 2020.

ISABEL MARIA BASILIO CRISPIM LONDRES
Técnico Judiciário

AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE CONCILIAÇÃO
(Art. 31 da Lei 11.945 de 05/2009 que altera a Lei 2.194 de 14/12/1974)

Nº DO PROCESSO: 0800648-27.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JULINDA CRISTINA DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

FABIO MARACAJA DE ALMEIDA CARNEIRO CPF: 089.524.534-50, JULINDA CRISTINA DA SILVA CPF: 032.800.574-09.

RENAN DE CARVALHO PAIVA CPF: 030.459.114-00

Nome: JULINDA CRISTINA DA SILVA

Endereço: Rua Dalva Cantalicio Falcão, 215, Hotel Santiago, SANTA RITA - PB - CEP: 58919-000

Avaliação Médica

II) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo a motor de via terrestre?

Sim Não Precisa-se

Se SIM, prosseguir em caso de resposta afirmativa.

III) Descrever o quadro clínico atual informando:

At qual (quais) região(s) corporal(is) encontra(m)-se acurmetado(s)?

HÁ LESÃO NA FALE ANTERIOR DO TERÇO PROXIMAL DA PERNA ESQUERDA E, EM TERÇA, A PERDA DE SUBSTÂNCIA NO SEGMENTO.

IV) As alterações (distúrbios) presentes no patrimônio físico de vítima, que sejam evolutivas e temporariamente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

SIM - INCLUIVE POR QUE FALTA (OPERADA) POR 2 (DUAS) VEZES.

V) Há indicação de algum tratamento (seu curso, prático, a ser praticado), incluindo medidas de restrição?

Sim Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s).

VI) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) distúrbios apenas temporários
b) dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as lesões físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico de vítima.

A VÍTIMA SOFREU PERDA DE SUBSTÂNCIA DE PARTES MOLES NA PERNA ESQUERDA, INCLUSIVE DE MÚSCULO (MUSCULOS) E AGORA TEM SEQUELAS POR FALTA DE FORÇA E DE DOR QUE LIMITA A FUNÇÃO DA PERNA AFETADA

VII) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

Sim, em que prazo:
 Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item VI ou de resposta afirmativa do item VII favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VIII) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(s) permanente(s) que não seja(m) mais suscetíveis a tratamento como sendo guado(n) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante a Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is)

Isabel Maria Basilio Crispim Londres
DR. ASSOCIADA DO CÍVEL
COTIZADA EM SANTA RITA (PB)
CRM 22.118/01-7704

acontecido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação:

Juliana C. Silva

Segmento corporal acometido:

a) Total

(Dano anatómico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) Parcial

(Dano anatómico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 Parcial Completo (Dano anatómico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima)

b.2 Parcial Incompleto (Dano anatómico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima)

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 8.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2008, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatómico

Marque aqui o percentual

Segmento anatómico	10% Residual	25% Leve	50% Média	75% Intensa
1ª Lesão: MEMBRO INFERIOR	☐	☐	☒	☐
2ª Lesão: ESQUERDO	☐	☐	☐	☐
3ª Lesão:	☐	☐	☐	☐
4ª Lesão:	☐	☐	☐	☐

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado.

Local e data da realização do exame médico:

J. PENHA - PB, 10, 11, 2020

Assinatura do médico - CRM

[Assinatura]

Dr. Abigail Rodrigues de Oliveira
Otorrinolaringologista e Fonoaudióloga
CRM: 22211/18077-7/202

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.055-018

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJ - TJPB)

Nº DO PROCESSO: 0800646-27.2019.8.15.2003
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: JULINDA CRISTINA DA SILVA
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO as partes para se manifestar sobre o laudo do perito do juízo no prazo comum de 10 (dez) dias.

João Pessoa/PB, 10 de novembro de 2020.

JANDIRA RAILSON MEIRA
Técnico Judiciário

EM ANEXO

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08006462720198152003

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JULINDA CRISTINA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Neste sentido, o sinistro foi negado administrativamente, tendo em vista que a parte não apresentou sequelas permanentes.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Ora Exa., não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar uma possível lesão decorrente do acidente sofrido e não oportunizaram uma melhora.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar um suposto agravamento de eventual lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento de eventual lesão sofrida à época do acidente capaz de gerar indenização, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 24 de novembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadv.com.br

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

Nº DO PROCESSO: 0800646-27.2019.8.15.2003

DESTINATÁRIO:

**Gerente do Banco do Brasil S/A Agência Setor Público
Av. Julia Freire, 1071 - Torre CEP 58040-040 João Pessoa/PB**

.....dobre aqui

REMETENTE: 1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa, PB, CEP: 58.055-018

.....dobre aqui

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JULINDA CRISTINA DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

OFÍCIO N° 1095/20

Senhor Gerente,

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria, que seja efetuada a transferência do valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) e seus acréscimos legais, depositados pelo réu na **conta judicial n° 3100126761482, da agência n° 1618-7, data do depósito 24/08/2020, do Banco do Brasil, referente a honorários periciais, para a Conta n° 11.086-8, agência n° 8632-0, do Banco do Brasil, em favor do perito Alberto Rodrigues de Oliveira, portador do CPF n° 788.539.584-72.**

Atenciosamente,

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.055-018

CERTIDÃO

Nº DO PROCESSO: 0800646-27.2019.8.15.2003
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: JULINDA CRISTINA DA SILVA
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certifico e dou fé que procedi à remessa do expediente retro via email institucional desta Vara (jpa-vrciv01@tjpb.jus.br), para Banco do Brasil (email: pso8347@bb.com.br), com o título/assunto "#COVID19 - Pagamento de Alvará", nos termos dos Ofícios Circulares nº 014/2020/GAPRE e nº 043/2020/GAPRE.

João Pessoa/PB, 8 de dezembro de 2020.

SILVANA DE CARVALHO FERREIRA
Analista Judiciário

**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA
1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA**

PROCESSO NÚMERO - 0800646-27.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro, Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito, Seguro]

AUTOR: JULINDA CRISTINA DA SILVA

Advogados do(a) AUTOR: FABIO MARACAJA DE ALMEIDA CARNEIRO - PB22725, RENAN DE CARVALHO PAIVA - PB21393

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

SENTENÇA

AÇÃO DE COBRANÇA. Invalidez parcial incompleta. Segmento corporal acometido. Membro inferior esquerdo. Repercussão média. Juros de mora. Correção monetária. Procedência parcial do pedido.

Estando comprovada a debilidade moderada do segurado, por acidente, é devida a cobertura prevista em contrato de seguro. A indenização deve ser proporcional ao grau de incapacitação, sob pena de enriquecimento ilícito do segurado.

Os juros de mora incidem a partir da data em que a seguradora foi constituída em mora para proceder ao pagamento de diferença do seguro DPVAT, ou seja, a partir de sua citação.

Vistos, etc.

JULINDA CRISTINA DA SILVA, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, ajuizou **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**, em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A**, também já qualificada.

Alegou, em síntese, que: 1) sofreu acidente automobilístico, em 29/05/2018, tendo sido socorrido e encaminhado para o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena; 2) o referido acidente deixou-lhe sequelas, com debilidade permanente descritas no laudo constante dos autos; 3) por inúmeras vezes buscou a demandada pela via administrativa, objetivando receber a indenização do seguro obrigatório DPVAT, sem obter êxito.

Ao final, requereu o julgamento totalmente procedente da demanda, condenando a seguradora promovida o pagamento até o limite de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), bem como a condenação da ré no pagamento de custas e honorários advocatícios.

Juntou documentação.

Devidamente citada, a ré apresentou contestação (ID [21488591](#)), alegando, em suma, que: 1) o valor corresponde ao valor total da respectiva cobertura de invalidez por acidente pode atingir, variando os pagamentos das indenizações securitárias, conforme graus das lesões, bem como os membros atingidos pelo acidente, tudo em conformidade com a Tabela de Acidentes Pessoais, publicada e divulgada pela SUSEP, aplicável, necessariamente, por força de circular, a todos os contratos de seguro de vida com cobertura para invalidez total e/ou parcial por acidente pessoal; 2) a retro citada tabela apresenta os percentuais mínimos sobre a importância segurada por órgão ou membro lesado a serem considerados nas condições gerais dos seguros que possuem garantia de invalidez por acidente; 3) o limite máximo indenizável, segundo resolução nº 151/2006, do CNSP, é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que, via de consequência, está em consonância com a medida provisória nº 340; 4) no caso em comento, verificou-se que os traumas sofridos pelo autor resultou em invalidez permanente parcial incompleta, de sorte que, conforme a TABELA-SUSEP, o valor da indenização securitária deveria ser calculada pelo percentual individual para o membro afetado; 5) a correção monetária deve utilizar-se de índices vigentes no mês do ajuizamento da ação; 6) os juros moratórios deverão incidir apenas a partir da citação inicial.

Juntou documentação.

Em que pese intimada, a parte autora não apresentou impugnação à contestação, como certificado no ID [23257791](#).

Perícia realizada (IDs [36476726/36476730](#)).

Manifestação da parte promovida (ID [37149720](#)) acerca da perícia realizada.

É o relatório do necessário. DECIDO.

DO MÉRITO

Inicialmente, insta ressaltar que o presente feito comporta julgamento antecipado da lide, consoante o disposto no art. 355, I, do CPC. É que a matéria sobre a qual versam os autos requer a realização de perícia médica, a fim de mensurar a alegada invalidez do autor decorrente do acidente narrado na inicial, sendo que tal procedimento já foi realizado (IDs [36476726/36476730](#)).

A autora ingressou com o presente pedido, visando o ressarcimento do seguro obrigatório – DPVAT, em virtude de ter sido vítima de uma colisão ocorrida no dia 29/05/2018.

Pois bem. O seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores está previsto na Lei nº 6.194/1974, a qual prevê pagamento de indenização decorrente do seguro obrigatório nos casos de invalidez permanente em valor até R\$ 13.500,0 (treze mil e quinhentos reais).

A obrigação da seguradora promovida decorre da lei, cuidando-se de responsabilidade objetiva, sendo necessária, apenas: a demonstração do acidente e o dano dele decorrente, consoante o art. 5º da Lei nº 6.194/74. À espécie, não há dúvidas acerca do acidente ou das lesões sofridas.

A parte autora envolveu-se em acidente com veículo automotor em 29/05/2018, conforme *ocorrência policial* juntada no ID [18871935](#). Ademais, extrai-se dos autos outros elementos que demonstram o acidente e o nexo de causalidade entre ele e as lesões sofridas (ID [18872041](#)).

No caso dos autos fica fácil observar não ter o requerente direito ao teto (ou seja, os R\$ 13.500,00 integrais), pois esse valor só é devido havendo invalidez total, o que não é o caso do autor, de acordo com o laudo pericial constante dos autos. Então, inevitavelmente se entra nos percentuais de pagamento previstos para os casos de invalidez parcial, podendo ser ela completa (perda total da função ou anatômica), o que também não é o caso do demandante, ou incompleta, e nessa hipótese se parte para observar se houve repercussão intensa (75%), média (50%) ou leve (25%), ou, ainda e por fim, se o que existe é mero resíduo (10%). Observe-se que esses percentuais não são aplicados sobre o valor teto, ou seja, sobre os R\$ 13.500,00, mas sim sobre o valor relacionado a título de invalidez parcial incompleta. Extrai-se do laudo que o segmento corporal acometido pela invalidez permanente foi o **membro inferior e squerdo**.

Fazendo o enquadramento da invalidez adquirida pelo autor à tabela constante da Lei 11.945/2009, verifica-se que se enquadra no item denominado “*Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores*”, que corresponde ao percentual de 70% (*setenta por cento*) do valor total da indenização por invalidez. Considerando, ainda, que a perda funcional não foi completa, há de se aplicar a redução proporcional da indenização prevista no inciso II do § 1º do art. 3º da Lei supra transcrita, enquadrando a limitação do autor em perda de **repercussão média**, que corresponde à redução de **50% (cinquenta por cento)** da indenização.

Portanto, 70% (*setenta por cento*) sobre o valor total da indenização prevista (R\$ 13.500,00) gera o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), aplicando-se a redução de 50% (*cinquenta por cento*) do valor gerado totaliza a quantia de **R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)**.

Em relação aos juros moratórios a jurisprudência é firme no entendimento de que tais encargos, em caso de cobrança de seguro obrigatório, devem incidir a partir da citação, pois não se trata de responsabilidade extracontratual, mas de ilícito relativo:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - JUROS DE MORA - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA - ALTERAÇÃO DE OFÍCIO. Consoante súmula 426 do STJ e art. 405 do CC, os juros moratórios devem incidir na indenização do seguro DPVAT desde a citação. A teor do que restou decidido no REsp. 1483620/SC, julgado sob rito dos recursos repetitivos, na ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT, o termo inicial da atualização monetária é a data do evento danoso. Por se tratar de matéria de ordem pública, a correção monetária pode ser revista até mesmo de ofício, sem

que se caracterize "reformatio in pejus" ou julgamento "extra petita". (TJMG - Apelação Cível 1.0000.20.014827-8/001, Relator(a): Des.(a) Octávio de Almeida Neves , 15ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 14/05/2020, publicação da súmula em 20/05/2020)

A correção monetária, que objetiva tão somente manter atualizado o valor do débito, sem resultar em qualquer ganho ou prejuízo para as partes, seguindo esta linha de raciocínio, o Superior Tribunal de Justiça, em julgamento submetido à sistemática do art. 543-C do Código de Processo Civil, pacificou seu entendimento, no sentido de que a correção monetária tem lugar a partir do evento danoso:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CIVIL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO 'A QUO'. DATA DO EVENTO DANOSO. ART. 543-C DO CPC. 1. Polêmica em torno da forma de atualização monetária das indenizações previstas no art. 3º da Lei 6.194/74, com redação dada pela Medida Provisória n. 340/2006, convertida na Lei 11.482/07, em face da omissão legislativa acerca da incidência de correção monetária. 2. Controvérsia em torno da existência de omissão legislativa ou de silêncio eloquente da lei. 3. Manifestação expressa do STF, ao analisar a ausência de menção ao direito de correção monetária no art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.482/2007, no sentido da inexistência de inconstitucionalidade por omissão (ADI 4.350/DF). 4. Para os fins do art. 543-C do CPC: A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso. 5. Aplicação da tese ao caso concreto para estabelecer como termo inicial da correção monetária a data do evento danoso. 6. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (REsp 1483620/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/05/2015, DJe 02/06/2015)

Dispositivo

Assim sendo, à vista do quanto exposto e mais que dos autos consta, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o presente pedido, condenando as promovidas, solidariamente, a pagar o valor de **R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)**, devendo o retro citado valor ser corrigido monetariamente pelos índices oficiais a partir da data do sinistro e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação.

Por ser caso de sucumbência recíproca (art. 86, do CPC), condeno os litigantes ao pagamento das custas processuais e honorários, estes fixados em 20% da condenação à teor do §2º, do Art. 85, do CPC, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada um, com a ressalva do §3º, do Art. 98, do mesmo diploma legal, no que diz respeito à parte autora.

Transitada em julgado a sentença: 1) intime-se a suplicante para, querendo, em 15 (quinze) dias, requerer a execução do julgado; 2) nos termos do Provimento CGJ/PB nº 28/2017, **deve o cartório** calcular as custas, intimando-se a parte sucumbente, pessoalmente (por meio de carta com AR) e através de advogado (intimação eletrônica), para recolhê-las, de forma integral ou na proporção que lhe couber, a depender do que foi estabelecido em sentença/acórdão, no prazo de 15 (quinze) dias, implicando sua inércia em protesto e inscrição na dívida ativa.

Transcorrido o prazo sem o recolhimento, expeça-se a certidão de débito de custas judiciais, observando todos os itens exigidos e constantes no art. 418-B, §4º do Código de Normas Extrajudicial da Corregedoria Geral do TJPB.

Em seguida, providencie-se o protesto da Certidão das Custas Judiciais, através do sistema informatizado do TJPB para envio eletrônico de arquivo, a ser encaminhado à Central de Remessas de Arquivo (CRA), na forma do art. 449 do Código Normas retro. Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do comunicado de protesto, o cartório deverá encaminhar o débito para inscrição em dívida ativa, com a informação do conseqüente protesto.

P. R. I.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DA 1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA NA COMARACA DA CAPITAL/PB.

PROCESSO Nº 0800646-27.2019.8.15.2003.

JULINDA CRISTINA DA SILVA, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem perante Vossa Excelência, requerer a reconsideração da sentença em relação aos honorários advocatícios.

Ante o exposto, podemos observar que o Douto Julgador prolatou a sentença com honorários de sucumbência recíproca, no entanto, deve ser observado o princípio da causalidade, onde aquele que deu causa ao ajuizamento da demanda deve arcar integralmente com as despesas daí decorrentes.

Neste sentido é o entendimento dos Tribunais:

“APELAÇÃO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO. SEGURO DPVAT. MOTO DE 50 CILINDRADAS. SUPOSTA AUSÊNCIA DE COBERTURA POR FALTA DE RECOLHIMENTO DO PRÊMIO. SÚMULA 257 DO STJ. RECUSA QUE NÃO SE JUSTIFICA. RESOLUÇÃO SUSEP Nº 332/2015, ART. 38, V, "A". EXPRESSA INCLUSÃO DESTE TIPO DE VEÍCULO NO ROL DAQUELES PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO. DEVER DE COMPLEMENTAÇÃO. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. INAPLICABILIDADE. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. IMPOSSIBILIDADE DE MAJORAÇÃO. PERCENTUAL MÁXIMO JÁ ATINGIDO.- A Súmula 257 do STJ é categórica ao afirmar que "A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização";- Não se pode deixar de efetuar o pagamento da indenização sob o argumento que a vítima é, também, proprietária do veículo em relação ao qual não se recolheu o prêmio;- A discussão sobre a existência de cobertura DPVAT para acidentes envolvendo as popularmente chamadas "cinquentinhas" perdeu seu sentido com a edição da Resolução SUSEP nº 332/2015, cujo art. 38, V, "a", dispõe que o Consórcio DPVAT engloba, entre outros, os veículos de duas rodas, provido de um motor de combustão interna, cuja cilindrada não exceda a cinquenta centímetros cúbicos. Precedentes desta Corte;- No caso dos autos, o arbitramento dos honorários advocatícios deve ter por norte o princípio da causalidade, atraindo sobre a Apelante o dever de arcar sozinha com os ônus sucumbenciais, uma vez que, ao não efetuar corretamente o pagamento administrativo da indenização, tornou o Apelado necessitado da jurisdição para a consecução do seu direito;- Desprovimento do recurso que se impõe;- Impossibilidade de majoração dos honorários advocatícios, uma vez que já arbitrados no percentual máximo. (Apelação 471933-70025019-69.2014.8.17.0001, Rel. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, 2ª Câmara Cível, julgado em 30/08/2017, D.J.e 08/09/2017) (grifei)”

Ademais, no caso, o autor precisou socorrer-se do Judiciário para receber o valor correto, a complementação da indenização devida, eis que a seguradora efetuou apenas uma parte do pagamento.

Ante o exposto, requer a reconsideração da sentença, para que a parte ré seja condenada ao pagamento total dos honorários de sucumbência.

Termos em que

Pede deferimento.

João Pessoa-PB, 29 de Dezembro de 2020.

FÁBIO MARACAJÁ DE ALMEIDA CARNEIRO

OAB/PB 22.725

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL DE
MANGABEIRA DA COMARCA DE JOÃO PESSOA-PB.**

Processo nº 0800646-27.2019.8.15.2003.

JULINDA CRISTINA DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos supra, por seu procurador que a esta subscreve, vem com o devido respeito à presença de V. Exa., requerer a JUNTADA DOS DOCUMENTOS (PETIÇÃO DE SUBSTABELECIMENTO) em anexo.

Termos em que pede deferimento.

João Pessoa-PB, 11 de Janeiro de 2021.

FÁBIO MARACAJÁ DE ALMEIDA CARNEIRO

OAB/PB 22.725

SUBSTABELECIMENTO

RENAN DE CARVALHO PAIVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil no Estado da Paraíba sob o nº 21.393, com escritório profissional situado à Rua Cel. Otto Feio da Silveira, nº 509, Sl 201, Pedro Gondim, João Pessoa-PB, **SUBSTABELECE SEM RESERVA DE PODERES** nas pessoas de, **FÁBIO MARACAJÁ DE ALMEIDA CARNEIRO**, brasileiro, solteiro, advogado, devidamente inscrito na OAB/PB nº 22.725, com escritório profissional situado à Avenida João Teixeira de Carvalho, nº 509, sl 202, Bairro Pedro Gondim, João Pessoa, CEP 58031-220, no Estado da Paraíba, os poderes conferidos por **JULINDA CRISTINA DA SILVA**, brasileiro, casada, autônomo, inscrita sob o nº do CPF 061.161.874-55, através de Instrumento Particular de mandato nos autos da AÇÃO: 0800646-27.2019.8.15.2003, que move em face de **SEGURADORA LÍDER CONSÓRCIO S.A.**, perante a 1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA.

João Pessoa, 11 de Janeiro de 2021.

RENAN DE CARVALHO PAIVA
OAB/PB: 21.393

EM ANEXO

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08006462720198152003

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT promovida por JULINDA CRISTINA DA SILVA, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA OMISSÃO

Com a mais a respeitosa vênia, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão omissa em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável decum.

Frisa-se que na d. sentença exarada, verifica-se grave OMISSÃO, que devem ser supridas ou sanadas por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado.

Com todo o respeito a Embargante, vem, informar que houve omissão em relação a irregularidade na representação.

DA IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO

Inicialmente cumpre informar que mediante análise dos autos verifica-se que o não há nos autos procuração ou substabelecimento outorgando poderes para advogado que assinou eletronicamente a petição inicial.

Vejamos o entendimento do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO OU SUBSTABELECIMENTO DA ADVOGADA SUBSCRITORA DO RECURSO. RECURSO ASSINADO ELETRONICAMENTE. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 115/STJ.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

1. "A prática eletrônica de ato judicial, na forma da Lei n. 11.419/2006, reclama que o titular do certificado digital utilizado possua procuração nos autos, sendo irrelevante que na petição esteja ou não grafado o seu nome" (AgRg no REsp1.347.278/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/6/2013, DJe 1º/8/2013.).

2. Nos termos da jurisprudência do STJ, a identificação de quem peticiona nos autos é a proveniente do certificado digital, independentemente da assinatura que aparece na visualização do arquivo eletrônico.

3. "A juntada posterior do instrumento de procuração ou substabelecimento não tem o condão de sanar o vício contido no recurso manejado, ante a inaplicabilidade dos arts. 13 e 37 do CPC no âmbito dos recursos excepcionais. Precedentes da Corte Especial e da 1ª Seção do STJ" (AgRg no REsp 1.450.269/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 2/12/2014.).

AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 724.319 – BA (2015/0134460-5)

Neste sentido é importante consignar que referido documento é de suma importância a esses autos, eis que, para que a representação da parte seja válida é necessária à outorga de mandato.

Diante do exposto, em face da irregularidade na representação processual da parte autora requer intimação da mesma para sanar o vício ora anunciado.

CONCLUSÃO

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado o ponto OMISSO, conferido efeitos integrativos para o fim de prover integralmente, tudo por ser medida de direito e irretorquível JUSTIÇA!

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 18 de janeiro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 21/01/2021 09:40:39
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21012109403963200000036791935>
Número do documento: 21012109403963200000036791935

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA.

Processo n.º 0800646-27.2019.8.15.2003

JULINDA CRISTINA DA SILVA, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, *data magna vênia*, por seu advogado infra-assinado, apresentar sua **RESPOSTA** ao Recurso de Embargos Declaratórios apresentado por **BRADESCO SEGUROS S/A**, em face da r. sentença, consoante motivos de fato e de direito que a seguir passa a expor:

DA SENTENÇA VERGASTADO – INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU OBSCURIDADE – IMPROCEDÊNCIA DOS EMBARGOS.

Compulsando-se os autos, observa-se que a parte autora, juntou substabelecimento, no evento de ID de n.º. (38276987), com o intuito de suprir qualquer tipo de alegação de vício. Posteriormente, a parte recorrente apresenta os embargos, quando o vício já havia sido sanado, não havendo necessidade para o referido recurso, se não ato protelatório.

Ademais, para evitar nova alegação protelatória por parte do embargante, requer a juntada de procuração atualizada, assinada pela parte autora para os seus três procuradores.

Todavia, a sentença guerreada está em harmonia com as provas dos autos, especialmente com relação as provas com relação ao fato.

Sendo assim, não havendo contradição, omissão ou obscuridade no julgado, requer a improcedência dos Embargos Declaratórios pleiteados.

Termos em que

Pede deferimento.

João Pessoa, 02 de Fevereiro de 2021.

FÁBIO MARACAJÁ DE ALMEIDA CARNEIRO

OAB/PB 22.725

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE: JULINDA CRISTINA DA SILVA, BRASILEIRA, SOLTEIRA, DESEMPREGADA, inscrito sob o N°. de CPF: 032.800.574-89, com Registro Geral sob o N°. 2.439.660 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Dalva Cantalice Falcone, N° 215, bairro Heitel Santiago, em Santa Rita-PB, CEP: 58.919-000.

OUTORGADO: RENAN DE CARVALHO PAIVA, brasileiro, casado, advogado, devidamente inscrito na OAB/PB nº 21.393, FÁBIO MARACAJÁ DE ALMEIDA CARNEIRO, OAB/PB nº 22.725, RUY NEVES AMARAL DA ROCHA, OAB/PB 23.263, todos com endereço profissional sítio na Rua João Teixeira de Carvalho, 275, Pedro Gondim, João Pessoa/PB.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula "ad juditia et extra", para representá-lo em repartições públicas federais, autarquias e especialmente perante o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, para tratar de seu interesse, assinando requerimentos e outros papéis, requerer benefícios previdenciários e suas revisões, transformações, desistência, obter vistas em procedimento administrativo, conferindo-lhe ainda poderes para o foro em geral, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações em qualquer Juízo, instância ou Tribunal, conduzir os respectivos processos, nomear peritos e assistentes, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual, podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato, atuando estes causídicos em conjunto ou separadamente, independentemente de ordem de nomeação.

PODERES ESPECIFICOS: A presente procuração outorga os advogados acima descritos, os poderes especiais para receber citação judicial ou administrativa, receber intimações, prestar depoimento pessoal, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, renunciar valores referente ao limite do teto do Juizado Especial Federal de 60 salários mínimos em razão do procedimento especial (art. 3º da Lei 10.259/2001 e Lei 9.099/1995), firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, levantar, requerer ou receber RPV e ALVARÁS, requerer junto a qualquer seguradora integrante do Consórcio Seguro DPVAT, o pagamento de sinistro, assinar recibos, assinar declaração de endereço, assinar autorização de pagamento/credito de indenização de Sinistro DPVAT, solicitar/requerer laudo e prontuário médicos em Hospitais, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em atenção com os termos do art. 105 da Lei 13.105/2015.

DECLARAÇÃO: O (a)(s) outorgante(s) **DECLARA(M)**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tem condições de arcar com as despesas inerentes à presente ação, sem prejuízo de seu sustento e da sua família, necessitando, portanto, da gratuidade judiciária, indicando como advogado o outorgado acima nomeado, nos termos do § 4º do artigo 5º, da Lei nº 1.060 de 1950 e art. 98 e ss. do NCPC.

HONORÁRIOS ADVOGATICIOS: O(a) outorgante pagará o percentual de 30% (trinta por cento) sobre qualquer vantagem financeira auferida, em decorrência dos serviços prestados, além das demais cláusulas do contrato.

João Pessoa/PB, 25 de 01 de 2021

OUTORGANTE

1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0800646-27.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro, Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito, Seguro]

AUTOR: JULINDA CRISTINA DA SILVA

Nome: JULINDA CRISTINA DA SILVA

Endereço: Rua Dalva Cantalice Falcone, 215, Heitel Santiago, SANTA RITA - PB - CEP: 58919-000

Advogados do(a) AUTOR: FABIO MARACAJA DE ALMEIDA CARNEIRO - PB22725, RENAN DE CARVALHO PAIVA - PB21393

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: Rua Senador Dantas, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

DECISÃO

Vistos.

No ID 38586506, a parte promovida opôs embargos de declaração, sob alegação de que não havia procuração ou substabelecimento em nome do advogado que assinou eletronicamente a petição inicial, aduzindo ser necessária a intimação da parte promovente para sanar a dita irregularidade.

Dispõe o art. 1.022, do CPC, que cabem embargos de declaração quando: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material.

Na hipótese dos autos, não se observam quaisquer dos pressupostos previstos na legislação processual civil a justificar a interposição do recurso de ID 38586506, uma vez que não alegou omissão, contradição, obscuridade ou erro material na sentença embargada.

Ademais, compulsando os autos, observa-se que o advogado com poderes outorgados pela parte autora (procuração de ID 18871988), substabeleceu para o advogado que assinou eletronicamente a petição inicial (ID 38276987), não havendo irregularidade a ser sanada. Não fosse isso, consta procuração datada de 15/01/2021, outorgando poderes ao advogado subscritor da inicial, conforme ID 39014812.

Isto posto, e com fundamento no art. 1.001, do CPC, NÃO CONHEÇO dos presentes embargos.

Por oportuno, no ID 38149808, a parte autora ingressou com pedido de reconsideração, pugnando que fosse modificada a distribuição do ônus da sucumbência, na sentença proferida no ID 37637013.

Todavia, em que pese a irrisignação do promovente, não foram trazidos aos autos argumentos que se contrapusessem à conclusão acerca dos honorários sucumbenciais, sobretudo quando o pedido foi julgado parcialmente procedente, acarretando em sucumbência recíproca.

Desta feita, MANTENHO a sentença de ID 37637013 em todos os seus termos, devendo permanecer como lançada.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
Juíza de Direito